

Paula de Souza Gonçalves

**ESTUDO DA PREPOSIÇÃO PARA NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: ENTRE A INVARIÂNCIA DE FUNCIONAMENTO E A
VARIAÇÃO SEMÂNTICA**



ARARAQUARA – S.P.
2012

PAULA DE SOUZA GONÇALVES

ESTUDO DA PREPOSIÇÃO PARA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ENTRE A INVARIÂNCIA DE FUNCIONAMENTO E A VARIAÇÃO SEMÂNTICA

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de pós-graduação em linguística e língua portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em linguística e língua portuguesa

Orientador: Letícia Marcondes Rezende

Co-orientador: Denis Paillard (de set/2009 a fev/2010)

Bolsa: CNPq e CAPES (de set/2009 a fev/2010)

ARARAQUARA – S.P.
2012

Gonçalves, Paula de Souza

Estudo da preposição para no português brasileiro: entre a invariância de funcionamento e a variação semântica / Paula de Souza Gonçalves. – 2012

147 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Letícia Marcondes Rezende

1. Linguística. 2. Língua portuguesa - Semântica. I. Título.

PAULA DE SOUZA GONÇALVES

ESTUDO SEMÂNTICO DA PREPOSIÇÃO PARA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ENTRE A INVARIÂNCIA DE FUNCIONAMENTO E A VARIAÇÃO SEMÂNTICA

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em linguística e língua portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em linguística e língua portuguesa.

Orientador: Letícia Marcondes Rezende
Co-orientador: Denis Paillard (de set/2009 a fev/2010)

Bolsa: CNPq e CAPES (de set/2009 a fev/2010)

Data da defesa: 30/05/2012

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Nome e título/ Universidade.

Professora doutora Letícia Marcondes Rezende/Departamento de Didática/FCLAr - UNESP

Membro Titular: Nome e título/ Universidade.

Professora doutora Rosane de Andrade Berlinck/Departamento de Linguística/FCLAr-UNESP

Membro Titular: Nome e título/ Universidade.

Professora doutora Cristina Martins Fargetti/Departamento de Linguística/FCLAr-UNESP

Membro Titular: Nome e título/ Universidade.

Professor doutor Albano Dalla Pria/Departamento de Linguística/UNEMAT

Membro Titular: Nome e título/ Universidade.

Professora doutora Adriana Zavaglia/Departamento de Letras Modernas/FFLCH-USP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Àqueles que apesar de todas as adversidades sempre acreditaram que eu seria capaz de atingir meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo carinho e incentivo de sempre.

À minha orientadora Letícia; pela paciência, compreensão e grandeza com que conduziu meu trabalho.

Ao professor Denis Paillard, pela grande ajuda no trato com as preposições.

Ao meu marido Felipe, pela compreensão e incentivo à carreira acadêmica.

Às professoras Rosane de Andrade Belinck e Cristina Martins Fargetti, pelas ricas contribuições durante a minha qualificação. Em especial à Rosane, por ter me ensinado os primeiros passos na pesquisa quando me orientou na iniciação científica.

AO CNPq, a CAPES e ao programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa pelo apoio financeiro.

“[...] we cannot be content with working on relationships which are already constituted and organized, but we must represent the stages of the very constitution of these relationship and grammatical categories by means of concatenated operations”

(CULIOLI, 2000, T. 1, p. 179)

RESUMO

Este trabalho representa uma continuação de nossa dissertação de mestrado em que buscamos evidenciar as operações que, constitutivas da natureza semântica da preposição "para" no português brasileiro, decorrem das diversas interações suscetíveis de se estabelecer entre essa preposição e os termos que, de um lado, a antecedem, de outro, são por ela introduzidos (doravante A e B, respectivamente), formando o que apresentamos em nosso trabalho como o seu esquema de funcionamento. Baseando-nos nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas do professor Antoine Culioli, entendemos o significado e a sintaxe como inseparáveis numa variedade de linguagem, ou seja, consideramos o texto como um arranjo léxico-gramatical em que devemos encontrar o sujeito sócio-psicológico, e enxergar a língua como uma questão de auto-organização do ser humano. A teoria culioliana é uma teoria que propõe que se observem valores semântico-discursivos veiculados por marcas de diferentes ordens (entoacional, lexical, morfológica, etc.) geradas na relação léxico-gramatical. Enfim, acreditamos que esta tese, dedicada ao estudo da marca "para" em diversos contextos, seja relevante porque apresenta algumas operações que buscam esclarecer o papel desta preposição enquanto marca de operações léxico-gramaticais da linguagem, a saber: colocar dois termos (A e B, respectivamente) em relação (gramática), indicando B como uma única (elimina-se toda alteridade) referência para a estabilização da noção A. Esta referência se dá sob uma ótica que é externa ao que é intrinsecamente constitutivo de A (elimina-se toda alteridade), além de ser um modo de apreensão momentâneo e dependente do contexto. O resultado desta operação é A (a própria noção A) e AB (A localizado por B), ou seja, apesar de "para" contribuir para a estabilização da referência de A, jamais a fixa, apontando anaforicamente sempre uma iminência de A no sentido AB que dá origem aos inúmeros significados e/ou funções que são atribuídos(as) a esta preposição (léxico). Em conclusão, podemos afirmar que a busca das características intrínsecas dessa preposição não deve ser ignorada, pois, percebemos ao longo de nosso trabalho, o papel específico que a preposição "para" desempenha dentro do enunciado, contribuindo para o entendimento das operações de linguagem que, em funcionamento, não diferem sintaxe, semântica e pragmática.

Palavras – chave: Preposição para. Enunciado. Operações de Linguagem. Antoine Culioli. Preposições.

RÉSUMÉ

Ce document représente un développement de notre travail de master où nous avons essayé de montrer les opérations qui, constitutives de la sémantique de la préposition "para" au portugais brésilien, viennent des plusieurs interactions susceptibles de s'établir entre cette préposition et les termes qui, d'un côté, la précèdent, d'autre, sont pour elle introduits (désormais A et B, respectivement), en constituant ce que nous présentons dans cette thèse comme sa forme schématique.

Comme notre recherche se développe dans l'espace théorique ouvert par Antoine Culioli, nous voyons la signification et la syntaxe comme inséparable dans une variété de langue, c'est-à-dire, nous considérons le texte comme une disposition lexicogrammatical où nous devons trouver le sujet socio-psychologique, et voir la langue comme une question d'auto-organisation de l'être-humain. La théorie de Culioli est une théorie qui propose que s'observent des valeurs semantico-discursifs propagées par des marques de différents ordres (entocional, lexicale, morphologique, etc.) produites dans la relation lexicogrammatical. Enfin, nous croyons que cette thèse est importante parce qu'elle présente une façon de comprendre le rôle de la préposition "para" en tant que marqueur d'opérations lexicogrammaticaux du langage, à savoir: Mettre deux termes en relation (grammaire) en montrant B comme la sole (on écarte toute les altérités) référence pour stabiliser la notion A. Cette référence est externe à ce qui est intrinsèquement constitutif de A (on écarté toutes les altérités), en plus, elle est une façon d'appréhension momentanée de A et dépendante du contexte. Le resultat de cette opération est A (la notion A) et AB (A localisé par B), c'est à dire, malgré la contribution de "para" pour stabiliser la référence de A, cette préposition jamais contribue pour la fixer, en montrant l'imminence de A dans le sense AB qui donne origine aux innombrables significations et/ou fonctions qui sont attribués à cette préposition (lexique). En conclusion, nous pouvons dire que la recherche des caractéristiques intrinsèques de cette preposition ne doivent pas être ignorées, une fois que, nous avons vu dans cette thèse, le rôle spécifique que la préposition "para" joue dans l'énoncé, en contribuant pour la compréhension des opérations du langage que, en fonctionnement, ne diffèrent pas syntaxe, sémantique et pragmatique.

Mots-clés: Préposition Para. Énoncé. Opérations du Langage. Antoine Culioli. Prépositions

SUMÁRIO

ESTUDO DA PREPOSIÇÃO PARA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ENTRE A INVARIÂNCIA DE FUNCIONAMENTO E A VARIAÇÃO SEMÂNTICA

INTRODUÇÃO p.12

CAPÍTULO 1 – A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: UMA BREVE EXPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS UTILIZADOS AO LONGO DESTA TRABALHO p.21

1.1 Definição de Língua e Linguagem na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas p.21

1.1.1 Atividade de representação p.26

1.1.2 Atividade de referenciação p.26

1.1.3 Atividade de regulação p.27

1.2 O processo de produção da linguagem p.30

1.2.1 Relação primitiva p.31

1.2.2 A Léxis p.35

1.2.3 A Relação predicativa p.36

1.2.4 Relação enunciativa p.37

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PREPOSIÇÕES p.46

2.1 Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara p.47

2.1.1 A preposição PARA p.48

2.2 Novíssima Gramática da Língua Portuguesa de Domingos Paschoal Cegalla	p.49
2.3 Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha	p.50
2.3.1 Conteúdo significativo e função relacional	p.50
2.4 As pesquisas linguísticas sobre as preposições	p.52
2.5 Alguns estudos sobre preposições sob a ótica da TOPE: articulação entre léxico e gramática	p.75

CAPÍTULO 3 – OBJETIVOS, METODOLOGIA DO TRABALHO E LEITURA DOS ENUNCIADOS p.85

3.1 Algumas palavras sobre a leitura dos enunciados	p.93
3.2 Leitura de alguns enunciados	p.96
3.2.1 Algumas reflexões sobre o processo de construção referencial de enunciados com a preposição PARA	p.97
Enunciado 1	p.98
Enunciado 2.....	p.105
Enunciado 3.....	p.110
3.2.2 Verbo ir: forma esquemática e estrutura argumental	p.114
Enunciado 4	p.117
Enunciado 5	p.120
Enunciado 6	p.123
Enunciado 7	p.127
3.3 Algumas operações constantes	p.130

CONSIDERAÇÕES FINAIS p.133

REFERÊNCIAS p.141

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da evolução de uma pesquisa que tem sido desenvolvida desde a iniciação científica¹, quando foi investigada a variação² preposicional (sob a perspectiva da Sociolinguística Laboviana ou Variacionista) em verbos de movimento (**ir**, **vir**, **voltar**, **chegar** e **partir**) e de transferência (**levar**, **trazer**, **enviar** e **remeter**) no português paulista do século XX. A conclusão desses trabalhos resultou numa descrição da variação preposicional com tais verbos para o século XX, além de algumas observações a respeito das causas dessa variação e a consequente redução no uso da preposição “a” em detrimento da preposição “para”.

No mestrado³, as investigações da iniciação científica foram retomadas e estudadas sob o enfoque da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) de Antoine Culioli⁴. Com este novo estudo, trabalhamos incessantemente no sentido de buscar, especificamente, as causas e a natureza dessa variação tomando por base uma única preposição (por sua grande produtividade, constatada durante estudos de iniciação científica), a saber, a preposição “para”. Esse trabalho resultou em um estudo detalhado (mas ainda insipiente) das operações enunciativas em torno da referida preposição e também da consequente variação – glosas e paráfrases⁵ - do enunciado, estudo esse que é contemplado de maneira bem

¹Trabalho realizado sob a orientação da professora doutora Rosane de Andrade Berlinck durante a iniciação científica da autora da presente tese, respectivamente com o auxílio dos programas PIBIC/CNPq e da FAPESP. Cf. Gonçalves, 2004, 2005.

²O termo “variação” é diferentemente abordado entre a Sociolinguística e a TOPE. Em Sociolinguística, no caso específico de nosso trabalho de iniciação científica, consideramos variação a alternância entre preposições “concorrentes”, por exemplo, variantes como A e PARA. Já na TOPE, de acordo com Rezende (1989, p. 148): “A variação linguística é o próprio movimento da linguagem. A diferença/variação individual entre os interlocutores, que é a condição indispensável para o ato de fala básico, é a mesma diferença/variação, em escala mais ampla, das variações dialetais dentro de uma mesma língua e é a mesma diferença/variação que gera as diferentes línguas.”

³Trabalho desenvolvido sob a orientação da professora doutora Letícia Marcondes Rezende durante o mestrado da autora da presente tese, com o apoio financeiro da Capes. Cf. Gonçalves, 2008.

⁴Culioli (1924-) – anglicista de formação, fundador do princípio enunciativista e catedrático aposentado da Universidade de Paris VII – é comumente conhecido como discípulo da linha teórica de Émile Benveniste por também tratar de uma linguística enunciativa. Culioli propõe um estudo da linguagem através da diversidade das línguas naturais sem dissociar semântica, sintaxe e pragmática.

⁵Glosas e paráfrases são tidas, segundo nossos pressupostos teórico-metodológicos, respectivamente, como a atividade metalinguística (prática linguageira) do sujeito enunciativo e a atividade metalinguística controlada pelo observador.

diferente na Gramática Tradicional (GT) e que pouco aparece na cena das pesquisas linguísticas atuais em torno das preposições, como veremos no capítulo segundo de nossa tese *Revisão da literatura sobre preposições*.

A partir desse contato com a TOPE e, portanto, com o trabalho e valorização do enunciado, vimos o quão importante é o papel da preposição (enquanto marca⁶ de uma operação enunciativa) em si e dos demais componentes do enunciado na construção de seu sentido. Como fruto dessa valorização do enunciado enquanto material de estudo, surgiu a hipótese de nosso projeto de doutorado⁷, uma vez que nos estudos do mestrado a marca “para” revelou um papel de fundamental importância no enunciado, sendo, muitas vezes, também influenciada pelos demais componentes deste; logo, a partir dessas pistas, concluímos que esta preposição, assim como as outras, possui um esquema de funcionamento constante em todos os seus usos, mas que depende sempre do contexto no qual ela está inserida para desencadear a produção de sentido do enunciado.

Em outras palavras, sustentamos que em seus empregos, a preposição não é dessemantizada e que este seu esquema de funcionamento só pode ser apreendido através da variedade de valores e de empregos que sempre resultam da interação.

⁶Ao longo de nosso trabalho, utilizaremos com frequência a palavra “marca” ao invés de utilizarmos o termo “preposição” porque consideramos que a preposição é uma marca de operação da linguagem no enunciado. Com isso, desejamos mostrar que não nos atemos ao “rótulo” que lhe é dado, mas às operações que essa marca provoca no enunciado. Apesar disso, devemos ressaltar que o termo “preposição” também é usado em nosso trabalho, mas isso é feito com o intuito de nos fazermos entender em meio à terminologia mais usual. Vale ressaltar que, para Culioli (1999), o conceito de marca exclui toda separação radical entre léxico e gramática.

⁷ Nossa primeira proposta para o projeto de doutorado era estudar o funcionamento e entender a possível alternância (em determinados contextos) de três preposições, a saber : A, PARA e EM. Em contrapartida, como nosso intuito era fazer um trabalho detalhado e que levasse em consideração as operações de linguagem (segundo os pressupostos da TOPE), sem segregar o léxico da gramática, não conseguiríamos fazer o estudo dessas três preposições durante o doutorado, uma vez que um estudo aprofundado de uma preposição pode levar muito mais do que quatro anos. Essa preocupação nos levou a uma reformulação do projeto inicial submetido à seção de pós-graduação, decidimos por nos aprofundar nos estudos sobre a preposição “para”, por sua grande produtividade na língua portuguesa do Brasil. Reiteramos que o resultado dessa mudança permitiu um avanço na compreensão do fenômeno da invariância de funcionamento e da variação semântica que permeiam o campo de estudo da preposição “para” e que, ao realizá-la, fomos movidos pelo desejo de obter o melhor aproveitamento possível do apoio que havíamos recebido tanto do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) durante o doutorado no Brasil como da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) durante o estágio de doutorado na França.

Essa interação se estabelece por meio dos termos que a preposição coloca em relação, como podemos perceber quando essa tem um valor espacial ou temporal, o qual sempre depende do que está ao seu redor, mas também dela mesma, pois cada preposição determina e configura seu ambiente e o valor de seu co-texto. Em poucas palavras, acreditamos que para entender o funcionamento da preposição “para” é fundamental que se articule léxico e gramática.

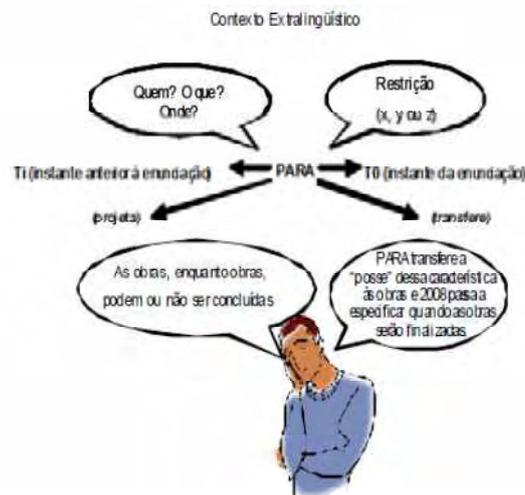
Com base nessa hipótese, pode-se perceber que a alternância preposicional com verbos, sejam eles de movimento ou de transferência (por nós estudados durante a iniciação científica), envolveriam outros fatores além dos de natureza “morfológica” (exemplo: a diminuição no uso da preposição “a” estar relacionada à sua redução fonética), mas também os de natureza mais abstrata, que diria respeito a uma invariância que sustentaria essa alternância e a consequente variação parafrástica dos enunciados, restando-nos descobrir e tentar entender essa invariância por meio da desambiguação contextual.

Durante o mestrado, ao estudarmos o enunciado que contém a marca “para” em detalhe, pudemos enxergá-la de um centro de perspectiva da delimitação do sentido do enunciado, ou seja, partimos do pressuposto de que ela aciona operações que vão lhe conferir sentido. Em nossa dissertação, chegamos a esboçar um esquema de funcionamento bem primitivo para o que entendíamos, até o momento, das operações de “para” por meio da manipulação dos enunciados. Esse esquema seria o seguinte, ilustrado pelo exemplo utilizado em nossa dissertação de mestrado (GONÇALVES, 2008, p.77):

Figura 1: Nesta figura, podemos perceber que preposição “para” transfere, em um instante anterior ao instante da enunciação, uma posse ao termo localizado à sua esquerda (que é especificado pelo termo da direita, passando, então, a “possuir” essa determinada característica), desencadeando operações em seu processo de construção referencial.

Estado anunciou retomada das obras, mas conclusão total foi postergada para 2008

Figura 1²⁷:



Em nosso trabalho de doutorado, intensificamos nossas análises com enunciados que continham a preposição “para” com o intuito de entender melhor o que seria esse seu “esquema de funcionamento”. Foi a partir desse árduo trabalho de mergulhar nas operações de linguagem, que chegamos ao conceito de **forma esquemática** de Antoine Culioli e pudemos esboçar de uma maneira mais clara o que seria esse trabalho da preposição “para” nos enunciados em que aparece.

Para começarmos a entender este conceito, precisamos primeiro entender que quando utilizamos a palavra “marca” ao nos referirmos à preposição “para”, estamos encarando este termo como a marca de uma operação de linguagem.

Ao estudarmos essa marca buscamos chegar a uma representação formal de seu funcionamento com características estáveis e controláveis. Essa representação formal seria sua **forma esquemática** ou forma abstrata de base, a partir da qual proliferariam as formas suplementares. A função de uma forma esquemática é propor a caracterização da unidade permitindo o engajamento em um trabalho de distinção entre o papel próprio desta unidade e o papel dos termos que ela coloca em relação na organização das variações observáveis.

A forma esquemática é um conceito proposto por Culioli para tentar construir representações metalinguísticas de formas empíricas, ou textuais, de acordo com suas regras distribucionais. Podemos definir a forma esquemática como uma configuração abstrata composta de parâmetros também abstratos cujas relações possíveis delineiam, ao mesmo tempo, a invariância da forma e a sua deformabilidade.

Para realizar um trabalho sobre as formas textuais não é necessário ser exaustivo; o mais importante para Culioli é demonstrar a possibilidade, através de uma formalização, de se esquematizarem a configuração invariante dos fenômenos linguagísticos e a plasticidade dos fenômenos linguísticos na direção da generalização.

Antes de caracterizar esquematicamente um item lexical, é necessário estabelecer um *corpus* textual de análise no qual o termo escolhido apareça. Em seguida, é necessário analisar cada caso com o intuito de estabelecer famílias de enunciados nos quais os funcionamentos do item lexical sejam identificados de enunciado a enunciado de acordo com o aparato formal de apoio. Tendo constituído as famílias de enunciados e a caracterização de seus respectivos funcionamentos, é possível identificá-las na direção de uma generalização para construir, desse modo, a forma esquemática do item lexical analisado. Essa representação possibilita a generalização, por intermédio da definição da invariância de funcionamento do item lexical, e a deformabilidade, ou as diversas variações de seus usos.

A representação metalinguística a partir do conceito de forma esquemática seguida de sua explicação e exemplificação torna possível um tratamento formal de um item lexical e permite a comparação com outros conectores.

Partimos do pressuposto de que o objeto metalinguístico é primitivo ou construído e está sempre inserido em uma **relação**. Assim, como não existe objeto isolado na teoria culioliana, todo objeto é considerado “localizado” ou *repéré*, para usar os termos de Culioli. Sendo assim, todo termo que está em relação é necessariamente **situado**, ou seja, estabilizado num esquema em relação a um outro termo. Dentro desta perspectiva, a atividade dos enunciadores consiste em

produzir, interpretar, colocar em relação as formas, através do jogo de representações, referências e regulações interlocutórias⁸.

A representação é um complexo de n operações, baseada numa operação primitiva chamada **operação de localização**. E este conceito de localização está ligado à ideia de localização de um termo em relação a um outro termo.

Nesse sentido, tomando-se uma expressão no esquema A PARA B (por exemplo, *uma cama para casal*), pensamos que A seria introduzido, assertado, justificado em referência a B, o qual seria a referência externa por meio da qual A é apreendido, o que significa que A não é considerado por seu valor intrínseco, mas em referência a algo. Em outras palavras, a noção carregada pelo domínio de A - “cama” /um móvel em que se dorme ou repousa, sobre o qual, em geral, coloca-se um colchão e que varia de forma segundo a época, estilo e lugar onde foi feito/ é vista em sua referência a B (“casal”). Isso acontece porque, como dissemos acima, quando temos uma expressão ou um enunciado com a marca “para”, esta se encarrega de, ao mesmo tempo, permitir-nos a visão da noção A (por ela mesma, com suas características intrínsecas, num primeiro momento), mas também sob uma ótica particular, extraíndo a propriedade “casal” e devolvendo-a para A.

Da mesma maneira, B é localizado por um outro termo e assim sucessivamente. Acreditamos que um objeto somente adquire forma e valor por meio do esquema dinâmico de localização e referência.

No caso da preposição “para”, propomos que a referência é dada independentemente da primeira construção de A, o que permite enxergá-lo por meio de “dois pontos de vista”, ou seja, de um lado A por si só (“cama” em seu sentido intrínseco), e de outro, A tal como apreendido por B (“uma cama específica para casal, com medidas maiores, entre outras características”). É interessante ressaltar que “para” não fixa a referência de A, pois sempre podemos ter essa dupla visão de A: localizado por B (fronteira) e não localizado por B.

Por este raciocínio, podemos perceber que no esquema A PARA B, B constitui um modo de apreensão de A ao introduzir propriedades não características

⁸ Esses termos serão melhor explicitados no primeiro capítulo de nossa tese.

a este termo. Considera-se A sob uma ótica, uma categorização que é externa ao que é intrinsecamente constitutivo de A. B não trata A por ele próprio, mas sob uma perspectiva que permite apreendê-lo de uma determinada maneira. Podemos dizer que essa relação é algo momentâneo, uma vez que a cada atualização de A no esquema A PARA B, A terá um localizador diferente e único na atualização de cada enunciado, o que acarretará uma nova apreensão deste (por exemplo, *cama para cães*: em que primeiro precisamos acessar o domínio nocional de /cama/ para, depois, entendermos a localização introduzida pela marca “para”).

Diante do exposto, nosso intuito neste trabalho é o de contribuir para os estudos enunciativos em torno das preposições e ajudar na compreensão de seus usos. Propusemos no trabalho do mestrado e insistimos, para o doutorado, num estudo que valorize as ações particulares de cada sujeito que podem criar imprevisibilidades na organização do conhecimento (empírico) e, conseqüentemente, na construção do enunciado.

Nossa tese defende a ideia, já esboçada no mestrado, de que a variação do sentido é constitutiva das unidades linguísticas, as quais são interdependentes e permitem a variação dos sentidos dos enunciados graças às operações de linguagem. É nesse sentido que afirmamos que os diferentes comportamentos das preposições não envolvem apenas o aspecto sintático, que é comumente muito enfatizado pelos diversos estudos, mas envolvem também o aspecto semântico-pragmático. Assim, a interdependência das preposições se faz pelos valores construídos pelas diferentes categorias gramaticais⁹ (aspecto, modalidade, determinação, diátese) que participam da construção do significado dos enunciados.

Seu papel não estaria apenas em “relacionar” item ou até mesmo sentenças, mas sim e além disso, contribuir para o processo de construção referencial do enunciado em que está inserida, o que envolve aspectos tanto gramaticais quanto lexicais como pudemos ver nos exemplos acima.

⁹ Segundo Culioli (1999, p. 130) “Uma categoria gramatical se define como a correspondência entre um conjunto de operações sobre um domínio nocional complexo e as marcas dessas operações” (tradução nossa).

“*Une catégorie grammaticale se définit comme la correspondance entre un ensemble d’opérations sur un domaine notionnel complexe et les marqueurs de ces opérations*”

No primeiro capítulo desta tese ***A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas: uma breve exposição dos principais conceitos utilizados ao longo deste trabalho***, introduzimos o tema da articulação entre linguagem e línguas naturais e adotamos uma definição de linguagem enquanto uma atividade de representação, referenciação e regulação à qual somente temos acesso por meio dos traços encontrados nas línguas naturais (organismos empíricos e históricos).

Em seguida, fazemos uma exposição dos principais fundamentos da teoria que escolhemos para embasar nosso trabalho, a TOPE de Antoine Culioli. Nosso objetivo ao longo deste capítulo não foi explicar todos os conceitos da teoria (dada a sua complexidade), mas apenas e tão somente os conceitos que foram utilizados para realização de nossas análises. Fazemos uma breve explicação do surgimento da TOPE, conforme relato do próprio Antoine Culioli. Em seguida, esboçamos um conjunto de enunciados parecidos em que procuramos mostrar como se dá nosso trabalho na busca pelo entendimento do porquê da existência de algumas sequências impossíveis (e/ou estranhas) que se tornam possíveis quando se varia uma marca. Ainda neste capítulo, apresentamos uma simulação do que seriam as etapas das operações subjacentes ao processo de enunciação e os vários termos teóricos utilizados ao longo deste trabalho, tais como noção, léxis, entre outros, até chegarmos à explicação das relações de localização que ocorrem na relação entre as marcas.

O capítulo segundo ***Revisão da literatura sobre preposições*** é dividido em três partes. Na primeira parte, buscamos fazer um apanhado das definições dadas à preposição “para” por alguns manuais da Gramática Tradicional. Esta primeira parte é apresentada com o intuito de mostrar as definições de preposições que mais aparecem nos manuais para termos como compará-los às nossas observações sobre a marca “para” sob a ótica da TOPE. Em um segundo momento deste mesmo capítulo, apresentamos uma revisão da literatura de pesquisas sobre as preposições, os principais artigos, livros, entre outras produções. Logo em seguida, apresentamos a última seção do capítulo sobre ***Alguns estudos sobre as preposições sob a ótica da TOPE: Articulação entre léxico e gramática*** em que fazemos a exposição de alguns trabalhos sob a ótica da TOPE, explicando as razões pelas quais optamos por esse viés teórico, além de apresentar a problematização que levou ao desenvolvimento de nossa tese: a necessidade da articulação entre léxico e gramática para entender os fenômenos das línguas. O

intuito deste capítulo é estabelecer uma comparação entre os trabalhos aí expostos, visando a ressaltar a necessidade de uma gramática operatória que não separe léxico e gramática.

O terceiro capítulo ***Objetivos, metodologia do trabalho e leitura dos enunciados*** traz, respectivamente, nossos objetivos e a metodologia aplicada em nossas análises.

Neste capítulo, fazemos uma longa exposição dos procedimentos tomados para o trabalho com as análises dos enunciados e além de introduzirmos o item ***Algumas palavras sobre a leitura dos Enunciados***, em que traçamos alguns comentários sobre o *corpus* usado, dentre outras contribuições. É neste capítulo que fazemos a exposição de nossas análises seguidas pela apresentação de nossas palavras finais que reforçam a necessidade da articulação entre léxico e gramática no estudo das marcas de operações da linguagem nas línguas.

1 A TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS: UMA BREVE EXPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS UTILIZADOS AO LONGO DESTE TRABALHO

1.1 Definição de Língua e Linguagem na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas

Iniciaremos este capítulo de nosso trabalho fazendo um histórico sobre a evolução da concepção da linguística enquanto uma ciência¹⁰.

Segundo Benveniste (2005, p.7), “a tendência de uma mudança de atitude em relação ao objeto da linguística se define por um esforço para formalizá-lo. Esse esforço, na origem, teve uma influência dupla: Saussure (Europa) e Bloomfield (América) que concordava com o princípio saussuriano de que o único e verdadeiro objeto da linguística era a língua”.

Segundo Culioli (1999a, p.117)¹¹, “Benveniste parece ter sido o linguista que colocou, de modo explícito e parcialmente teorizado, que o objeto da linguística era o estudo da relação entre a linguagem e as línguas”. Como podemos perceber na citação que se segue, Benveniste (2005, p. 20), em seu *Problemas de Lingüística Geral*, acreditava que a linguística tinha um duplo objeto, que ela seria, ao mesmo tempo, uma ciência da linguagem e uma ciência das línguas e que seria necessário fazer esta distinção:

[...] a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre

¹⁰ Vale ressaltar que este capítulo é uma releitura em português (com ênfase nos conceitos que mais usamos nesta tese) dos três tomos de *Pour une Linguistique de L'énonciation*, de Antoine Culioli, além de outros livros do e sobre o mesmo autor, como *Variations sur la linguistique* (livro com entrevista feita a Culioli) (2002) e *La théorie d'Antoine Culioli : Overtures et incidences* (livro de publicações sobre a TOPE) (1992), entre outros de igual importância.

¹¹ « [...] je dirai que Benveniste me paraît être le linguiste qui a posé, de façon explicite et partiellement théorisée, que l'objet de la linguistique était l'étude de la relation entre le langage et les langues”. (CULIOLI, 1999a, p.117)

particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o lingüista e a lingüística é em primeiro lugar a teoria das línguas. Dentro da perspectiva em que nos aqui colocamos, veremos que essas vias diferentes se entrelaçam com freqüência e finalmente se confundem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem.

Segundo Culioli (1999a, p.117)¹², “a reflexão sobre a linguagem só é frutífera se trata de línguas reais. É o estudo das línguas (organismos empíricos e históricos) que desencadeia o único acesso possível à compreensão dos mecanismos e do funcionamento da linguagem”. Por meio desse trabalho de reflexão sobre as variações de estrutura nas línguas e sobre as manifestações intralingüísticas de algumas funções, chega-se ao problema da generalização e da invariância existente por trás das variações.

Assim, ao mesmo tempo em que se estudam as manifestações intralingüísticas de algumas funções, é necessário estudar a linguagem, ou seja, as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e o social, entre o símbolo e o pensamento, entre outras relações.

Segundo Culioli (1999a, p.119)¹³, “Benveniste já dizia que para definir a natureza própria dos símbolos lingüísticos necessita-se da ajuda de uma formalização rigorosa e de uma metalíngua distinta”. Tudo isto acompanhado da introdução do dinamismo e da atividade dos sujeitos (representação simbólica, ação intersubjetiva). Nesse sentido, o dado lingüístico é considerado um complexo cujos valores resultam das propriedades particulares a cada elemento, das condições de seus agenciamentos e da situação objetiva.

¹² « [...] la réflexion sur le langage n'est fructueuse que si elle porte d'abord sur les langues réelles. L'étude de ces organismes empiriques, historiques et du fonctionnement du langage (ici est posé le problème fondamental de la théorie des observables) ; 'la notion de structure et celle de fonction sont l'objet des essais suivants qui portent successivement sur les variations de structure dans les langues et sur les manifestations intralinguistiques de quelques fonctions' (ici est posé le problème de la généralisation et de l'invariance derrière les variations). » (CULIOLI, 1999a, p. 117)

¹³ « Le linguiste aura alors à définir la nature propre des symboles linguistiques à l'aide d'une formalisation rigoureuse et d'une métalangue distincte » (CULIOLI, 1999a, p. 119)

Culioli faz questão de trabalhar com o foco na relação entre a linguagem e as línguas, em outras palavras, ele considera que a elaboração teórica pode e deve se fazer a partir das produções dos locutores (os textos) no quadro de sua língua de uso.

Como sabemos, linguistas de todo o mundo têm procurado entender por que existem diferenças e similaridades entre as línguas do mundo. Osu (2003), por exemplo, faz um histórico dessa procura em seu artigo *Semantic Invariance, Locating Process and Alterity: a TOPE-based Analysis of the Verbal Prefix z- in Ikwere* que é bem oportuno neste momento de nosso trabalho.

Primeiramente, ele cita a hipótese de Sapir-Whorf de que a língua determina o modo como percebemos e concebemos o mundo. Ainda de acordo com esta hipótese, cada língua seria um vasto sistema, diferente dos outros, cujas formas e categorias seriam culturalmente ordenadas.

Em segundo lugar, Osu cita a linguística comparativa que se preocupa em demonstrar que, historicamente, as línguas possuem uma origem comum.

O referido autor lembra também a tipologia linguística, que procura encontrar as propriedades que diferenciam as línguas e demonstrar os limites dentro dos quais tais línguas podem variar.

A TOPE, recuperando as ideias de Culioli (acima citadas), valoriza e busca, na diversidade de línguas naturais, a atividade de linguagem. Para Culioli, existem propriedades invariantes (operações elementares) que sustentam a diversidade de estruturas, realizações e categorizações das línguas do mundo (atividades de linguagem), de maneira que elas compartilham características comuns. Assim, ele propõe encontrar homogeneidade por meio do que parece heterogeneidade, uma vez que as diferentes línguas farão uso destas operações comuns de modo específico ao combiná-las e fazê-las interagir nos enunciados. Se o linguista conseguir definir as peculiaridades de uma língua individual, conseguirá traçar seu modo específico de mobilizar as invariantes e, conseqüentemente, esboçar o que ela tem em comum com as outras línguas.

Culioli considera a linguagem uma atividade de produção e reconhecimento de formas como traços de operações simultâneas de representação,

referenciação e regulação, o que se resume a uma reconstrução de enunciados sendo o processo de construção desses enunciados a própria enunciação.

Segundo Michel Viel (CULIOLI, 2002, p.7)¹⁴, “Benveniste é um dos primeiros, talvez o primeiro estudioso a empregar regularmente a palavra *énonciation*”. Contudo, o fundador do “princípio enuciativista” foi o professor francês Antoine Culioli, que considera que “o linguista produz as observações e trabalha sobre as valorações: é a mesma coisa; é diferente; é a mesma coisa em tal modulação próxima; é aceitável; é inaceitável” (CULIOLI, 2000, p.23)¹⁵.

O homem das rupturas, como Culioli é apontado por Michel Viel (CULIOLI, 2002, p. 10)¹⁶, “consagra-se em 1968 com o artigo *A formalização em linguística*”, sempre enfatizando que “a tarefa do linguista é dupla: pesquisar e descobrir fenômenos (fatos) e, é claro, explicá-los” (CULIOLI, 2002, p. 11)¹⁷.

Assim, devemos fazer manipulações para chegar aos enunciados e, mesmo que cheguemos a sequências impossíveis, isso será de grande importância para nosso estudo. Trata-se de um trabalho que pode tanto ser feito intralingua como com outras línguas, uma vez que nessa teoria, procura-se uma forma mais abstrata que estaria subjacente às várias línguas, ao francês, ao italiano, ao português, entre outras.

No que tange à invariância citada acima, Mattoso Câmara (1985, p.7) faz a seguinte afirmação: “Nestas condições, a língua fica sendo, como unidade, uma estrutura ideal, que apresenta em si os traços básicos comuns a todas as suas variedades. É a invariante abstrata e virtual, sobreposta a um mosaico de variantes concretas e atuais” (CAMARA JUNIOR, 1985, p.7).

¹⁴ « Benveniste est l'un des première, le premier peut-être, à employer régulièrement le mot 'énonciation' Cependant si on chercher un précurseur et qu'on croit en trouver un en la personne de Benveniste, alors on se doit de jeter un nouveau regard en arrière. Y a-t-il un inventeur premier de ce qu'on designe sous l'étiquette 'd'énonciation' ? » (CULIOLI, 2002, p. 7)

¹⁵ « Le linguiste est obligé de travailler de façon plus rudimentaire : produire des observations, travailler sur des valuations (c'est la même chose ; c'est différent ; c'est la même chose à telle modulations près ; c'est acceptable ; c'est inacceptable) ; [...] » (CULIOLI, 2000, p. 23)

¹⁶ « Culioli est l'homme des ruptures plus que des continuités. Il y a bel et bien une révolution, datable, datée, qui se cristallise en 1968 avec l'article sur 'La formalisation en linguistique' » (CULIOLI, 2002, p. 10).

¹⁷ « La tâche du linguiste est double : il doit chercher et découvrir des phénomènes (des faits) ; il doit les expliquer. » (CULIOLI, 2002, p. 11)

Acreditamos que essa “invariante abstrata e virtual” seja a linguagem que, segundo Culioli é o objeto da linguística que é apreendido através da diversidade e dos registros das línguas naturais.

Culioli admite que dentro das línguas existam “configurações” de marcas que são profundamente diferentes e justifica que é através da diversidade das línguas e também dos textos que encontraremos a invariância da linguagem.

Em suma, nosso estudo abrange questões eminentemente filosóficas, tais como: qual o objeto da linguística (articulação entre linguagem e línguas) e como tratar a relação entre a materialidade do texto e a imaterialidade da atividade significativa dos sujeitos.

Assim, partimos, com Culioli, da hipótese de que há uma atividade mental que se regula sem que nós tenhamos consciência. A materialidade do texto é o traço dessa atividade mental, das operações, ou seja, nele vai se construir uma sorte de traço metalinguístico que nos permite remeter a essas operações.

A citação abaixo reforça a importância desse estudo da linguagem e seus princípios e, conseqüentemente, das operações mentais citadas acima:

Todo falante, independentemente da modalidade de linguagem de que se sirva, possui uma gramática interna ou, pelo menos, a interioriza já em tenra idade, a partir de suas próprias experiências lingüísticas (...) Saber gramática não depende, pois, em princípio, da escolarização ou de quaisquer processos de aprendizado sistemático, mas da ativação e amadurecimento progressivo (ou da construção progressiva), na própria atividade lingüística, de hipóteses sobre o que seja a linguagem e de seus princípios e regras. (FRANCHI, 1991, p.54).

Em resumo, segundo Culioli a linguagem é uma atividade de produção e reconhecimento de formas como traços de operações simultâneas de representação, referenciação e regulação e à qual só temos acesso por meio das línguas:

1.1.1 Atividade de representação

Para Culioli (CULIOLI, 1999a), a linguagem é um trabalho constante de representação que é seguido de um processo de referenciação dessa representação. E essa atividade de representação ocorre entre o “eu” e o “outro” o que leva a um processo de regulação e equilibração.

A atividade de representação, individual e psicológica, considera, além da manifestação verbalizada da linguagem, outros domínios que não são estritamente linguísticos. Essas operações apresentam-se em três níveis de representação:

- 1) Nível nocional: nível das representações mentais das propriedades físico-culturais. Essas propriedades físico-culturais são organizadas em noções, que são representações inacessíveis, mas que podem ser apreendidas através dos textos, dos gestos, prosódia, entonação, etc.;
- 2) Nível dos agenciamentos das “marcas, as quais remetem às operações mentais” (CULIOLI, 1999a, p. 162)¹⁸;
- 3) Representações metalinguísticas das representações do nível 2.

1.1.2 Atividade de referenciação

A referenciação é uma relação entre um elemento A, do domínio linguístico e um elemento B, do domínio extralinguístico; esses elementos não se correspondem termo a termo e as relações por eles construídas não são fixas nem imutáveis. Assim, quando um termo A é construído num sistema de referência, recebe um valor referencial ou, a determinação de uma propriedade.

¹⁸ « [...] *marqueur* renvoie à l'indication perceptible d'opérations mentales [...] » (CULIOLI, 1999a, P.162, grifo do autor)

1.1.3 Atividade de regulação

A atividade de regulação (CULIOLI, 2000) é muito importante na atividade de linguagem e consiste em uma tentativa de adequação do discurso por parte do enunciador dependendo do seu ouvinte ou leitor, trata-se de uma reflexão sobre a própria atividade de linguagem e esse processo também pode ser entendido como um processo interno de estabilização e equilíbrio.

A seguir, faremos uma breve exposição do surgimento da TOPE e dos principais conceitos utilizados ao longo de nossa tese. Apresentaremos desde o conceito de noção até as operações de localização entre as marcas dentro dos enunciados, esforçando-nos para mostrar o papel das operações de linguagem suscitadas pelas marcas.

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) surgiu, conforme o relato de Antoine Culioli¹⁹ (1999a), de um sentimento de inquietação em relação à linguística que lhe foi apresentada, pois ele teve uma formação de filólogo e uma formação linguística de tipo vagamente estruturalista e por conta dessa formação, sentia-se limitado diante de uma linguística classificatória e descritiva.

Incomodado com o que lhe era legado e ensinado, esse estudioso resolveu construir uma posição de exterioridade em relação a tudo aquilo que o faziam sentir-se ridículo por não lhe fornecer caminhos diante dos afásicos, esquizofrênicos, etc. Foi com esse sentimento de suas insuficiências que ele descobriu a complexidade de uma disciplina que devia articular o diverso, o intersubjetivo e heterogêneo por meio de uma metalíngua coerente, explícita e objetiva. Tratava-se de uma situação fascinante por requerer uma ambição de teorizar o funcionamento empírico das línguas, dos textos e das situações por

¹⁹ Referimo-nos ao prefácio do livro **Pour une linguistique de l'énonciation** : Formalisation et opération de repérage, tomo 2.

meio de um sistema de representação metalinguística de operações inacessíveis.

Essa reflexão sobre a linguagem o conduziu a questionar a pertinência do conceito de “frase”, uma vez que queria ultrapassar a análise morfossintática de tipo estruturalista. O resultado dessa inquietação foi a elaboração do conceito teórico de “enunciado” juntamente com a descoberta dos princípios que organizam a boa formação enunciativa que eram diferentes dos princípios da boa formação frásica. Buscava-se construir um sistema dinâmico que tratasse dos fenômenos complexos, uma vez que se recusava a se satisfazer com “dados” simplificados, idealizados. Culioli queria tratar tudo o que ele encontrava, sem exclusão pré-avaliável e sem recusar-se à construção de um modelo dinâmico.

Ele parte da ideia de que os enunciados são o produto da instanciação de um esquema de léxis (termo que será explicado nas próximas páginas) situado dentro de um espaço de referência. Assim, a construção de um enunciado envolve a relação de uma noção e de uma ocorrência dessa noção e a localização desta ocorrência em relação a um sistema de localização. Em um conjunto de enunciados parecidos, procura-se entender porque existem algumas sequências impossíveis que se tornam possíveis quando se varia uma marca categorial, prosódia, etc.

No enunciado que se segue, podemos perceber a estranheza causada com o uso da preposição “a” com o verbo “ir” em um contexto relativo ao “lar”, ou seja, quando a noção /casa/ remete à residência (interior do domínio nocional /casa/) do sujeito em questão (fronteira do domínio nocional /casa/).

(1) *?Eu vou à casa* dormir um pouco e depois vou trabalhar o meu texto (em referência à sua residência)

Por outro lado, em 2, o uso da preposição “a” já não causa a mesma estranheza, pois fizemos uma pequena modificação no seu contexto de direita, isto é, alteramos o uso da palavra “casa” enquanto “residência do sujeito em questão” para “casa” enquanto a “habitação do amigo do sujeito enunciatador” (fronteira do domínio nocional /casa/).

(2) *Eu vou à casa de um amigo e depois vou ao banco.*

Em outras palavras, podemos perceber que o contexto em que o enunciador fala de sua ida em relação à sua casa favorece o uso das preposições “para/prá” (1a) e “em” (2a), enquanto em um contexto em que este sujeito não se refere ao seu lar (2), o uso da preposição “a” não causa estranheza, apesar de o seu uso parecer um pouco mais rebuscado para a linguagem falada²⁰.

(1a) *Eu vou pra casa dormir um pouco e depois vou trabalhar o meu texto.*

(2a) *Eu vou em casa e depois vou ao banco.* (em referência à sua própria residência)

(2a1) ? *Eu vou à casa e depois vou ao banco.* (podemos nos perguntar: “que casa?” sem a identificarmos como a casa do “eu” em questão)

O enunciado 2a1 mostra a impossibilidade de interpretação quando o escopo de “casa” é “a residência do sujeito em questão”. A partir destas pequenas observações, pode-se chegar a algumas generalizações a respeito do uso dessas preposições e logo em seguida, trabalhamos as representações metalinguísticas dos fenômenos observados, a que chamamos de construtivismo metalinguístico (que seria, na verdade, todo esse esforço reflexivo na busca do processo de construção do enunciado). Neste caso, podemos dizer que a preposição “para” se destaca no quesito permanência pelo fato de trabalhar a noção daquilo que vem à sua esquerda, atribuindo-lhe, ainda que momentaneamente, uma característica que se torna sua única localizadora na atualização do enunciado. Em outras palavras, “para que eu vá para algum lugar” é necessário que haja uma relação com esse lugar e que implique uma permanência, já que na atualização do enunciado essa “ida” só será caracterizada se for para determinado lugar, o que cria um vínculo tão grande entre antecedente e conseqüente que traz a ideia de permanência à tona. Ao

²⁰ Como pudemos perceber em 1a e 2a, o uso das preposições « para » e « em » é compatível quando o assunto é « verbo ir + casa enquanto o lar do sujeito », o mesmo não ocorre do ponto de vista do contexto em que esse domínio nocional (/casa/residência do sujeito/) é aplicado. Os contextos de 1a e 2a são diferentes quanto à questão da maior ou menor duração da ida, mas esta discussão não é nosso foco neste momento. Chamamos a atenção apenas para a importância do contexto de direita (B) para a determinação do contexto de esquerda (A) e para a escolha da preposição.

mesmo tempo, pudemos notar que a preposição “a” marca apenas uma localização de A em relação a B (em um esquema A Prep B), não trabalhando, portanto, a noção /A/. Essa preposição não cria um vínculo necessário entre A e B. Apesar de não termos nos dedicado ao estudo das preposições “a” e “em”, pudemos perceber também que a preposição “em” quase sempre requer uma “penetração” de A em B (Vou na casa de um amigo, por exemplo) sem, no entanto, criar um vínculo necessário entre A e B, assim como acontece com a preposição “a”.

Ao observarmos estes enunciados acima, vale ressaltar o importante papel da preposição no processo de construção referencial do enunciado, uma vez que, como pudemos perceber, não exerce apenas o papel de relacionar termos, mas também de contribuir para a construção da significação dos enunciados.

1.2 O processo de produção da linguagem

Para Culioli, a linguística é uma ciência que tem por objeto a linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais. Por sua vez, a linguagem é uma atividade que supõe uma perpétua atividade epilinguística²¹, além de ser significante, ou seja, na comunicação, as operações são complexas, pois o emissor e o receptor têm cada um dois papéis, já que o emissor é também seu próprio receptor e que o receptor é um emissor em potencial. Cada um constrói ao mesmo tempo a produção e a recepção do outro, sendo assim, Culioli prefere falar em “co-enunciadores”.

Segundo este estudioso, pode-se mostrar que a linguagem não é exterior ao sujeito²², pois está em uma relação complexa de exterioridade-interioridade; além disso, o código tem necessidade de um suporte e deve codificar alguma coisa, não sendo biunívoco, pois se houvesse correspondência biunívoca, não saberíamos explicar a existência de mal-entendidos ou metáforas, por exemplo.

²¹ A epilinguística é aqui entendida como uma atividade metalinguística não consciente.

²² Culioli utiliza o termo “sujeito” por falta de um termo melhor, para evitar o uso dos termos “locutor” ou “falante”.

Para estudar o processo de produção da linguagem, é necessário sair do domínio da observação ilusoriamente imediata para operar abstratamente. Procura-se, por combinações, os enunciados possíveis até o detalhe, pois a linguística formal não tem por tarefa apenas estudar as línguas em suas generalidades, mas sim, dar conta do que se encontra em toda sua diversidade, sem nenhuma exceção, e a existência desta traz a necessidade de uma justificativa para seu caráter excepcional.

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas apresenta-se não só pela explicitação do enunciado, mas também pela forma como os enunciados são construídos. Acredita-se na existência, em um nível mais profundo (verdadeiramente pré-lexical), de uma gramática das relações primitivas em que a distinção entre sintaxe e semântica não tem nenhum sentido. Após uma filtragem, obtém-se a léxis que é pré-assertiva. A sua passagem para a asserção (no sentido de uma “enunciação por um sujeito”) implica uma modalização. Modalizar significa aplicar uma modalidade, sendo esta entendida aqui com quatro sentidos: afirmativo ou negativo; provável, necessário; apreciativo e pragmático, que implica uma relação entre sujeitos.

Parte-se da hipótese de que existem relações primitivas e esquemas primários, de maneira que tudo nos conduzirá a um esquema de análise no qual a origem (relações primitivas), agente, etc. desempenham um papel essencial.

Portanto, o enunciado passa por três momentos:

- 1) Formação da léxis (relações primitivas ou elementares).
- 2) Hierarquização do conteúdo da léxis, no intuito de indicar um elemento em torno do qual o enunciado se organiza (relação predicativa).
- 3) Localização do conteúdo do pensamento com relação à situação de enunciação e ao enunciatário (relação enunciativa).

1.2.1 Relação primitiva

A primeira etapa é de origem pré-linguística, chamada por Culioli de “relações primitivas”; são as propriedades que cada ser humano, através das suas percepções, atribui ao extralinguístico, funcionando como um gerador de paráfrases.

Assim, inicialmente estabelecem-se relações entre termos que remetem às noções que aglomeram um conjunto de propriedades físicas e culturais referentes a essas palavras (CULIOLI, 1999a). A operação de relação primitiva repousa sobre a ideia de que existe, em um nível profundo, pré-lexical, uma gramática de relações primitivas na qual a distinção entre sintaxe e semântica não tem nenhum sentido.

As **noções** (CULIOLI, 1999a, p. 100)²³ “são complexos sistemas de representação de propriedades físico-culturais”, isto é, propriedades do objeto resultantes de manipulações necessariamente tomadas no interior das culturas. A noção compreende uma forma de representação não linguística, ligada ao estado do conhecimento e à atividade de elaboração de experiências de cada pessoa. Por exemplo, quando pensamos em “mulher” (que não pertence à linguística, mas ao domínio das representações), antes de mencionar essa palavra num enunciado, temos a representação daquilo que é “mulher”. Essa representação é construída com as propriedades comuns a todos os tipos de mulher (alta, baixa, inteligente, bonita, etc.). Esse conjunto de propriedades é chamado de noção: a noção “mulher” é a propriedade “ser mulher”. A partir da noção de “mulher”, que não pertence à linguística, mas ao domínio das representações, constrói-se um domínio nocional²⁴ que vai permitir efetuar as operações de quantificação e qualificação. De um lado, teremos a classe “mulheres” que permitirá extrair uma ou várias “mulheres” - operação de quantificação; de outro lado, poderemos distinguir aquilo que é “mulher”, aquilo que não é mulher e aquilo que não é exatamente mulher – operação de qualificação.

Numa situação real de enunciação, os termos de uma língua mudam de função a todo momento, o que em princípio era um verbo passa a ser um nome, o que era definido passa a ser indefinido, enfim, torna-se impossível uma classificação feita antes da materialização das formas. Por isso, Culioli propõe que os processos gramaticais gerais são formalizados pelas diferentes línguas por marcas diversas.

²³ « Nous appellerons **notion** un système complexe de représentation structurant des propriétés physico-culturelles d'ordre cognitif [...]. » (CULIOLI, 1999a, p. 100, grifo do autor)

²⁴ O domínio nocional envolve a ideia de conteúdo de pensamento, por um lado, reunindo objetos de conhecimento e, por outro, colocando-os em relação para representar uma certa relação entre eles.

De maneira que, se partirmos de um grau zero para procurar os elementos, ou marcas, que representam essas operações enunciativas gerais em línguas diversas, teremos facilidade em entender o funcionamento das unidades da língua.

Só podemos definir as etiquetas gramaticais (categorias prontas) no interior de uma situação enunciativa, ou seja, após a construção ou interpretação das operações envolvidas em cada produção de enunciado. Essas categorias têm a ver com a determinação, com a diátese, com a modalidade e com o aspecto.

a) *Determinação*

A determinação é um conjunto de operações elementares (extração, flechagem, varredura, localização) que são resultados de operações de quantificação e qualificação possibilitadas pelas características da noção.

As operações de *quantificação*: “extração”, “flechagem” e “varredura” consistem em atividades com o objetivo de extrair um em vários elementos de determinada classe ou extrair uma parte de um todo e proporcionar a devida localização dessa noção com relação à situação de enunciação. Isso quer dizer que se falarmos em “A”, assinalamos uma ocorrência, isolamos e delimitamos seus limites espaço-temporais. Atribuímos um estado existencial, real ou imaginário à ocorrência de uma noção devidamente situada.

a1) *Extração* - Traz para a existência discursiva uma ocorrência individualizada que não tem nenhuma outra característica distintiva a não ser pelo fato de que foi escolhida dentre outras. Ela permite ao sujeito enunciador isolar um ou mais elementos de uma classe de ocorrências. Essa operação de extração se dá sobre a extensão de um domínio nocional e os elementos isolados são atualizados no discurso. (exemplo : “Gatos são animais lindos, mas o gato siamês é mais bonito do que os outros”)

Segundo Vignaux (1995), “extração” corresponde a separar de uma coleção ou conjunto, um elemento desse conjunto.

a2) *Flechagem* - Trata-se de uma retomada por identificação estrita que distingue um elemento, identificando-o consigo mesmo, conferindo um grau de determinação suplementar; tendo como traços de superfície na língua uma série de dêiticos. (exemplo : O gato passou pela minha janela. Este gato era lindo”)

a3) *Varredura* – (CULIOLI, 1999b, p.48)²⁵ «Essa operação consiste em percorrer todos os valores assinaláveis ao interior de um domínio sem poder se ater a um valor distinguido » (exemplo : “todo gato mia”, “todo gato tem quatro patas”).

A operação de *qualificação* está interligada à quantificação, entrando em jogo cada vez que se efetua uma operação de identificação/diferenciação sobre qualquer coisa. Trata-se, especificamente, da atribuição de qualidades aos fenômenos do real ou do desembaralhar um encadeamento complexo de operações.

b) *Modalidade*

Segundo Vignaux (1995), Antoine Culioli distingue quatro tipos de modalidade: as modalidades 1 são as da asserção (afirmação ou negação), as da interrogação e as da ênfase. Elas permitem colocar uma fórmula (seja ela afirmativa ou negativa) como validável, isto é, referenciável.

As modalidades 2 são as do necessário ou as do possível, até as da certeza. Podemos dizer que, juntando os dois casos 1 e 2 teremos uma enunciação sobre julgamentos universais (é necessário que...) ou sobre julgamentos localizados (é provável que em certas circunstâncias...).

As modalidades 3 constituem a dimensão apreciativa e centralizam o sujeito enunciador. Por meio dessas modalidades, constroem-se nas línguas todas as distâncias e as avaliações não assumidas pelo enunciador e também todos os julgamentos auto-centrados.

Da combinatória das modalidades podemos construir uma certa representação das coisas e estabelecer uma relação intersujeitos, considerando discursos anteriores ou projeções de discursos.

c) *Aspecto*

²⁵ « *L'opération de 'parcours' consiste à parcourir toutes les valeurs assignables à l'intérieur d'un domaine sans pouvoir s'arrêter à une valeur distinguée* » (CULIOLI, 1999b, p. 48)

Segundo Vignaux (1995), na interação verbal, precisamos modular nossos domínios de referência no tempo e no espaço, este é o papel das operações aspectuais, mais especificamente, o aspecto é construído por uma trajetória desde um momento origem até um momento esperado ou atingido.

As operações aspectuais são as operações de determinação de um predicado. Modulam no tempo e no espaço os jogos de relação entre enunciador e co-enunciador para que eles possam construir ou reconstruir os domínios de referência.

1.2.2 A léxis

O termo léxis é definido como um esquema abstrato constituído de três lugares vazios sob o esquema <a R b>. Os lugares vazios (a, b) são preenchidos por argumentos e o lugar vazio (R), preenchido por predicado, ou seja, esses lugares são atualizados e modulados durante a enunciação.

Cada lugar vazio é preenchido por uma noção que resulta na léxis. Essa relação se estabelece entre lexemas que possuem propriedades vinculadas à noção. A léxis “é uma forma geradora de outras formas derivadas” (CULIOLI, 1999a, p.101)²⁶.

Assim, em *Paula escreve uma carta* podemos esquematizar a seguinte lexis:

<A	B	C>
<Paula	escrever	carta>

O argumento nominal A (Paula), uma noção de predicado (escrever), um argumento proposicional B (carta). A partir do esquema de uma léxis se estabelece uma relação ordenada entre os termos. A ordenação da léxis, ou seja, o lugar ocupado por cada termo depende das propriedades de cada um deles, da compatibilidade dessas propriedades quanto aos termos que são colocados em

²⁶ « [...] et une forme génératrice d'autres formes dérivées ». (CULIOLI, 1999a, p. 101)

relação e do propósito dos sujeitos enunciador e co-enunciador em relação à emissão dos enunciados.

Os enunciados abaixo formam uma família parafrástica derivada da léxis de partida.

1a) *Paula escreve uma carta.* (que assinala a escritura da carta por Paula como um simples acontecimento).

2a) *Eu desejo que Paula escreva a carta.* (assinalando um desejo).

3a) *Eu não quero que a Paula escreva a carta.* (exprimindo uma rejeição).

1.2.3 Relação predicativa

A relação predicativa (segunda etapa do processo de construção do enunciado) tem por base a predicação, é nessa fase que o enunciador vai ordenar os termos da léxis, decidindo qual será a origem e assim estabelecendo uma relação predicativa entre os termos.

A léxis (CULIOLI, 1999a) é um esquema subjacente a todo ato de linguagem, é ela que assegura a relação entre esquemas de funcionamento sintático e os efeitos semânticos ligados a esses funcionamentos. Posteriormente, esta relação construída entre os termos irá se localizar em relação à situação de enunciação, tendo em vista o que o enunciador pensa e o que ele espera que o outro pense. A léxis possui a propriedade de gerar formas variadas, isto é, uma família de relações predicativas que constituem uma família parafrástica de enunciados.

A relação predicativa define o termo em torno do qual o enunciado definitivo vai ser organizado pelo enunciador e é o resultado de um trabalho de dois efeitos semânticos: a localização e a identificação.

A localização acontece a partir da escolha de um termo de origem; esse termo servirá de localizador, que por sua vez servirá como um centro atrator da léxis, visando efeitos semânticos. A identificação é consequência da localização.

1.2.4 Relação enunciativa

A relação enunciativa (CULIOLI, 1999a) consolida a passagem de um pré-enunciado para um enunciado. É a consolidação que se dá por meio das operações de determinação e da aplicação das categorias de tempo, aspecto e modalidade.

Todas essas operações da linguagem descritas acima se articulam entre si para formar um todo, não tendo valor algum separadamente; cada operação se insere dentro de um processo de produção da linguagem, ocupa seu lugar e tem sua importância dentro do processo da enunciação.

A partir da manipulação dos enunciados, o linguista pode construir uma representação formal capaz de observar a relação constante que se dá entre a atividade de linguagem e as línguas.

De acordo com Culioli (1999a), existem três níveis de estudo²⁷: o primeiro nível, caracterizando-se pela capacidade inata que o ser humano possui de construir representações mentais da realidade (atividade epilinguística²⁸) consistindo em um nível pré-consciente ao qual o linguista somente tem acesso por meio de formação técnica e protocolos experimentais (glosas, paráfrases). O segundo nível é o linguístico (representações textuais, dos textos orais ou escritos...). E por fim, o terceiro nível é o metalinguístico, referente às manipulações feitas pelo linguista (atividade epilinguística consciente).

Sistematizando o que foi dito acima, podemos dizer que a linguagem, uma atividade simbólica significativa, só é acessível aos linguistas por meio de sequências de textos, isto é, através de conjuntos de marcas que são traços de operações subjacentes. Assim, o objeto da linguística, segundo Culioli, não seria construir uma gramática universal, mas, reconstruir, por meio de um processo teórico e formal, as noções primitivas, operações elementares, regras e esquemas que geram categorias gramaticais e padrões específicos para cada língua. Em resumo, o objetivo seria o de encontrar as invariantes que fundamentam e regulam a atividade da linguagem, em toda a sua riqueza e complexidade.

²⁷ Para mais informações, ler CULIOLI, 1999a, p. 162.

²⁸ Segundo Culioli (1999a, p.74), a atividade epilinguística é uma atividade metalinguística não-consciente de todo indivíduo.

Na tentativa de estabelecer ligações, caberia ao linguista buscar certos elementos, certos índices (ou marcas) presentes nos enunciados e que conduzem ao sentido.

Paralelamente a essa atividade, ocorre um refinamento do sentido por parte do linguista, quando ele vai familiarizando-se progressivamente com a estrutura do sistema linguístico em questão, isto é, integrando os dados que recolhe, ou seja, as marcas textuais (léxico e gramática) e as sequências de paráfrases que elabora.

Quando afirmamos que o enunciador assume o seu enunciado, queremos dizer que todo enunciador serve-se de marcas gramaticais (marcas de tempo, de aspecto, de modalidade ou de determinação do nome) para exprimir:

1. como ele se situa em relação àquilo que ele diz (pode-se exprimir isso em termos de ponto de vista);
2. como ele se situa em relação àquele a quem se dirige (pode-se definir isso em termos das relações entre os sujeitos ou relações intersubjetivas).

Os elementos essenciais, sem os quais não há enunciação - os sujeitos enunciadore (enunciador e co-enunciador) e a situação de enunciação à qual eles pertencem - provêm de uma acomodação intersubjetiva e o diálogo constitui, portanto, a dimensão fundamental da comunicação.

Segundo Culioli (1999a, p.43)²⁹, “nos últimos anos viu-se a redescoberta da linguagem enquanto atividade significativa, além disso, começou-se a se enfrentar com lucidez o problema da relação entre a faculdade universal de produzir e interpretar os textos de um lado, e de outro a diversidade das línguas naturais”.

Pode-se dizer que a ambiguidade fundamental da linguagem lhe é dada pela relação entre modalidade, tempo e aspecto e sua expansão de valores. Assim, todo **enunciado**³⁰ aparece como um agenciamento, mas as operações linguísticas são

²⁹ « [...] les quinze dernières années ont vu la redécouverte du langage en tant qu'activité signifiante ; en outre, l'on commence à se poser avec quelque lucidité le problème de la relation existant entre la faculté universelle de produire et interpréter des textes d'un coté, et de l'autre la diversité des langues naturelles. » (CULIOLI, 1999a, p.43)

³⁰ A partir de um esquema comum – a que chamamos léxis – realizam-se operações nos níveis predicativo e enunciativo que resultam no enunciado linguístico. Essas operações sustentam os enunciados podendo ser recuperadas a partir de suas marcas. Em poucas palavras, dentro dos pressupostos teóricos aqui adotados, um enunciado poderia ser

tais que um enunciado gera vários outros e várias interpretações. Em outras palavras, a significação de um enunciado, além de seu sentido, provém da acomodação intersubjetiva, ou seja, da **enunciação**. A linguagem é um sistema, mas um sistema aberto, o que nos permite melhor compreender que as línguas sejam por sua vez, variadas e, cada uma, singular, mas que todas suportam a generalização gramatical (e a tradução) prova de que elas têm, subjacentes, os esquemas e as operações universais.

Tentamos passar de uma linguística de estado para uma linguística das operações. Buscamos entender a linguagem como um colocar em relação (predicação, enunciação), graças à qual os enunciadores, através de um jogo estruturado de referências, produzem seus enunciados e marcam uma pluralidade de significações. Nesse sentido, vale lembrar que **enunciar**, para nós, é construir um espaço, orientar, determinar, estabelecer uma rede de valores referenciais, ou seja, “todo enunciado é “localizado” em relação a uma situação de enunciação, o qual é definido em relação a um sujeito enunciador e a um tempo (no sentido técnico de localização) de enunciação” (CULIOLI, 1999b, p. 44)³¹.

Acreditamos que, a cada vez que tomamos um enunciado, remontamos à origem, aos procedimentos de sua construção, de tal maneira que todo enunciado nos forneça um conjunto de possibilidades, ou virtualidades que, apesar do nome, estão sempre presentes. Tal enunciado é tomado dentro de uma rede de relações, dentro de uma rede de possíveis porque ele provém de uma léxis.

“A questão que se coloca é: em que um enunciado pode ser dito de maneira diferente de outro? Segundo a teoria culioliana, um enunciado enquanto enunciado se distingue de um outro pelas operações enunciativas que ele coloca em jogo. Em outras palavras, cada enunciado se distingue do outro, não pelo seu material léxico-morfológico, mas, pelas operações que a teoria nos permite enxergar. Quanto às propriedades comuns, caberia à léxis captá-las. Isso poderá incluir um pouco do

definido como uma unidade que representa uma realidade construída, e que pode vir a ser enunciada por um enunciador qualquer.

³¹ « *Tout énoncé est repéré par rapport à une situation d'énonciation qui est définie par rapport à un premier sujet énonciateur et à un temps d'énonciation.* » (CULIOLI, 1999b, p. 44)

material léxico-morfológico, mas não muito, pois a léxis por si só dá uma forma estruturada ao material reduzido do enunciado”. (CULIOLI, 1992, p. 25)³².

Nesse sentido, a TOPE ultrapassa a delimitação tradicional entre sintaxe e léxico, uma vez que em:

Um gato mia.

Este gato mia.

Há um gato que mia.

Os membros de um paradigma como este se distinguem uns dos outros enquanto compostos por enunciados diferentes; ou seja, consideramos a existência de um material léxico-morfológico cuja presença é o efeito de uma operação enunciativa (CULIOLI, 1992).

A diferença entre “um gato mia” e “há um gato que mia” busca mostrar de maneira definitiva que o bem e o mal formados enunciativos são distintos do bem e mal formados sintáticos. Essa diferença se dá porque o bem formado enunciativo precisa estar localizado em uma situação enunciativa, daí a necessidade de “há” ou “*existe*” *um gato que mia*.

Nos termos de Culioli a forma é qualificada de traço ou de **marca** de operação. O conceito de marca (por oposição ao de signo, no sentido saussuriano, por exemplo) deve ser interpretado de dois modos:

Se, num contexto dado, há duas formas diferentes, então elas são marcas de operações diferentes (isso não exclui que as formas possam ter o mesmo valor).

³² « La question se pose donc : en quoi un énoncé peut-il être dit différent d'un autre ? A cela, la théorie de l'énoncé propose une réponse : un énoncé en tant qu'énoncé se distingue d'un autre par les opérations énonciatives qu'il met en jeu. [...]. Autrement dit, chacun des membres de (1) se distingue de chaque autre, non pas par son matériel lexico-morphologique, mais par les opérations que la théorie énumère et caractérise. Quant aux propriétés communes, il appartient à la **léxis** de les capter. Celle-ci pourra inclure un peu de matériel lexico-morphologique, mais pas beaucoup ; [...] La **léxis** prise en elle-même donne une forme structurée à ce matériel réduit. »(CULIOLI, 1992, p. 25, grifos do autor).

Se, em contextos diferentes, a mesma forma recebe valores diferentes, então cada uma das ocorrências da forma é a marca de pelo menos uma operação diferente (*Um elefante apareceu. Esse elefante era impressionante. É verdade que um elefante, etc.*).

Assim, a noção de ‘*répérage*’ ou localização ocupa um lugar central na teoria de Culioli.

Paillard (1991, p.76 in *La théorie d’Antoine Culioli: ouvertures et incidences*)³³, parte de duas hipóteses (que discutiremos abaixo com base na referência acima citada) no que concerne à relação entre dois termos:

- Todo termo simples ou complexo se define pelo conjunto das relações de localização dentro das quais ele entra.

- Toda relação entre dois termos é uma relação complexa, e essa complexidade mostra que a relação pode se reorganizar várias vezes entre os dois termos; a natureza da localização e o estatuto do localizador/localizado podem mudar. Essa re-determinação sucessiva da relação por sucessivas marcações pode, em certos casos, estar ligada a diferentes planos: nocional, sintático, enunciativo.

Sendo dada a definição de localização como um colocar em relação, torna-se necessário interrogar-se sobre a natureza da relação que é estabelecida entre os dois termos. Podemos distinguir dois tipos de “colocar em relação”, a saber: **construção e especificação**.

A introdução de um termo dentro de um espaço dado corresponde à **construção** de um termo que, em alguns casos, pode ser assimilado a uma predicação de existência. Em: *Há um livro sobre a mesa*, teremos uma glosa: sendo dado “*mesa*”, coloca-se em relação com este espaço um objeto “*livro*” e é nesse quadro de colocar em relação que “*livro*” é levado em conta, então “*mesa*” é preconstituída, ou seja, constituída independentemente deste colocar em relação.

Especificação da posição no espaço de um termo dado:

³³ Denis Paillard é especialista em linguística russa e francesa e sua pesquisa se desenvolve no espaço teórico aberto por Antoine Culioli. Uma parte de seu trabalho é dedicada ao estudo das preposições (do francês), obra de nosso particular interesse. Membro do Laboratoire de Linguistique Formelle (UMR 7110), o professor Paillard foi nosso diretor de tese durante estágio de doutorado sanduíche na Université Paris VII - Denis Diderot em Paris, na França, de setembro de 2009 a fevereiro de 2010, período em que tivemos o auxílio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

“O livro está sobre a mesa”

O termo localizador “mesa” é colocado em relação com um termo já construído: “livro”. “Livro” é construído independentemente de seu colocar em relação à mesa.

Assim, vemos que a localização remete seja a uma operação de construção de um termo por meio de sua relação com um outro termo, seja à uma operação de especificação de um termo por outro termo.

Construção e especificação são então, duas relações da operação de localização entre um termo localizador e um termo localizado.

A localização como operação de construção corresponde à glosa: em relação a B, termo localizador, existe um outro, ou seja, sendo dado um termo B (termo localizador) este termo serve de construtor de um outro termo A.

Já a localização como operação de especificação tem como glosa: A tem a ver com B, em outras palavras, um termo A é determinado, qualificado, por sua relação com um termo B que é da ordem do ‘mesmo’ ou do ‘outro’.

A localização enquanto especificação (caso da preposição “para”) é uma operação de **qualificação**: o termo localizado é definido pelos vieses de sua relação com o localizador. Essa qualificação interpreta-se como uma identificação, uma diferença ou ainda uma ruptura. Esse valor (o da ruptura) é da ordem da indeterminação, mas, trata-se de um valor construído. Ao contrário do que é próprio à indeterminação da localização de construção, estamos abaixo de toda forma de determinação.

O estatuto das operações com as quais trabalhamos é puramente teórico.

Trata-se de operações que são ligadas a uma modelização, e não são diretamente de natureza cognitiva. Essas operações se dão como representação teorizada dos agenciamentos de formas que são, por sua vez, o traço das operações cognitivas às quais nós não temos acesso direto. A materialidade desses traços corresponde à imaterialidade das operações constitutivas da atividade significante: essas não são nem conscientes, nem perceptíveis. Somente são interpretáveis esses agenciamentos de formas, cuja análise permite fazer aparecer as regularidades que constituem o ponto de partida e a justificativa das representações teóricas dessas operações.

Nesta tese, não procuramos um sentido de base ou um catálogo de valores para a preposição que estamos estudando, mas sim, uma forma que permita representá-la, sem transformá-la em algo estável:

Cada uma das configurações se inscreve nas redes de operações constituídas pelo ambiente textual, no sentido das quais ela desempenha um papel que lhe é estritamente específico, daí a exigência de uma **definição** extremamente **precisa**. Mas a estabilização semântica da forma correspondente provém da rede que lhe integra, de sorte que sua definição deve ao mesmo tempo ser **aberta**. O que caracteriza, nesta perspectiva, cada unidade não é então nem um catálogo de valores nem mesmo um sentido de base (ou significado profundo). (FRANCKEL, J.J;LEBAUD,D. *Lexique et opérations: le lit de l'arbitraire in La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences*, 1991, p. 91, grifos do autor, tradução nossa).³⁴

Para Culioli, entender a linguagem trata-se de uma questão de auto-organização do ser humano, por isso a TOPE recorre incessantemente a paráfrases e glosas. Assim, enquanto linguistas que somos, cabe-nos trabalhar o material simbólico organizado por meio das línguas naturais, cuja expressão é caracterizada como linear, com a existência de um constituinte após o outro e com contexto de esquerda e de direita (e, portanto, restrito). Além disso, não podemos nos esquecer do papel do extralinguístico que ladeia a criatividade da linguagem.

Língua e linguagem estão de tal maneira imbricadas que poderíamos dizer que são bagagens do ser humano. Assim, segundo Rezende (2000), a linguagem representaria uma bagagem genética (a invariância) e a língua natural (a variação) representaria uma bagagem cultural, o formal e o empírico, respectivamente. De certo que o ser humano privado de uma delas não se desenvolveria. Assim, o indivíduo ficaria entre esses dois pólos, e a atividade discursiva o desestabilizaria.

³⁴ “Chacune des configurations s’inscrit dans des réseaux d’opérations constitués par l’environnement textuel, au sein desquels elle joue un rôle qui lui est strictement spécifique, d’où l’exigence d’une **définition** extrêmement **precise**. Mais la stabilisation sémantique de la forme correspondant provient du réseau qui l’intègre, de sorte que sa définition doit en même temps être **ouverte**. Ce qui, dans cette perspective, caractérise chaque unité n’est donc ni un catalogue de valeurs, ni même un sens de base (ou signifié profond).” (FRANCKEL, J.J;LEBAUD,D. *Lexique et opérations: le lit de l'arbitraire in La théorie d'Antoine Culioli: ouvertures et incidences*, 1991, p. 91, grifos do autor).

Por isso a TOPE recusa a concepção de língua utilizada como objeto da linguística e caracterizada como estática, invariante e homogênea. Procura-se a própria invariância, de maneira que pouco importa se o informante é o próprio linguista ou não, porque a procura não está no produto acabado, mas sim, nas inúmeras significações a que um enunciado (pensado, por exemplo) chega a proliferar sobre si próprio. Percebe-se, assim, a forte ligação entre cultura e língua, isto é, a inserção psicossociológica do falante que lhe permite perceber as sutilezas da significação (estilo, ênfase, variáveis psicológicas e sociológicas, etc.) e a importância do papel do linguista ao estudar o processo de linguagem.

Em nossa tese, procuramos as operações invariantes da preposição “para” no português brasileiro, o que nos permite estudar seus diferentes usos e, principalmente, seus significados associados, incluindo em particular o “como” ela se relaciona com as chamadas “categorias gramaticais”. As palavras de Benveniste demonstram bem a necessidade de um trabalho que valorize a preposição e suas operações dentro do enunciado:

“[...] no estudo das preposições, qualquer que seja o idioma e a época considerados, uma nova técnica da descrição é necessária e torna-se possível para restituir a estrutura de cada uma das preposições e integrar suas estruturas em um sistema geral. A tarefa solicita a obrigação de reinterpretar todos os dados adquiridos e de rever as categorias estabelecidas” (BENVENISTE, 1949 apud CULIOLI, 2002b, p.16, tradução nossa)³⁵

Para tornar possível este trabalho, é preciso ultrapassar certas propriedades classificatórias e etiquetagens e buscar a construção de um sistema de representação metalinguística que permita construir uma teoria dos observáveis e, a partir da constituição de famílias parafrásticas, formular problemas e construir procedimentos para a resolução dos mesmos.

³⁵ «[...] dans l'étude des prépositions, quel que soient l'idiome et l'époque considérés, une nouvelle technique de la description est nécessaire et devient possible pour restituer la structure de chacune des prépositions et intégrer ses structures dans un système général. La tâche entraîne l'obligation de réinterpréter tous les données acquises et de refondre les catégories établies.” (BENVENISTE, 1949 apud CULIOLI, 2002)

A forma passa a ser o produto das operações e o nosso trabalho é simular a relação operações-marcas com a ajuda da construção metalinguística. Em outras palavras, buscamos trabalhar a atividade de produção e reconhecimento de enunciados e enunciadores assim como calcular o valor referencial dos enunciados.

Colocadas as definições de língua e linguagem aqui adotadas e explicados os termos da TOPE que serão adotadas ao longo de nosso trabalho sobre a preposição “para” do português brasileiro, a seguir, apresentaremos algumas definições desta marca em alguns manuais da gramática normativa e nas pesquisas linguísticas como um todo para, a partir da observação destas, tentar traçar uma nova forma de enxergar as preposições – elementos das línguas que representam as operações da linguagem.

2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PREPOSIÇÕES

Neste capítulo pretendemos estimular a reflexão em torno do papel das “preposições” – em particular da preposição “para” - na língua, colocando em questão a maneira pela qual são apresentadas pelas gramáticas tradicionais e nas pesquisas linguísticas em geral.

A literatura em torno das preposições – tanto do português, quanto de outras línguas – é bastante vasta. Diferentemente das gramáticas, os estudos linguísticos sobre as preposições procuram sempre contextualizá-las sintática ou semanticamente sob o ponto de vista histórico ou dos usos da língua contemporânea.

De maneira geral, todos os gramáticos definem a preposição como sendo uma palavra invariável que liga um termo ou complemento a outra palavra, os quais denominam-se, respectivamente, conseqüente e antecedente. Alguns afirmam que as preposições não têm sentido algum, mas ao listarem seus usos, logo percebemos a contradição, pois baseiam-se nos sentidos, ainda que estes se estabeleçam a partir das relações com o verbo ou outras classes. No entanto, a maioria dos gramáticos se limita a definir a preposição e apresentar uma lista de preposições simples e locuções prepositivas.

Iniciaremos este capítulo com algumas observações acerca da marca “para” que é encontrada nas gramáticas nas seções destinadas ao estudo das preposições essenciais ou ainda “simples”, e também nas seções sobre “período subordinado” que quando combinada com a marca “que” formam a chamada “conjunção subordinativa”.

De uma maneira geral, as gramáticas abordam a preposição a partir do estabelecimento de um quadro classificatório estático e fechado na definição da noção de preposição, assim como as demais noções linguísticas. Assim, elas tentam encaixar, nesse quadro, todas as ocorrências linguísticas, de maneira que, as que não se encaixarem nesse modelo são tratadas como exceções.

Vale ressaltar que, por vezes, os gramáticos citados abaixo fazem algumas colocações sobre a marca que se aproximam daquelas apontadas em nosso

trabalho. Mas o percurso que fazem para abordar tais questões é totalmente contrário ao nosso. Eles partem do que é geral e listam as particularidades sem explicá-las, partem do produto linguístico. A TOPE parte das particularidades (produto linguístico) para chegar à produção linguística, ou seja, às generalidades.

Voltamos, num primeiro momento, nossa atenção para o tratamento que é dado a essas partículas em algumas das mais conhecidas gramáticas normativas da língua portuguesa. A primeira delas é a Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara:

2.1 Moderna Gramática Portuguesa (2001) de Evanildo Bechara

Nesta gramática encontramos a seguinte definição para “preposição”:

Chama-se preposição a uma unidade lingüística desprovida de independência – isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe – e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações. Não exerce nenhum outro tipo de papel que não seja ser índice de função gramatical do termo que ela introduz. (BECHARA, 2001, p.296)

Exemplo: Homem de coragem # (diferente de) o homem e a coragem

Segundo Bechara (2001), neste exemplo, a preposição “de” vai permitir que o substantivo “coragem” exerça o papel de “adjunto adnominal” do substantivo “homem” – função normalmente desempenhada por adjetivo. Ainda encontramos em Bechara (2001) que a preposição exerce “servidão gramatical”, sendo um simples índice de função sintática, sem correspondência com uma noção ou categoria gramatical, ou seja, um simples “transpositor”. Com relação a esta afirmação de Bechara, pensamos nos exemplos :

Taças de vinho

Taças para vinho

Nestes exemplos, podemos perceber que o uso da preposição “para” nunca implicará que o conteúdo esteja na taça, ao contrário da preposição “de”, cujo uso poderá ou não implicar uma taça com vinho ou uma taça para vinho. Trata-se de uma observação banal, mas que nos mostra que a função das preposições não pode ser apenas gramatical, uma vez que contribuem para a construção do sentido da expressão ou do enunciado que compõem. No caso específico da preposição “para”, o fato de ela contribuir para a construção referencial da noção /taça/ no momento da enunciação apenas, pode-se perceber que **vinho** é uma característica atribuída à **taças**. Como veremos em nossas análises, a marca “para” jamais define seu termo antecedente, apenas o estabiliza momentaneamente, o que nos permite enxergar **taças** em sua noção /taça/ puramente e **taças** em relação à **vinho**. O fato de estarmos sempre diante dessas duas visões do antecedente nunca permite que essa relação se efetue de fato, por isso as *taças para vinho* representarem mais uma função da taça do que o conteúdo existente nela no momento da enunciação.

2.1.1 A preposição “para”

Segundo Bechara, a preposição “para” denota:

a) a pessoa ou coisa em proveito ou prejuízo de quem uma ação é praticada (objeto direto, complemento relativo ou complemento nominal):

(1) A preguiça nos maus é salutar para os bons.

b) A pessoa a que se atribui uma opinião (dativo livre):

(2) O pedir para quem não tem vergonha é menos penoso que trabalhar.

c) fim, destinação:

(3) A filha deu-me recomendações para Capitu e para minha mãe.

d) fim:

(4) *O ambicioso, para ser muito, afeta algumas vezes não valer nada.*

e) termo de movimento, direção para um lugar com a ideia acessória de demora ou destino:

(5) *Foi para a Europa.*

Denota apenas “o lugar onde” em construção do tipo: Ele está agora para o norte.

f) tempo a que se destina um objeto ou ação, ou para quando alguma coisa se reserva:

(6) *Vou aí para as seis horas.*

2.2 Novíssima Gramática da Língua Portuguesa de Domingos Paschoal Cegalla

Cegalla (1978) não tem opinião muito diferente de Bechara, embora sua definição seja mais simplificada. Assim, de acordo com ele (1978, p.175): “Preposição é uma palavra invariável que liga um termo dependente a um termo principal ou subordinante, estabelecendo entre ambos relações de posse, modo, lugar, causa, fim, etc.”

O autor sintetiza o assunto “preposições” da seguinte maneira:

- 1) As preposições são conectivos subordinativos.
- 2) Antepõem-se a termos dependentes (objetos indiretos, complementos nominais, adjuntos, etc.) e a orações subordinadas.
- 3) Estabelecem entre os termos as mais diversas relações.

E, ainda na seção “preposições” encontramos um exemplo de uso da preposição “para” nas orações subordinadas adverbiais finais:

(1) O futuro se nos oculta para que nós o imaginemos

Vejamos o que Celso Cunha traz a respeito das preposições:

2.3 Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha

Celso Cunha (1970) também afirma que as preposições são descritas como palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro “antecedente” é explicado ou completado pelo segundo “consequente”.

E, assim como Bechara, faz algumas colocações adicionais:

2.3.1 Conteúdo significativo e função relacional

As relações são ditas fixas quando o uso associa de tal forma as preposições a determinadas palavras (ou grupo de palavras), de maneira que esses elementos não se desvinculam, constituindo um todo significativo. Segundo ele, nestes casos, a primitiva função relacional das preposições e o sentido mesmo delas se esvaziam, vindo a preponderar tanto na organização da frase como no valor significativo do conjunto léxico resultante da gramaticalização da relação sintática preposicional, como podemos perceber em “Rio de Janeiro”.

Nas relações necessárias as preposições relacionam ao termo principal um consequente sintaticamente necessário: “pertence a Deus” = verbo + OI. Nesses casos, ainda segundo Celso Cunha, intensifica-se a função relacional das preposições com o prejuízo de seu conteúdo significativo, reduzido aos traços característicos mínimos.

Por último, temos as relações que Celso Cunha chama de livres, em que a presença da “preposição” (não necessária, do ponto de vista sintático) acrescenta às relações que estabelece a ideia que possui, assumindo a plenitude de seu conteúdo significativo. Exemplo:

(2) *Encontrar com um amigo.*

(3) *Encontrar um amigo.*

A preposição “para”, segundo Cunha (1970):

1. Movimento: tendência para um limite;
2. Situação: finalidade, direção, intenção, referência, perspectiva:

No espaço: *Subiam para o azul os gritos da criançada.*

No tempo: *Caindo o Sol, a costureira dobrou a costura, para o dia seguinte...*

Na noção: *não estava para aquelas folhas até tão tarde, disse ela...*

Resta-nos dizer, ainda, que outros autores da gramática tradicional também foram consultados para a realização de nossa pesquisa, mas, aparentemente, o tratamento dado às preposições é quase sempre o mesmo.

Vejamos agora o que alguns estudiosos da linguística tecem a respeito das “preposições”. Consideramos importante a exposição da pesquisa linguística, uma vez que estão em constante desenvolvimento e sempre trazem uma novidade para o estudo.

2.4 As pesquisas linguísticas sobre as preposições

Nesta subseção, fazemos uma exposição das abordagens de alguns linguistas que refletiram mais a fundo a respeito do assunto “preposições”, no sentido de situar nosso trabalho entre tantos outros e estabelecer algumas comparações com outros estudos.

A leitura de todos os trabalhos, que são apresentados nesta seção, foi muito importante e ajudou muito na produção de nosso estudo ao clarificar a evolução do uso das preposições, além de apresentar um histórico de sua origem, como é o caso do trabalho de Mattoso Câmara Júnior (1985), sobre o qual falaremos a seguir.

Mattoso Câmara, ao tratar do assunto “preposições”, afirma que um traço característico da tipologia das línguas românicas, em face do latim, é o desenvolvimento de um sistema de preposições para estabelecer relações de subordinação entre os constituintes de uma oração. Mattoso lembra ainda que o latim já possuía um princípio desse sistema, a fim de subordinar certos complementos ao verbo respectivo:

O nome complemento vinha no caso acusativo ou ablativo, já indicadores da subordinação ao verbo, mas a partícula adverbial que se lhe antepunha, e por isso se chamava <preposição> na terminologia gramatical, insistia no elo subordinativo e delimitava melhor as condições da dependência. (CAMARA JUNIOR, 1985, p.175).

Posteriormente, com a eliminação da flexão casual, a marca da subordinação sobre o verbo recaiu exclusivamente na preposição.

Segundo Mattoso Câmara, o que mais caracteriza a estrutura românica é a utilização da preposição para a relação nominal, isto é, a subordinação de um substantivo a outro.

O latim marcava essa subordinação pela flexão de genitivo no substantivo subordinado. Na mudança, fica para a preposição “de” a indicação do elo subordinativo.

(1) *Historia est vita memoriae.*

(2) *A história é (a) vida d(a) memória.*

Câmara ressalta que “[...] o pequeno grupo das preposições essenciais portuguesas, todas de proveniência latina, opera em dois sentidos, e, na base de sua aplicação locativa, cada partícula desenvolve um conjunto de noções abstratas, complexo e sutil” (CAMARA JUNIOR, 1985, p.177).

A preposição “para”, por exemplo, (português arcaico *pera*) surgiu de uma aglutinação de *per* (percurso) e *ad* (direção) processada no latim vulgar imperial. E, de início, marcava um percurso com direção definida e, em português, torna a indicação de direção mais complexa, inclusive com noções complementares de “chegada” e “permanência”.

(3) *Ir a Araraquara.* (não-permanência)

(4) *Ir para Araraquara.* (permanência).

O uso da preposição “a” teria sido limitado pelo advento de “para”, de criação românica.

Ainda segundo Mattoso Câmara, a eliminação dos casos nominais latinos, em romance, deu ao uso das preposições uma relevância fundamental como mecanismo sintático, uma vez que, em português, é a preposição que subordina um substantivo a outro, na “regência nominal” (função que cabe à preposição “de”) e um complemento ao verbo na chamada “regência verbal” (a, para, em, de, por, com); preposições essas que subordinam os complementos (exceto objetos diretos e circunstâncias de tempo ou de expressão de “instrumento”) que os acompanham.

A significação gramatical das preposições abrangeria necessariamente o plano fundamental locativo e o das relações abstratas dele derivado, sendo que, neste último se acha a significação de “finalidade” da preposição “para”. Ressalta ainda, que a interdependência entre o nível abstrato das significações gramaticais das preposições e o nível da expressão locativa é bem ilustrada com a regência

para indicar o “agente”, na frase nominal dita “passiva” resultante da transposição de uma frase verbal em que o objeto direto passa a sujeito “paciente”.

Borba (1971) também procura uma forma de entender e “sistematizar” os usos das preposições tentando englobar o maior número de fatores possíveis para contribuir de forma eficiente para o entendimento dessas partículas.

Este estudioso afirma que nas ciências humanas não há descobertas como nas ciências exatas porque os fenômenos já nos são conhecidos. Sendo assim, o que se pode descobrir “são relações funcionais entre eles ou novas maneiras de relacioná-los”.

[...], parece mesmo que os lingüistas procuram evitar a ‘pecha’ de humanistas, dando às suas investigações um tratamento objetivo e um caráter matemático, como se estivessem tratando de uma entidade independente, não condicionada à natureza humana. (BORBA, 1971, p.2)

Este excerto das ideias de Borba tem muito a ver com nossa abordagem teórica, já que, segundo Culioli, muitas vezes, esquece-se de que nós humanos possuímos hormônios, ou seja, não somos robôs e nem a linguagem é matemática; é difícil, nesse sentido, compará-la às ciências exatas.

Por outro lado, nosso viés teórico não nos permite concordar inteiramente com a ideia de Borba sobre priorizar o ensino da sintaxe, alegando ser esta uma combinação de unidades para efeito de comunicação, até porque, pelo nosso viés teórico, até mesmo a função comunicativa da língua é questionável, e a sintaxe é tão importante quanto a semântica e a pragmática, em outras palavras, são inseparáveis, não há como uma ser mais importante do que a outra. As operações em torno das marcas envolvem todas essas partes: uma marca como “para”, por exemplo, suscita operações de todas essas naturezas, não é apenas a sintaxe que é responsável pela sua realização no enunciado.

Borba faz um estudo que dá grande relevância às “preposições” que, segundo ele, “são partículas de grande importância na língua”. Afirma que até o ano de sua tese de livre-docência sobre este assunto não se conhecia um estudo completo e sistemático das preposições no plano fonológico, gramatical e

semântico, ou ainda, uma visão de conjunto dos sistemas preposicionais do português.

Assim, ele tenta sistematizar as preposições da língua portuguesa e critica a GT pela exposição somente dos valores semânticos não atentados para a estrutura, bem como os dicionários, argumentando que estes enumeram valores semânticos que nem sempre são valores registrados, além de priorizarem alguma preposição (a, de, sobre, em) em detrimento de outras.

O objetivo de Borba em seu trabalho foi o de fazer um levantamento e a interpretação das nossas preposições intencionando apresentar o (s) sistema (s) com sua estrutura e funções.

Em seu estudo, ele constata que a preposição “para” tem um predomínio da ideia de direção (no espaço ou no espaço neutro: destinação ou finalidade, a fim de).

Descreve o que chama de realização semântica de algumas preposições, inclusive de “para” e lista as suas principais realizações semânticas em seu corpus:

1. Direção no espaço:

(5) *Soraia vai para o quarto.*

2. Lugar onde (=em):

(6) *Para o canto estava a filha Marta.*

3. Tempo aproximado:

(7) *Vai para uns quinze anos.*

4. Tempo futuro:

(8) *Fica para amanhã.*

A ampliação de seu sentido básico, segundo ele, levaria ao significado de:

1. Destinação:

(9) *Um lombo ótimo para a chibata.*

Coloca como observação que quando se oblitera o sentido de destinação, “para” fica apenas uma relação entre afetado e coisa que afeta:

(10) *Tudo corria bem para o dentistinha.*

De acordo com Borba (1971, p.129) a “preposição para tem dois sememas muito frequentes (“para” = direção no espaço/ “para” = destinação, finalidade), não sendo difícil compreender que “para” 2 é invariante de “para” 1 com neutralização do sema **movimento**.

(11) *Foi para os braços da amada (direção)*

(12) *Voltou para casa (direção)*

(13) *Cama para casal (destinação)*

Borba propõe um conjunto de traços componentes da classe preposicional:

1º. Constituir uma classe de palavras ou “parte do discurso”.

2º. Ser partículas invariáveis ou indeclináveis.

3º. Relacionar duas palavras nocionais.

4º. Anunciar o término de uma relação.

- 5º. Subordinar um termo a outro.
- 6º. Colocar-se antes do terminal.
- 7º. Ter volume fônico reduzido.
- 8º. Ter pouca ou nenhuma significação externa ou objetiva.

E chama a atenção para a mistura, nesta listagem, de elementos fônicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Segundo ele :

A tarefa da Lingüística Geral não se cumpre apenas na discussão terminológica. Cabe-lhe fixar, através de dados objetivamente observados, definições ou, então, conceituações aplicáveis ao maior número possível de línguas, a partir de características descobertas em línguas particulares. (BORBA, 1971, p.204).

Assim, segundo Borba, teríamos as preposições que comportam uma “definição generalizante” válida para qualquer língua e uma “definição particularizante”, válida para uma só língua ou grupo de línguas.

Trata-se de uma observação interessante para nosso trabalho com a marca “para” pois, nosso intuito é, por meio de uma observação mais geral deste marca, tentar explicar seus usos mais particulares sem, no entanto, fragmentá-la no plano das operações de linguagem. Buscamos trabalhar em uma análise dinâmica desta preposição, visando ao encontro de sua natureza profunda que lhe possibilita as suas variadas funções.

Ainda no que tange às preposições, houve uma grande ampliação em seu uso na passagem do latim para as línguas românicas e, portanto, para o português, tendo como consequência a expansão e variação dos significados que muitas delas veiculavam originalmente. Segundo Câmara Júnior (1985), essa situação teria feito com que uma preposição invadisse parcial ou totalmente o espaço de significação da outra.

Algumas situações dessa possível alternância (competição) entre elas se resolveram ao longo do tempo, com o predomínio de uma preposição em detrimento de outra, mas ainda existem muitos casos de preposições em “aparente” competição, sendo que pouco se sabe sobre os fatores que regem o uso de uma ou de outra.

Em estudo que focaliza o português do século XIX, Berlinck (2004) verificou um comportamento variável em construções com predicadores que subcategorizam complementos preposicionados com valor 'meta'³⁶. Embora relate que a preposição “a” seja a dominante na expressão do espaço, já aparecem como fortes concorrentes as preposições “para” e “em”, especialmente em contextos que descrevem uma situação concreta³⁷.

Além disso, levando em conta as afirmações de Pontes (1992), temos que considerar que no português do fim do século XX a preposição "a" já não constitui a opção mais usada nesse tipo de construção. Temos, então, um intervalo de tempo em que as “concorrentes” de "a" teriam se consolidado como as opções dominantes.

Berlinck (2000) verifica a variação entre as preposições “a”, “para” e “em” nos complementos de papel semântico “meta” do século XIX ao XX (os fatores selecionados envolvem propriedades semânticas: natureza semântica do predicador, animacidade do Nome, concretude do movimento e a noção de permanência [+longa]). De acordo com seus resultados, as preposições “a”, “para” e “em” variam quando o movimento é [+concreto] e há uma tendência ao uso de “a” com nomes de traço [+humano] e de “para” e “em” como nomes de traço [-animado].

Em trabalho desenvolvido sob essa mesma ótica (GONÇALVES, 2004, 2005)³⁸ também constatamos que os fatores [concreto] e [não-concreto] teriam influência no uso de uma ou de outra preposição no português paulista do século XX e, por isso, poderiam explicar, em parte, a alternância entre elas. Constatou-se também que a alternância entre as preposições “a”, “para”, “em” ocorreria primeiramente em contextos de uso concreto do verbo, para só, posteriormente, atingir os contextos “não-concretos”.

³⁶ Neste estudo, entende-se por ‘meta’ o papel semântico correspondente a ‘goal’ do inglês, que pode envolver noções variadas como “lugar (direção)”, como em ‘Gregório mandou o presente **para Madri**’ ou ‘Maria foi **a São Paulo**’, “possuidor (beneficiário)”, como em ‘Gregório deu seu casaco **para um pobre**’, e “tempo”, como em ‘Gregório esperou **até as dez**’. (cf. Vilela, 1992).

³⁷ Neste caso, entende-se que o verbo é usado com seu sentido concreto de movimento ou transferência [CONCRETO] e casos em que isso não ocorre [NÃO-CONCRETO] como em *Lula chegou ontem ao palácio do Planalto e falou com populares* (uso concreto do verbo de movimento) e *Procuramos fazer o melhor para chegar à decisão*, afirmou o jogador (uso não-concreto do verbo de movimento, não há um deslocamento físico).

³⁸ Gonçalves (2004, 2005) utilizou como *corpus* jornais do interior paulista do século XX.

Diante do rumo que estamos tomando, ou seja, da busca pelo entendimento e sistematização dos usos das preposições, vem à tona o que Neves (2002) coloca em seu livro *A gramática: história, teoria e análise, ensino* sobre a gramática, pois se voltarmos nossos pensamentos aos filósofos gregos, encontraremos uma gramática que representava o mecanismo geral da regulamentação da interdependência dos elementos. Essa gramática fazia metalinguagem em função epilinguística, desvendando os mistérios da linguagem e demonstrando o homem como ser dotado de linguagem, não como falante do grego clássico ou (na face contrária) de língua corrompida.

Esta concepção faz com que Neves tenha uma visão um pouco diferenciada do assunto, o que a permite fazer algumas colocações a respeito das preposições, que gostaríamos de citar neste momento. A estudiosa considera recção como subordinação, se enxergarmos a determinação sintática da forma casual da palavra subordinante. Assim, pensa que não seriam somente os verbos que teriam recção, mas as preposições também, embora poucas pessoas reconheçam-nas como elementos subordinantes, preferindo vê-las como unidades semântico-gramaticais subordinadas ao grupo preposicionado. De forma que, se as tomarmos como regentes, isso nos levará a considerá-las com uma recção dupla (preposição regida por um verbo ou adjetivo regendo, por sua vez, um substantivo).

Em sua *Gramática de usos do Português* (2000), indica a preposição “para” funcionando no sistema de transitividade, isto é, introduzindo complementos. Em quase todos os casos, esta preposição indica o que o verbo significa.

A fim de ilustrarmos seu ponto de vista, tomemos os seguintes exemplos:

(14) *Camila se inclinou para o meu lado*, neste caso, a marca “para” indica inclinação.

(15) *Sob esse critério é que devemos olhar para nossa arquitetura*, neste caso, a marca “para” significa aplicação de órgãos de sentidos, e assim por diante.

A autora mostra, ainda, que os contextos em que a preposição “para” aparece não são apenas os canônicos. Ela utiliza essa mesma preposição para exemplificar várias circunstâncias gramaticais, admitindo que ela está numa zona

obscura, num processo de gramaticalização, podendo possuir características de mais de uma categoria.

O trabalho de Neves nos interessa por buscar desvincular-se de uma visão homogeneizadora da língua e por admitir a complexidade da linguagem, embora como ficará claro em nossas análises, não adotemos o conceito de gramaticalização.

Com esse olhar para estruturas mais longas com as preposições, Nilza Barroso Dias, em trabalho sobre as Cláusulas de finalidade (2002) faz um estudo em dados de língua falada e escrita numa abordagem funcional-discursiva. A forma não-marcada é “para + infinitivo” que ocorre preferencialmente na posição posposta à cláusula núcleo.

Seu objetivo é investigar os tipos de cláusulas de finalidade, suas posições e funções, os meios pelos quais se articulam com a cláusula núcleo e com o ato de fala, bem como suas motivações semântico-discursivas.

Segundo a estudiosa, as cláusulas de finalidade representam o movimento de uma origem para um objeto da finalidade no “mundo das intenções”.

Normalmente, este deslocamento, se sobrepõe ao movimento no mundo físico, mas pode ocorrer de este deslocamento ser marcado por um sujeito experienciador que projeta a sua experiência (seus sentimentos) apenas no mundo das intenções; ou ainda a projeção deste movimento ser direcionada para o próprio ato de fala. (DIAS, 2002, p. 108).

Dias considera que nem sempre “para + infinitivo” tem o valor semântico de finalidade. Para ela, o movimento das cláusulas de finalidade mostra uma inter-relação entre futuridade e potencialidade. Vejamos o exemplo dado pela autora :

(16) [...] *Tipo Robin Hood, rouba na-na sul, para dar aqui para os outros que necessita. Diversão. Tem filho aí - um garoto aí - filho de capitão, tem filho de sargento. Mas rouba, que sabe que o pai vai soltar, aí vai dar aos outro.*

Neste caso, afirma que temos um evento motivador sob a forma de finalidade “os garotos dão o que roubam para o pessoal daqui” que é posterior àquele tempo expresso na cláusula-núcleo.

Como o enunciado trata da zona sul e da zona norte do Rio, a estudiosa diz que há um deslocamento físico nessa trajetória (origem – trajetória – meta), sobre o qual se realiza o movimento no mundo das intenções. Esta colocação da estudiosa está bem dentro do espírito do nosso trabalho porque, quando ela fala de um deslocamento no mundo das intenções, para nós, esse deslocamento nada mais é do que um deslocamento de T_0 (instante anterior à enunciação) para T_1 (instante da enunciação).

Para ela, o movimento (deslocamento) do sujeito de X a Y no mundo das intenções é um conceito básico na identificação das cláusulas de finalidade, propiciando ainda a seleção do conector “para” como uma forma não-marcada. “O para traz em seu bojo o conceito de movimento com o intuito de atingir um determinado fim.” (DIAS, 2002, p.113)

A autora conclui seu trabalho, afirmando que as cláusulas de finalidade codificam o movimento no mundo das intenções: “O sujeito e/ou locutor estabelecem um propósito ou finalidade, cuja execução do objetivo demanda o deslocamento de uma origem a uma meta, com uma trajetória, no mundo das intenções. Este movimento no mundo das intenções pode sobrepor-se ao deslocamento no mundo físico.” (DIAS, 2002, p.115).

Entendemos as palavras da citação no sentido de que esses termos que a estudiosa usa seriam, pensando no esquema de léxis, o que está antes e o que está depois do relator. E essa trajetória da qual ela fala no “mundo das intenções”, esse “mundo”, para nós nada mais é do que a linguagem, é o mundo das operações da linguagem. Percebe-se neste trabalho um esforço em entender a complexidade da linguagem que engloba a questão da intenção, de maneira que modelos matemáticos apenas, não resolveriam toda a problemática que gira em torno da relação linguagem – línguas naturais.

Talvez concordemos com o que diz a respeito da marca “para” (de que ela traria consigo o conceito de movimento com o intuito de atingir um determinado fim que é o que dizemos; tal marca traz consigo uma projeção que pode ou não realizar-se em T_0 , daí a autora falar em “intuito”. Entendemos a questão do movimento como a passagem ativada por “para” de T_0 para T_1 , como já colocamos acima.

A autora fala em articulação e desconsidera o conceito de subordinação mais tradicional.

A investigação das cláusulas de finalidade levou-nos a desconsiderar o conceito de subordinação mais tradicional e a postular que a articulação do valor semântico de finalidade ocorre em dois níveis: com uma ou mais cláusulas – núcleos, ou com o próprio ato de fala. (DIAS, 2002, p.114).

Um outro autor que se dedica ao estudo das preposições é Pierre Cadiot, autor de *De la grammaire à la cognition: la préposition pour*, trata-se também de um dos muitos estudiosos que vêm questionando o princípio da autonomia da sintaxe, o que tem se tornado uma tendência da pesquisa linguística em geral.

Dentro dos modelos questionadores, estão as gramáticas discursivas, cognitivas, etc., que buscam numa linguística interna as razões e regras explícitas e implícitas das construções de enunciados. O trabalho de Pierre Cadiot não tem propósito diferente.

O referido estudioso tem como foco de seu trabalho a preposição “pour” do francês, tecendo alguns comentários acerca deste assunto. Segundo Cadiot (1991) a preposição “pour” tem uma diversidade de usos e sentidos, ocupando, assim, um lugar paradoxal, às vezes aparecendo tal como as preposições “a” e “de”, mas, fora de contexto, sua significação seria bem “fatiada”, podendo-se dizer que ela indica um destino, além de cobrir os domínios mais abstratos de experiência e em função do contexto, assumindo efeitos diversificados.

Para ele, a preposição “pour” é considerada um campo muito rico de pesquisa devido à variedade quase ilimitada de efeitos de sentidos, contudo, não tem sido muito estudada, a não ser em trabalhos ditos tradicionais. Segundo Cadiot (1991, p.20), alguns fatores podem interferir na compreensão dos enunciados com a preposição “pour”: “o valor ilocutório do enunciado, os determinantes, os argumentos introduzidos pela preposição no predicado, aspecto, tempo...”.

É o estudo dos critérios que operam a relação entre esses elementos em torno da preposição que permite enxergar as suas particularidades de sentido :

Veremos como pour ancora o enunciado na enunciação. Esta referência permanente à enunciação está na origem de toda uma retórica, a qual veremos que resulta de uma tensão entre o valor descritivo dos enunciados e portanto, seu valor enunciativo.³⁹ (CADIOT, 1991, p.21)

A hipótese central de Cadiot é a de que “os encadeamentos” por um grupo preposicional introduzido por “pour” não podem ser descritos se se distingue *a priori* de maneira separada a sintaxe, da semântica, da pragmática, mas também da atividade enunciativa, da boa forma e da verossimilhança dos discursos, das hipóteses sobre a organização interna das representações lexicais, das dimensões referenciais e cognitivas e da construção do sentido e da comunicação.

Ele também dá importância ao pré-avaliável, ao pressuposto, pré-construído e alega não ser o único a pensar que é impossível fazer sintaxe sem levar em conta realidades tão complexas como essas noções. Afirma também que leva em conta questões sobre forma e conteúdo das representações lexicais que devem ser abordadas como um complemento ao pré-avaliável da enunciação, alegando ser até banal pensar que o léxico se constrói por abstração reportando ao concreto da enunciação.

Cadiot afirma que um “encadeamento” com “pour” não é possível em exclamações, a menos que remetam diretamente a um estado intencional. Por exemplo: “Attention pour la chaise!”⁴⁰ que ficaria estranho em “Aïe pour toi!”⁴¹, neste último exemplo também causando estranhamento em português.

Assim, o autor observa que, no francês, “pour” opera não por um simples conteúdo expreso, manifestado pelo locutor numa dada situação, mas sobre a dimensão intencional em todo enunciado realizado dentro de certas condições.

Enunciados como “Aïe, pour toi” não seriam apropriados para um encadeamento com “pour”.

³⁹“Or on verra comment pour ancre l'énoncé dans l'énonciation. Cette référence permanente à l'énonciation est à l'origine de toute une rhétorique, dont on verra qu'elle résulte d'une tension entre la valeur descriptive des énoncés et donc, leur valeur énonciative.” (CADIOT, 1991, p.21)

⁴⁰ Em português seria o equivalente a “Atenção à cadeira!”

⁴¹ Em português seria o equivalente a (?) “Ai para você!”

Segundo Cadiot, a maioria dos enunciados tratados por ele possui leitura compacta (correspondendo a um único ato de enunciação, associado às interpretações circunstanciais, finais, em particular). Ele procura explorar em detalhe as múltiplas manifestações de uma propriedade bastante geral de “pour”, levantando a hipótese de que essa preposição extrai uma informação da palavra para depois devolvê-la. É como se “pour” tivesse a função de anaforizar, mas ressalta, em um sentido bastante vago.

Brevemente pode-se dizer do campo de incidência dos complementos introduzidos por pour alguma coisa que se assemelha à definição wittgensteiniana da proposição : ela é mais do que um simples signo proposicional, ela é dotada de uma orientação intencional, ela é <um signo proposicional na sua relação projetiva ao mundo>⁴² (CADIOT, 1991, p.30).

Pensamos que o trabalho de Cadiot tenha uma preocupação com a questão da linguagem, o que pode ser evidenciado quando comenta em colocar às claras algumas das ambiguidades, utilizando-se de exemplos e tecendo comentários a respeito de “pour”, funcionando como um elemento que coordena (marcador da sucessão temporal), como em:

(17) *J'ai écouté pour traduire.*⁴³

O estudioso afirma que uma tal noção (bastante geral) não é suficiente para dar conta da multiplicidade de efeitos de sentidos particulares aos quais ela se presta. Os encadeamentos introduzidos por “pour” numa enunciação são concebidos como um dispositivo que pode se prestar a efeitos interpretativos diversos (efeitos que, ao contrário disso, produzindo-se dentro do caso de outros tipos de encadeamentos, não são necessariamente atribuídos às etiquetas como tais).

⁴² “Bref on pourrait dire du champ d’incidence des compléments introduits par pour quelque chose qui ressemble à la définition wittgensteinienne de la proposition: elle est plus qu’un simple signe propositionnel, elle est douée d’une orientation intentionnelle, elle est <un signe propositionnel dans sa relation projective au monde>” (CADIOT, 1991, p.30).

⁴³ Em português seria o equivalente a “Eu escutei para traduzir”

Continuando sua reflexão sobre “pour”, Cadiot comenta que esta possui uma propriedade bastante geral da linguagem com seus vários efeitos (preterição, por exemplo) e sua projeção ao mundo e, além disso, afirma que “pour” reporta à marca mesma da relatividade dos seres, dos objetos, dos eventos, das proposições, o que é bem conhecido. O autor insiste em aguçar nossa sensibilidade à polissemia (veja também a indeterminação) dos encadeamentos com “pour” e em propor, pela observação indutiva, o jogo complexo dos efeitos de sentido. Exemplifica da seguinte maneira:

(18) *Paul s’installa à dormir.*⁴⁴

(19) *Paul s’installa pour dormir.*⁴⁵

Segundo Cadiot há uma diferença qualitativa entre um exemplo e outro na medida em que “pour” traria uma ideia de processo, eventos sucessivos, ou seja, é o ato de ir dormir, o sono, os eventos sucessivos que são descritos. Ele também chama nossa atenção para um enunciado do tipo:

(20) *Que l’on travaille est un principe pour Jean.*⁴⁶

Alertando que se trata de um enunciado de partida com “pour”:

Esta construção banal ilustra a tese de acordo com a qual o evento descrito no constituinte introduzido por pour é figurado não como inerente ao resto do enunciado, mas como este exterior que lhe confere seu alcance intencional, sua ação projetiva ao mundo.⁴⁷
(CADIOT, 1991, p.86)

Cadiot acredita que a ideia de concessão, finalidade, causa-consequência viria num segundo plano depois da projeção. Algo bastante interessante também que o autor ressalta é que quando dizemos “é um tipo útil” já se subentende dizer [é

⁴⁴ Em português seria o equivalente a “Paul se instala/se coloca à dormir”.

⁴⁵ Em português seria o equivalente a “Paul se instala/se coloca para dormir”.

⁴⁶ Em português seria o equivalente a “Que trabalheemos é um princípio para Jean”

⁴⁷ “*Cette construction banale illustre la thèse selon laquelle l’événement décrit dans le constituant introduit par pour est figuré non comme inhérent au reste de l’énoncé, mais comme cet extérieur qui lui confère sa portée intentionnelle, sa relation projective au monde*”. (CADIOT, 1991, p.86)

um tipo útil para mim], à medida que um enunciado é também uma enunciação, que é necessariamente remetida a um sujeito enunciator cujos julgamentos são cumpridos quando eles se apresentam como absolutos, dando uma forma de relatividade a este sujeito-enunciador.

Assim, “pour” induziria, necessariamente, para uma forma de engajamento mesmo mínima um elemento de colocar em relação (R) com o locutor (“pour”, de algum modo, fala sobre a experiência do locutor).

Ainda sobre a língua francesa, no estudo *La Couleur des Prépositions de Claude Vandeloise* F. Brunot e C. Bruneau (1956 apud VANDELOISE, 1993, p.5) distinguem as preposições vazias (exemplo: de, a) das preposições semi-vazias (avec, en, par, pour, sur) e as preposições plenas do francês. As preposições vazias (que podem exprimir as narrativas mais variadas) são as preposições que são esvaziadas de seu valor original como “de”, que tem cessado de marcar o ponto de partida e a quem marca mais o ponto de chegada.

Após ter apresentado uma revisão crítica dos critérios propostos por esses autores, Gougenheim (apud VANDELOISE, 1993, p.5) demonstra que a preposição “de” é a única preposição vazia do francês. Uma preposição vazia, segundo ele, seria uma preposição cujo valor intrínseco é tão diluído que se pode dizer que ele não se deixa mais modificar.

Segundo este autor, a preposição “de” é vazia porque quando a empregamos depois do infinitivo ou quando se torna um artigo partitivo ela fica vazia de sentido.

Ele, inclusive, compara as expressões *demander à sortir*⁴⁸ (com o valor intrínseco pontual dessa preposição) e *craindre de sortir*⁴⁹ do francês, em que a preposição “de” fica vazia de sentido, assim como quando esta preposição é empregada diante de um nome sem artigo como *un homme de valeur*⁵⁰ (“de” puramente gramatical), ou quando é expletivo como em *La ville de Paris*⁵¹, entre outros casos.

⁴⁸ Em português seria o equivalente a “Pedir para sair”

⁴⁹ Em português seria o equivalente a “Recear sair”

⁵⁰ Em português seria o equivalente a “Um homem de valor”

⁵¹ Em português seria o equivalente a “A cidade de Paris”

Mas, como coloca Vandeloise (1993, p.6), organizador dos trabalhos, “será que Gougenheim quer demonstrar que a preposição “de” é vazia ou que certos empregos desta preposição são vazios?”. Para este estudioso, seria mais correto dizer que certos empregos são vazios porque eles têm um papel gramatical desprovido de valor intrínseco. Assim, comparando as preposições “de” e “a” com “dans” ou “devant” do francês, Vandeloise realça a falta de sentido das primeiras.

Para ele, essa palidez de sentido resultaria diretamente da vontade de propor uma significação bastante geral para cobrir todos os usos da preposição. (p.7, tradução nossa). Esse é, parcialmente, o propósito de nosso trabalho, pois, como trabalhamos segundo os pressupostos da TOPE, não acreditamos que existam preposições cheias ou vazias de sentido, a preposição é um elemento tão importante como os demais no enunciado e seus usos sempre serão um reflexo das operações que ela suscita..

Na teoria de Culioli, a linguagem é uma capacidade inata de construir representações, referenciá-las e regulá-las, além de superar as noções de concreto *versus* abstrato para permitir uma maior sutileza no estudo, uma vez que, para este estudioso tudo está sob a égide da enunciação.

Assim, se o contexto de esquerda e de direita não resolve o problema, podemos partir para a entonação, pois a TOPE permite este movimento no sentido de forçar a procurar questões mais profundas que estariam na base da diversidade, como, por exemplo, achar o que há de comum entre os vários gêneros de texto para dar conta dessa diversidade.

Gougenheim ao classificar as preposições de incolores, justifica que elas não fazem nada além de refletir seu ambiente linguístico, o que, como já observou o estudioso Cadiot, trata-se de uma classificação que nos levaria a ver *verre à vin* (taça para vinho) e *verre de vin* (taça de vinho)(do francês) como uma mesma coisa, uma vez que essas preposições vazias refletem o mesmo contexto linguístico.

Cadiot tenta resolver este problema, o que aparece dentro de seu estudo sobre a preposição francesa “pour” (citado anteriormente) cuja significação consistiria em colocar em relação um enunciado situado à sua esquerda com o enunciado a sua direita.

Por esta significação, a preposição adquire efeitos de sentido tais como “à propôs de”, “selon”, etc. Assim, segundo Cadiot, a significação não se compreenderia em função de uma relação existente no mundo extralinguístico, mas por apontar ao discurso que ela organiza. De maneira que, para que os efeitos de sentido apontados por Cadiot possam ser inferidos, “pour” não pode contentar-se em refletir o sentido dos enunciados que ela une, mas deve organizá-los de acordo com instruções precisas. Cadiot estuda em detalhe a concorrência de “pour” com a preposição “vazia” “de” e nota que, dentro dos contextos em que elas são intercambiáveis, elas produzem inferências diferentes.

Vandeloise, ao fazer algumas considerações a respeito do trabalho de Cadiot afirma que a aproximação das preposições pelos seus usos mais concretos oferece uma alternativa interessante à pesquisa das significações mais abstratas, por isso ele se limita às preposições espaciais que se prestam melhor a esse tipo de análise, acreditando que com tal método se estenderá às preposições mais abstratas. Alega que uma preposição mista como “pour” consiste em um terreno particularmente propício para este teste. Reconhece a ela um estatuto particular de destinação.

Consideramos a leitura destes estudos sobre as preposições francesas bem interessantes e também muito preocupados com questões relacionadas ao reconhecimento dos arranjos de línguas. Assim como nós, esses estudiosos mostraram bastante interesse pelas preposições, demonstrando o quanto elas são importantes na constituição do enunciado. Utilizando-se de observações um pouco diferentes das nossas a respeito do assunto fazem uso da paráfrase como recurso de estudo, o que contribuiu bastante ao nosso trabalho com o *corpus*, como veremos mais adiante.

Uma outra grande questão que vem sendo bastante abordada em relação às preposições tem a ver com o seu estatuto lexical e/ou gramatical.

A tese defendida por Pezatti, Hirata-Vale, Camacho e Bechara (2010) é a do estatuto léxico-gramatical das preposições no português brasileiro seguindo o arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) conforme proposta por Hengeveld (2004 *apud* PEZATTI *et al.*, 2010) e Hengeveld e Mackenzie (2008 *apud* PEZATTI *et al.*, 2010). Esse estudo vem tentar complementar uma das “falhas” da gramática tradicional que trata as preposições apenas como elementos gramaticais.

A GDF distingue na estrutura das expressões linguísticas, elementos lexicais e gramaticais. Admitem que alguns itens, como as preposições, no entanto, são difíceis de categorizar, por falta de critérios definitivos de classificação, uma vez que não está claro se todos os membros da classe são lexicais ou gramaticais, ou, ainda, se um e o mesmo elemento pode ser usado lexical ou gramaticalmente.

Para tentar entender o seu funcionamento, os seguidores dessas ideias baseiam-se em dois critérios: o critério semântico que é visto como especificidade e o critério da dependência contextual. O primeiro – **especificidade** – se aplica aos casos em que o item apresenta sentido específico, como, por exemplo, “sob”, que indica, no eixo vertical, posição inferior, em (21). A ideia contida neste critério tem a ver com o fato de que a gramaticalização implica perda de boa parte das especificidades do significado lexical, como se pode observar em (22a), com o uso de “de”, em oposição ao “de” (22b), que mantém, mais nitidamente, o valor de origem, que sofreu “descoloração” semântica em (22a).

(21) *Depois ponham essa escada lá em baixo, **sob** o pórtico.*

(22) A *Não gosto **de** abuso comigo.*

B ***Do** alto da colina, avista-se a cidade toda.*

Quanto ao critério da **dependência contextual**, entende-se que os itens que se gramaticalizam assumem uma dependência crescente de material circundante, indicando que a interpretação passa a depender cada vez mais do significado contido no contexto.

Entende-se que há dependência contextual quando o item é exigido por algum predicado. Em (23), por exemplo, o predicado *velar* exige a preposição “por”, já em (24), “para” não é requerido por nenhum predicado.

(23) *Meu pai ficou na porta, uma figura obsoleta, velando **pelo** padrão moral de sua estirpe.*

(24) *Em 2.004 e 2.005 fez a música **para** a micro série Hoje é dia de Maria, **para** a TV Globo.*

Afirma-se que os itens mais gramaticalizados tendem a amalgamar-se a outros elementos linguísticos e, por isso, a perder material fônico, processos fonéticos que foram identificados como redução e fusão fonética. Segundo esse ponto de vista, é o que acontece geralmente com “para”, que, ao sofrer síncope da primeira vogal e ao se fundir com o artigo subsequente, se realiza como *pra* ou *pro*, conforme se observa em (25).

(25) *Claudia é muita areia **pro** meu caminhãozinho. Ela é totalmente **pra** frente em relação a tudo.*

Resumindo, dividem as preposições em dois grupos:

(i) O primeiro grupo, constituído por *a, para, de, em, por, com* e *sem*⁵². (Estatuto gramatical).

(ii) o segundo grupo, constituído por *ante, após, até, contra, desde, entre, sob* e *sobre*. (Estatuto lexical).

As preposições do primeiro grupo sinalizam, no Nível Morfossintático, a função semântica argumental Locativo. E a preposição “para”, que nos interessa no momento, representa a função que indica o ponto final do movimento, como exemplifica (26), representando especificamente Meta Espacial.

(26) *As duas jovens foram levadas **para** uma casa de saúde particular.*

O segundo conjunto de preposições, as preposições **lexicais**, apresenta, de acordo com os critérios utilizados, propriedades que permitem identificá-las como

⁵² *Sem* compartilha traços tanto do primeiro quanto do segundo conjunto.

lexicais. A principal é a de que, no Nível Interpessoal, constituem uma forma de ação comunicativa, correspondente à evocação de uma propriedade/relação no Nível Representacional.

Como a possibilidade de expressar sentidos específicos depende de uma escolha do falante, todos os itens do segundo conjunto são localizados negativamente com relação ao traço obrigatoriedade. Como se observa em (27a) e (27b), seria possível usar “em” em vez de “sob”; contudo, o sentido de posição inferior no eixo vertical desaparece.

- (27) A *Toda a nossa história, desde a Independência, se desenvolveu **sob** o signo do café*
 B *Toda a nossa história, desde a Independência, se desenvolveu **no** signo do café*

Essas observações permitem aos autores concluir que as tradicionalmente denominadas “preposições” em português, quando em adjunção, constituem elementos lexicais, ou seja, preposições que encabeçam a construção sintática, e elas próprias exigem complementação, o que as coloca sob o rótulo de predicados monovalentes; quando, no entanto, têm função puramente relacional, constituem elementos gramaticais, que sinalizam funções argumentais, requeridas por um predicado.

Deve-se observar, no entanto, que neste estudo, admite-se que a preposição “sem” compartilha os traços do primeiro conjunto, mas também se caracteriza por dependência contextual e obrigatoriedade, do segundo conjunto, o que indica uma distribuição ambígua dessa preposição com relação ao estatuto lexical/gramatical.

Este fato pode levar a um questionamento dos critérios de classificação das preposições em lexicais ou gramaticais, o que fortalece os comentários de Culioli⁵³

⁵³ Embora não tenha dedicado qualquer estudo de maior fôlego às preposições, num trabalho de constituição de um glossário de 45 termos linguísticos, atribui um estatuto híbrido à preposição.

(1971, p.37) que, ao assumir a plasticidade e complexidade dos fenômenos linguísticos deixa a porta aberta para a existência de categorias híbridas:

A descrição dos sistemas preposicionais (inventários, valores) é particularmente árdua: com efeito, as preposições são unidades com estatuto híbrido, gramaticais enquanto marcas de relações, mas também lexicais, de onde os problemas de referência semântica, de empregos fraseológicos e as restrições sintáticas que se emaranham.⁵⁴

Apesar disso, atualmente, é grande a lista de trabalhos que, como o de PEZATTI *et al*, dedicam-se à questão do processo gramaticalização, afirmando ser um fenômeno que atinge algumas preposições.

Em um capítulo sobre as preposições na *Gramática do português culto falado no Brasil* (2008), Rodolfo Ilari *et al* também compartilha do conceito de gramaticalização, ao defini-las enquanto portadoras de um sentido de base (a representação das entidades no espaço real ou imaginário). Afirma que as preposições podem ser classificadas com base em seus estágios de gramaticalização, elaborando uma abordagem cognitivista da classe, mostrando que o espaço, o movimento, o trajeto e a ligação constituem esquemas imagéticos que os falantes utilizam para ter uma percepção de si mesmos e do ambiente. Assim como fazemos em nosso trabalho, Ilari *et al* (2008, p. 626) questiona as abordagens tradicionais e suas intermináveis listas de sentido atribuídas às preposições:

[...], uma das falhas das abordagens tradicionais da preposição é a dificuldade de fornecer um tratamento abrangente para cada uma delas, que não se traduza em uma enumeração interminável dos “sentidos” que a preposição assume em seus diferentes usos e contextos. As afirmações a que leva esse tipo de tratamento não são propriamente erradas, mas são, no mais das vezes, óbvias, e tendem a transferir para a preposição elementos de sentido que, de fato, são

⁵⁴ “La description des systèmes prépositionnels (inventaire, valeurs) est particulièrement ardue: en effet, les prepositions sont des unités à statut hybride, grammaticales en tant que marqueurs de relations, mais aussi lexicales, d’où des problèmes de référence sémantique, d’emplois phraséologiques et de contraintes syntaxiques qui s’enchevêtrent.”

dados por outras expressões presentes no contexto. É possível ir além de tratamentos desse tipo?

Ele afirma que, pelo fato de “para” introduzir tanto complementos quanto adjuntos, além de funcionar como predicadora, essa preposição apresentaria um alto grau de gramaticalização, confirmado pela frequência com que essa preposição se contrai com outros itens lexicais na linguagem oral. Por seus pressupostos teóricos de trabalho, esse autor é referência para uma tese de doutorado que trata, entre outros assuntos, da gramaticalização da preposição “para” no português brasileiro. Essa tese, defendida pela estudiosa Verena Kewitz⁵⁵, é embasada, sobretudo, na Linguística Cognitiva, abordando a língua como um sistema complexo, cujos processos atuam simultaneamente, dinamicamente e multilinearmente.

São objetos de estudo desta pesquisa os sintagmas preposicionados introduzidos pelas preposições “a” e “para” subcategorizadas por verbos e seguidas de nome. A autora realça que devido à grande produtividade dessas preposições, não foram analisados dados em que elas são subcategorizadas por nomes (*roupa para todos*) e adjetivos (*útil à humanidade*), quando são seguidas de verbo (*escrevo para falar de mim*), quando formam conjunção (*para que*), perífrases. Uma das hipóteses de Kewitz (2007, p.13) é a de que:

As preposições em geral são itens dotados de sentido específico [...]. “A” e “para” especificamente, carregam desde sua origem, o valor de “direção/ponto final de um percurso” (ad), ou ainda de “aproximação”, no caso da preposição “a”.

A pesquisadora acredita que todas as preposições são itens dotados de sentido específico, uns mais facilmente detectáveis, outros menos. Acredita também que a predicação é o processo em que um termo recebe de um operador certas propriedades que antes não dispunha, ou seja, recebe uma contribuição semântica que não estava inscrita nas suas propriedades intensionais. Assim, exemplifica que em “casa de madeira”, a entidade “casa” não é necessariamente feita desse

⁵⁵ Ver referência completa deste trabalho na seção dedicada às referências de nossa tese.

material e recebe, portanto, da preposição tal propriedade, e assim também “madeira ” recebe da preposição a propriedade de servir para a construção da casa.

Vê-se que a preposição toma por escopo o termo à esquerda e o termo à direita, relacionando um ao outro.

Nota-se que a autora faz afirmações que não estão longe do que seguimos pela TOPE, ela inclusive faz menção a Fillmore justamente a respeito de um conceito que na teoria que seguimos recebe o nome de “*noção*”.

Para fazermos entender melhor a comparação, remetemos a um parágrafo da tese de Kewitz (2007, p. 81), para sermos breves, em que afirma que nos anos oitenta, Fillmore desenvolve uma nova teoria: Frame Semantics (1982, Semântica de Enquadramento). Segundo essa nova perspectiva, não se pode entender o sentido de uma palavra sem ter acesso a todo conhecimento essencial relacionado a ela. Por exemplo, não entenderíamos a palavra “vender” sem conhecer nada sobre uma transação comercial, em que estão envolvidos um vendedor, um comprador, a mercadoria, o dinheiro e as relações entre cada um deles. Nesse sentido, uma palavra ativa, ou evoca, um quadro de conhecimento semântico relacionado ao conceito específico a que se refere. Esse quadro baseia-se em experiências recorrentes – como no exemplo, experiências recorrentes de transação comercial.

Sob o ponto de vista cognitivista da língua, alguns autores descartam essas complicações ao analisar categorias e itens linguísticos levando em conta o conhecimento de mundo, a linguagem como produção social e histórica, os processos (mais do que produtos) de estruturação e de significação, entre outros. Essa abordagem serviu de base para este trabalho de Kewitz sobre a análise dos processos de gramaticalização e semanticização das preposições “a” e “para”.

Nessa visão, a gramaticalização é apenas um dos processos de criação e mudança linguística. Os processos de gramaticalização, semanticização, discursivização e lexicalização com seus respectivos produtos (Gramática, Semântica, Discurso e Léxico) formam a língua de forma complexa e atuam simultaneamente, dinamicamente e multilinearmente.

Os dados do trabalho de Kewitz foram coletados de corpora dos séculos XIX e XX e analisados qualitativa e quantitativamente. A pesquisa confirmou fatos

observados por alguns estudiosos sobre a mudança **a > para**, mas destacou também nichos em que a preposição “a” ainda resiste.

Resultado bem próximo ao da dissertação de mestrado de Wiedemer⁵⁶ (2008) que, fundamentado na Sociolinguística Variacionista e no Funcionalismo de vertente norte-americana, concluiu um recuo gradativo da preposição “a” em Blumenau, Florianópolis e Chapecó. Além de concluir que os jovens privilegiam o uso da preposição “para” ao contrário dos mais velhos.

Além dos trabalhos comentados ao longo desta seção, sabemos que existem muitos outros relativos às preposições no português brasileiro, apesar disso, nos atemos a apenas alguns de particular interesse para as questões colocadas em nossa tese. A seguir, apresentamos alguns trabalhos acerca das preposições que, assim como o nosso, inserem-se no quadro teórico culioliano.

2.5 Alguns estudos sobre preposições sob a ótica da TOPE: articulação entre léxico e gramática

Esta subseção de nossa tese é dedicada à apresentação de alguns trabalhos que, assim como o nosso, se dedicaram ao estudo das preposições sob o viés teórico culioliano. Nosso intuito ao preparar esta seção é estabelecer uma relação de contraste com a seção anterior, em que apresentamos trabalhos dedicados às preposições sob outros enfoques teóricos. A ideia é mostrar a diferença de concepção e análise dos trabalhos sobre o enfoque da TOPE. Como veremos, são trabalhos cujos dados são construídos por meio do contexto e da situação enunciativa em que estão inseridos.

Os trabalhos apresentam uma visão que se opõe à proposta de que a linguagem seja determinada e de que a sintaxe que dela deriva separam **léxico e gramática**.

No enfoque dinâmico aqui adotado, a natureza indeterminada da linguagem e o conceito de hipersintaxe dela derivado articulam léxico e gramática. Nosso propósito aqui é expor uma reflexão sobre a relação sintaxe e léxico, encaminhando,

⁵⁶ Estudou a regência variável do verbo IR na fala de Santa Catarina.

como conclusão, esta relação fundamental para o centro de nosso trabalho sobre a preposição “para” do português brasileiro.

Assim como Rezende (2000, p.12), acreditamos que “uma sintaxe de unidades construídas e estáticas, mesmo contra a vontade explícita de seus defensores, é tributária de uma semântica e de uma pragmática implícitas”.

Esses estudos estáticos dos fenômenos de línguas acabam criando duas classes de entidades gramaticais: as unidades pertencentes ao léxico (unidades mais cheias e outras quase ou menos cheias). As unidades menos cheias seriam responsáveis pela organização das primeiras entidades, as mais determinadas.

Segundo Rezende (2000, p.14) :

É uma ilusão, resultante da estabilização dos fenômenos lingüísticos, propor as existências de elementos mais determinados, tais como, morfemas nocionais e morfemas gramaticais pertencentes à morfologia lexical, responsáveis pela unidade de análise lingüística, e de elementos menos determinados, tais como conjunções, preposições, a ordem esquerda e direita, responsáveis pela organização das unidades, a sintaxe. No entanto, a separação entre sintaxe e léxico, presente nos estudos dos fenômenos estáticos de língua, repousa sobre essa ilusão.

A proposta dinâmica de estudo propõe um espaço de construção anterior à existência das categorias lexicais e gramaticais já construídas. Segundo esta ótica teórica, propõe-se a existência de *noções* que dão existência ao léxico ou à gramática por meio de relações e de operações. Desse ponto de vista, parte-se de um conceito de hipersintaxe, responsável pela organização léxico e gramática.

Sob esta concepção poderemos discutir a existência de significados consensuais pois, sabemos que eles existem, mas questionamos a estabilidade das representações, uma vez que trabalhamos com um conceito de linguagem enquanto trabalho. Sendo assim, todo esforço se concentra em entender e buscar como se chegou a determinado significado.

Acredita-se que se trata de um significado construído na atualização do enunciado, resultado da interação entre a parte e o todo (o enunciado e seu co-

texto) produzidos pelo sujeito falante. Essa visão faz com que a linguagem seja encarada como indeterminada e o léxico articulado com a gramática.

Trata-se de uma forma de trabalho que se concentra em abrir os enunciados e a preposição para a análise (indeterminação) e, em seguida, fechá-los (determinação): são criadas famílias de enunciados próximos do enunciado dado que são desambiguizados na tentativa de se chegar ao significado preciso da marca em cada atualização. Em resumo, o objetivo é mostrar a necessária articulação entre léxico e gramática no estudo das marcas e das operações de linguagem em geral, como afirma Rezende (2000, p.26) :

Assim também, depois que tivermos um número grande de dicionários-gramáticas, que vão mostrar que o léxico não tem significado autônomo e de gramáticas-lexicais, que vão mostrar que não existe uma gramática autônoma, poderemos nos aproximar da construção de um conceito de linguagem, enquanto atividade de construção de representação, em que não fará o menor sentido a distinção entre léxico e gramática.

Seguindo o viés teórico supracitado, Costa (2010)⁵⁷ estudou algumas preposições do **português de Portugal**, defendendo que o significado associado a uma preposição não é apreendido através de uma configuração pré-estabelecida ou fixa, seja ela espacial, temporal ou outra.

Pelo contrário, na medida em que uma preposição determina e configura o contexto e o co-texto no qual ocorre, os valores de cada unidade correspondem ao produto da interação com os termos que ela coloca em relação.

Assim, seguindo o modelo teórico proposto por Franckel & Paillard (2007), postula o estudo da preposição enquanto relator R. Em artigo datado de 2010, Costa faz um apanhado de vários estudiosos que, de uma maneira ou de outra, fizeram comentários sobre o estatuto relacional das preposições, a saber, ele cita Port Royal, Pottier, Cadiot, enfim, faz um breve levantamento histórico sobre este assunto.

⁵⁷ Ver referência completa deste trabalho na seção dedicada às referências de nossa tese.

Costa também discute a questão do estatuto lexico-gramatical das preposições, defendendo, na linha culioliana, a hipótese da heterogeneidade ou hibridismo nocional da classe das preposições simples na medida em que combinam propriedades típicas das noções lexicais e das noções gramaticais.

Da mesma maneira, Rezende (2000a, p.351), ao tratar do conceito de signo e da separação entre léxico e gramática, faz a seguinte afirmação a respeito das preposições e das conjunções:

Desse modo, precisaríamos dizer que esse outro tipo de entidades gramaticais (mais difíceis de serem vistas como signos) também possuem significante e significado, e que elas são tão provisórias, precárias e indeterminadas quanto o é o signo "árvore".

Segundo Costa, é empiricamente impossível sustentar as propostas de alguns trabalhos que consideram a gramaticalização de algumas preposições considerando-as como itens gramaticais (palavras funcionais) enquanto outras tenderiam a ser mais lexicais. Ele se utiliza de enunciados com verbos de movimento e deslocamento para mostrar que as preposições “a”, “até” e “para” apresentam um estatuto lexical que, combinado com sua necessidade de relação no enunciado, faz com que elas sejam lexicais e gramaticais ao mesmo tempo. Essa relação necessária entre os termos de uma língua inevitavelmente leva a uma alteração e é dessa interação (articulação entre o léxico e a gramática), segundo Rezende (2000a, p.357), que resulta a indeterminação da linguagem:

Diferentemente dos estudos lingüísticos que se consolidaram no rastro da teoria do signo, nos quais não fica muito claro com que finalidade os falantes relacionam unidades, se depois de as relacionar, tanto o todo resultante quanto a parte (a unidade) não se alteram, a proposta de articulação do léxico com a gramática e a sua fundamental indeterminação oferecem, ao contrário, uma razão ao trabalho dos sujeitos.

Em seu trabalho, diferentemente do tratamento dispensado pelos manuais da gramática tradicional à essas preposições, ao sugerirem que as preposições são muito parecidas do ponto de vista sintático, e que cada preposição apresenta uma pluralidade de usos ou sentidos que não têm nada em comum entre si, Costa aposta nos seguintes pressupostos de base:

- (i) Estatuto relacional da preposição: a preposição R estabelece uma relação entre dois termos: A e B; o termo B funciona como localizador ou fonte de determinações de A;
- (ii) hibridismo nocional: a preposição funciona como noção, simultaneamente, lexical e gramatical. Assim, o significado de uma preposição não é apreendido através de uma configuração pré-estabelecida ou fixa (seja ela espacial, temporal ou nocional/figurada). Pelo contrário, defende-se como hipótese teórica que a interpretação de um termo R resulta da interação com os outros termos da relação (A e B).

Por meio de um exemplo, tenta clarificar o exposto:

a) *O Luís caminhou *à praia.*

b) *O Luís caminhou para a praia.*

c) *O Luís caminhou até à praia.*

Assim, predicados do tipo “processo” com a preposição “a” dão origem a sequências malformadas. Combinados com a preposição “para”, obtém-se sequências ambíguas do ponto de vista aspectual, podendo ser interpretadas como eventualidades do tipo processo ou do tipo processo culminado, como as manipulações com adverbiais durativos e de realização podem comprovar.

Além desse e de outros estudos de Costa, também nos deparamos com vários outros estudos sobre preposições que se engajam na proposta culioliana, como, por exemplo, o trabalho de Méliis⁵⁸ que apresenta um panorama de certos estudos voltados para a identidade da preposição “for” em inglês. O estudioso expõe várias visões teóricas desta preposição, tanto sob o aspecto sintático, como do semântico e do pragmático. E, em meio às suas observações, afirma que a TOPE rejeita a noção de uma semântica prototípica, objetivando estabelecer uma invariante teórica conhecida como “forma esquemática”. Assim, postula-se que as

⁵⁸ Estudioso francês inserido do quadro teórico culioliano e que se dedica ao estudo da língua inglesa e suas marcas. Ver referências bibliográficas.

variações semânticas desta preposição são geradas a partir de um mecanismo abstrato envolvendo noções tais como a “localização” e fatores abstratos tais como Quantificar (QNT) e Qualificar (QLT).

Também em estudo acerca das preposições e seus empregos, Franckel & Paillard (2006) introduzem a ideia de que a identidade de uma preposição não se define por algum sentido de base, mas pelo papel específico que ela desempenha dentro das interações constitutivas do sentido dos enunciados dentro dos quais ela é colocada em jogo. Essa identidade é caracterizável por meio de sua forma esquemática⁵⁹.

A ideia de uma forma esquemática não é criar um sentido central em torno do qual articulam-se todos os outros, mas, constituir um princípio organizador de sua variação e a especificidade que ela introduz na atualização dos princípios gerais que sustentam essa variação. Em outras palavras, a forma esquemática define a identidade de uma palavra como o modo particular que ela tem ao mesmo tempo de incorporar e de construir os ambientes que ela torna possíveis.

Os autores acreditam, por exemplo, que nos complementos preposicionais do verbo não há “dessemantização” da preposição. Paillard (2002) propõe que se ultrapasse a dicotomia “complementos argumentais” e “circunstanciais” alegando que os estudos mais consagrados em “preposições” giram em torno de dois grandes temas: um deles seria o que privilegia o emprego espacial das preposições; o outro que se apoiaria no estatuto dos complementos preposicionais no quadro de regência verbal.

Dessa forma, colocam em causa os critérios que permitem distinguir os complementos preposicionais argumentais dos complementos circunstanciais. No caso dos argumentais questiona se haveria dessemantização das preposições⁶⁰.

Assim, Paillard tenta definir uma problemática que permita descrever as preposições do ponto de vista da diversidade de seus valores (espaciais, temporais, figurados) sem privilegiar um tipo de valor (recusando a preponderância do espacial), alegando não existirem critérios operatórios que permitam distinguir valores espaciais de temporais e que, muitas vezes, um valor é declarado espacial

⁵⁹ Cujas definições gerais se encontram na introdução de nosso trabalho

⁶⁰ Na análise do enunciado 3 de nosso capítulo três, tratamos um pouco dessa questão.

(ou temporal) somente porque o nome correspondente a B (tomado como o segundo termo em uma representação do tipo: A *prep* B) tem uma dimensão espacial ou temporal, o que projetaria as propriedades semânticas do nome sobre a preposição.

Do mesmo modo que Paillard, também acreditamos que exista uma forma esquemática de um lexema (“para”, por exemplo) que defina a sua identidade semântica, e não apenas um valor particular de “para”, que pudéssemos considerar como prototípico. Seus valores particulares são por nós analisados como o produto da interação da forma esquemática com os elementos do co-texto e regidos por princípios gerais. Nesse sentido, seria muito difícil aceitarmos a afirmação de que a preposição “para” está em processo de gramaticalização, dadas as características desse processo (dessemantização, perda das propriedades categoriais, perda da substância fonética) até porque, agregada a este processo está a aceitação de que as preposições possuem um sentido de base, sendo umas mais lexicais e outras mais gramaticais. Acreditamos que as preposições são simultaneamente lexicais e gramaticais, e, aceitar que umas são lexicais e outras gramaticais, seria o mesmo que ressaltar apenas uma das facetas operatórias da preposição, deixando de lado o seu outro lado complementar, exatamente o que explicaria a existência da ocorrência de mais de uma preposição com o mesmo verbo atuando como concorrentes em potencial.

Para entender o papel das preposições na atividade de linguagem é preciso enxergá-las em seu funcionamento como um todo, ou seja, é permitir-se enxergar suas propriedades tanto lexicais como gramaticais, como mostramos ao longo de nossas análises que constam no capítulo três de nossa tese.

De todas as leituras apresentadas neste capítulo, percebe-se que, diante de nossos interesses metodológicos, não há como considerar preposições lexicais *versus* preposições gramaticais, mas sim, simultaneamente lexicais e gramaticais.

Qualquer trabalho que não considere esta simultaneidade estará, segundo nosso ponto de vista teórico, fechando os olhos para a complexidade das operações dessas marcas no contexto da linguagem. É exatamente o que Culioli lamenta na passagem abaixo:

[...] durante muito tempo e de modo inevitável, insistiu-se nas propriedades classificatórias dos fenômenos lingüísticos. De onde surge um trabalho fundado em etiquetas, propriedades do tudo ou nada, identificações estáveis e prosas em hierarquias rígidas, controles à distância funcionando graças a sinais retransmitidos sem perda através de espaços homogêneos. Graças a uma sólida divisão disciplinar (fonética, sintaxe, semântica, pragmática), não se tinha como encarar de frente a questão da complexidade dos fenômenos.⁶¹ (CULIOLI, 2000, p. 127-134)

Podemos concluir que todos os trabalhos aqui apresentados são de grande importância para o desenvolvimento da linguística em nosso país, pois quanto mais documentos a respeito dos fenômenos linguísticos tivermos, mais conheceremos nossa **língua**.

Contudo, optamos por uma abordagem que considera a complexidade da linguagem enquanto processo de representação, referenciação e regulação, assim como os trabalhos apresentados neste capítulo.

Assim como vários outros estudiosos das preposições, tomamos a preposição como um relator num esquema A R (prep) B. A preposição coloca esses dois termos em uma relação não simétrica na qual B é o localizador ou *repère* de A. Dessa maneira, B torna-se uma fonte de determinação de A.

A identificação do termo B não impõe problemas, pois se trata do termo que vem imediatamente após a preposição, o mesmo não acontece para a identificação de A. A maior dificuldade em sua identificação acontece quando este representa um “complemento argumental do verbo”, neste caso, acredita-se que A seja apenas representado pelo verbo.

Outra questão bastante compartilhada entre os estudiosos das preposições é o privilégio da preposição e apenas do termo correspondente a B na descrição da classe, de onde surgem termos como “complementos preposicionais”, por exemplo.

⁶¹ “[...] pendant longtemps et de façon, au reste, inévitable, on a insisté sur les propriétés classificatoires des phénomènes linguistiques. D’où un travail fondé sur des étiquettes, des propriétés en tous ou rien, des identifications stables et prosas dans des hiérarchies rigides, des contrôles à distance fonctionnant grâce à des signaux relayés sans perte à travers des espaces homogènes. Grâce à une solide division disciplinaire (phonétique; syntaxe; sémantique; pragmatique), on n’avait pas à aborder de front la question de la complexité des phénomènes.” (CULIOLI, 2000, p. 127-134)

Em nosso trabalho manteremos esta terminologia para nos fazermos entender, mas nossa verdadeira e árdua busca está na identificação do que corresponde a A no esquema A R B, pois acreditamos que a identificação deste é mais complexa do que se imagina.

Considerando a não dessemantização da preposição, várias questões cruciais podem ser entendidas, a saber:

a) Diferentes preposições podem introduzir o mesmo grupo nominal: *ir a, ir para, ir em*. Acreditamos que esta concorrência está associada a questões explicáveis pela semântica de cada preposição:

1) *"Contratei um pedreiro prá fazer minha casa, mas depois de seis meses de obra, percebi meio tarde que A VACA FOI PRO BREJO..."*⁶²

2) *"A baiana Astrud Gilberto é uma cantora que faz um tremendo sucesso no exterior. É inegável o reconhecimento internacional do trabalho da jovem talentosa, que se casou com João Gilberto, em 1963, FOI PARA OS ESTADOS UNIDOS com ele e nunca mais voltou a morar no Brasil"*.⁶³

3) *"No último dia 20 de julho foram os **40 anos da ida do homem à Lua**. Mas O **HOMEM REALMENTE FOI À LUA**, ou isso não passa de uma fraude? Bom, o meu dever aqui não é provar se o homem foi ou não à lua, muito menos dizer se acredito ou não nisso, o meu dever nesse momento é instigar o questionamento sobre os fatos e procurarmos a verdade nua e crua"*⁶⁴

⁶² <http://www.dicionarioinformal.com.br/definicao.php?palavra=a%20vaca%20foi%20pro%20brejo&id=19208>, acesso em 26/09/11, às 22:00 hrs

⁶³ <http://www.50emails.com.br/2011/05/page/2/>, acesso em 27/09/11, às 11:00 hrs

⁶⁴ <http://curiofisica.com.br/ciencia/fisica/o-homem-realmente-foi-a-lua>, acesso em 27/09/11, às 11:00 hrs

- b) Cada preposição pode produzir diferentes efeitos no enunciado: *fazer um favor para mim/fazer um favor por mim*.

Assim, se existisse a dessemantização, como explicar a variação existente entre elas? Acreditamos que, se essa variação existe e se perpetua é porque cada preposição produz efeitos de sentido particulares. E são exatamente esses efeitos de sentido que procuramos mostrar em nossa tese.

Também defendemos a hipótese da heterogeneidade ou hibridismo nocional da preposição “para”, na medida em que combina propriedades típicas das noções lexicais e das noções gramaticais. Recorrendo a critérios semânticos e morfossintáticos, sustentaremos que a análise dos dados justifica o tratamento desta marca como uma noção híbrida, simultaneamente lexical e gramatical e da linguagem como indeterminada por conta desta necessária articulação entre léxico e gramática.

3 OBJETIVOS, METODOLOGIA DO TRABALHO E LEITURA DOS ENUNCIADOS

O objetivo⁶⁵ desta tese é estudar o estatuto nocional da preposição “para” propondo constituir o princípio organizador de sua variação e a especificidade da atualização dos princípios gerais que sustentam essa variação, além de avaliar nossa hipótese sobre o seu estatuto léxico-gramatical.

Examinamos vários enunciados em que consta a preposição “para” com o intuito de mostrar suas propriedades abstratas e invariantes e como essas propriedades são manifestadas em cada uso.

Com esse estudo, nosso objetivo é permitir a compreensão de como tais propriedades contribuem para a significação dos enunciados. Nossa concentração no modo como essa preposição opera na língua portuguesa atesta-se por nossa justificativa de não se pretender apenas estabelecer classificações para esse elemento dentro de uma categoria linguística.

Sustentamos que através da relação marcada por “para”, “B associa A a uma propriedade não definitiva”, contingente. A operação invariante associada à preposição “para” é, como já dissemos anteriormente, a especificação, ou seja: nos diferentes casos, B constitui uma determinação qualitativa de A.

Ressaltamos que a assunção do estatuto relacional das preposições constitui um passo decisivo para o estudo da semântica preposicional. A semântica das preposições, enquanto unidades linguísticas nocionalmente híbridas (lexicais e gramaticais), só se deixará captar no quadro da construção relacional (COSTA, 2010).

Por outro lado, os estudos já realizados mostram que as possibilidades de construção com a marca “para” não são utilizadas com a mesma frequência, nem nos mesmos contextos estruturais e situacionais. Observam-se diferenças associadas a características da própria construção: a natureza semântica do termo

⁶⁵ Este capítulo foi construído principalmente (trata-se de uma releitura em português) com base nas leituras da *Grammaire de Prépositions* (2007) e do livro *Variations sur la linguistique* (2002) e em outros textos, de igual importância, a respeito da teoria e de nosso objeto de estudo.

que vem após a preposição (se ele denota um espaço “fechado” ou não, se se refere a um lugar ou não), a natureza da situação descrita (se “concreta” ou não, se indica permanência ou não).

Para avaliar a influência desses e de outros fatores no uso da preposição “para”, decidimos partir do princípio da articulação entre linguagem e línguas naturais com o intuito de chegar às propriedades invariantes que regem os usos da marca “para”.

Em nossa tese adotamos a metodologia de trabalho utilizada pelos seguidores da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli, mais especificamente para o contexto das preposições, adotamos o modelo de trabalho de Franckel e Paillard (2007). Esses estudiosos se dedicaram às preposições francesas em sua *Grammaire des Prépositions* (referência básica para a construção deste capítulo) e afirmam que do ponto de vista de seu funcionamento, podemos distinguir duas ordens de preposições no francês:

- Preposições de divisão: *entre, sur, sous, dans, avant, après*;
- Preposições de discernimento: *pour, par, contre, en, avec, parmi*.

A diferença empírica entre essas duas ordens estaria no fato de as preposições de “discernimento” não se apresentarem mais como “espaciais”, mas não sendo desprovidas, entretanto, de uma coloração semântica.

“Discernimento” significa que, num esquema A prep B, B atribui propriedades não definitivas ao termo A colocado em relação a B pela preposição, e, mais precisamente, constitui um “modo de apreensão de B”.

“Divisão” significa que a preposição associa ao termo que a segue (doravante B) um domínio sobre o qual ela distingue uma ou várias “zonas”. Cada uma dessas preposições estrutura e divide a seu modo o domínio sobre o qual ela configura uma zona particular.

É essa estruturação própria a cada preposição que, na perspectiva dos autores, constitui sua identidade. É importante destacar que cada preposição apresenta uma diversidade de empregos que ultrapassam os quadros categoriais.

Sendo assim, podemos dizer que, atualmente, alguns estudos fazem uma abordagem instrumental, uma vez que apenas atém-se às questões espaciais, reduzindo as preposições a essa única visão e considerando “dessemantização” da preposição quando temos empregos com valores temporais e “funcionais”, que são vistos como empregos abstratos e funcionais.

Franckel e Paillard não consideram que exista uma grande categoria como o espaço (pois, o sentido seria construído e determinado pelo material verbal que lhe dá corpo), ou seja, cada preposição apresenta uma diversidade de empregos que passa pelo quadro das categorias constituídas.

Segundo os autores, os valores espaciais não são intrínsecos à preposição, aparecendo somente quando ela coloca os termos em jogo, em condições específicas. Na realidade, é a projeção sobre a preposição das propriedades do termo correspondente a B que desencadeia essa representação, o que ainda não é suficiente para que o termo tenha uma dimensão espacial (ou temporal) a fim de que seu valor seja definido como espacial ou temporal. Cada preposição teria uma identidade que se manifestaria em todos os seus empregos.

A identidade da qual os autores falam só pode ser apreendida por meio de valores e dos empregos dos quais ela deve dar conta e que resultam sempre e necessariamente de uma interação. O que quer dizer que nenhuma marca tem dentro do enunciado um sentido bruto, mas é o resultado da interação dos termos, que as preposições, por exemplo, colocam em relação. Cada preposição determina e configura o seu ambiente e o valor de seu contexto, ou seja, as operações atribuídas a tal preposição são o produto das diversas interações suscetíveis de se estabelecer entre essa preposição e os termos que ela coloca em relação, daí não podermos caracterizá-la como um sema.

Não buscamos um mínimo denominador comum a todos os empregos de uma preposição, mas sim, constituir o princípio organizador de sua variação e a especificidade do “atualizar” os princípios gerais que sustentam essa variação.

Esse princípio organizador, como já dissemos na introdução de nossa tese, seria a forma esquemática⁶⁶ da preposição.

A função de uma forma esquemática é propor uma caracterização da identidade da unidade permitindo enxergar o papel próprio desta unidade e dos termos que ela coloca em relação dentro da organização das variações observáveis.

No presente trabalho, partimos do pressuposto de que existem operações abstratas invariantes que estariam subjacentes aos vários usos de uma preposição, os quais, muitas vezes, não se encaixariam nas categorizações pré-estabelecidas.

Dessa forma, por meio de um estudo de “como” a marca “para” opera na linguagem, nosso intuito é, encerrando um ciclo de estudos que vem desde a iniciação científica, responder a questões que vêm incomodando alguns linguistas no que concerne à busca de explicações para a natureza da variação (seja essa variação tomada com a possível alternância entre as preposições, seja essa variação tomada como as glosas e paráfrases subjacentes à marca) preposicional.

Apostamos que, pelo fato de a variação de sentido ser constitutiva das unidades linguísticas, o que sustentaria a interdependência e variação seriam as operações de linguagem. Dessa maneira, somente por meio de um estudo apurado das preposições (nos quesitos sintático, semântico e pragmático) no português é que enxergaríamos a interdependência desses valores (que adquirem no enunciado) que, por sua vez, constroem-se pela *determinação, modalidade, aspecto e diátese* (categorias que permitem que se chegue às categorias conhecidas de linguagem) na constituição dos enunciados e seus significados (valores referenciais).

Nosso interesse está em uma representação que permita reconstruir as operações colocadas em jogo por uma marca dentro de um enunciado além de permitir dar conta de sua complexidade semântica em relação com sua propriedade distribucional. Vale ressaltar que nosso trabalho não privilegia nenhuma construção de “para” em particular, estudamos enunciados em que esta marca se relaciona com verbos, nomes, etc.

66 Sua função não é somente reconstituir o que há de comum entre os diferentes empregos de uma marca, mas de estender a diferença entre os valores e dar conta das variações.

O procedimento de trabalho será sempre o mesmo: remeter os termos empíricos às representações munidas de propriedades formais, reconstruir as operações (paráfrases e glosas) cujas marcas são o traço, construir domínios, espaços e campos dentro dos quais são mergulhados os objetos metalinguísticos assim construídos. Dessa maneira, obtemos procedimentos homogêneos e estáveis, pois, somente o trabalho sobre as formas abstratas permite tratar do disforme, somente as invariâncias tornam possível o jogo enunciativo.

Trata-se de um trabalho de construção metalinguística que dá um instrumento de descoberta de fenômenos, ou seja, uma teoria dos observáveis que permite fazer aparecer observações que não seriam percebidas. Além de permitir-nos dar uma forma abstrata a essas observações.

Não se trata de simplesmente justapor certos elementos a outros, mas sim de reproduzir os enunciados por meio de uma análise metalinguística.

Parte-se da ideia de que todos somos munidos do mesmo dispositivo de construção e desconstrução e de que tal dispositivo permite-nos recortar, conhecer e reconhecer as unidades como índices, traços de operações, havendo um estoque de operações comuns entre os sujeitos, de maneira que poderíamos reconstruir algo produzido por outro.

O trabalho do linguista é então construir uma metalinguagem objetiva que possa captar precisamente as propriedades, inclusive as ambiguidades. E essa metalinguagem da qual falamos deve ter propriedades de exterioridade não devendo o linguista contentar-se com simples etiquetas dentro da linearidade, esquecendo-se de que nós temos representações complexas no cérebro que a um momento é linearizado de maneira que o outro poderá recuperar os traços e poderá reconstruir as representações.

Acreditamos que este trabalho do linguista envolve também uma atividade reguladora de natureza epilinguística (um trabalho silencioso de metalinguagem inconsciente) que se realiza por meio das famílias parafrásticas, isto é, que têm natureza explicativa. A atividade epilinguística permite também glosar (explicar), trata-se de algo de natureza explicativa mais livre do que a paráfrase, ambas buscando enxergar, nas formas, os mecanismos linguísticos.

Assim, para o professor Culioli (2002), o linguista deve procurar, descobrir e explicar os fenômenos (fatos).

Vê-se, assim, que essa abordagem procura a elaboração de um sistema de representação metalinguístico cujo instrumento metodológico é, sem dúvida, a metalinguagem que permitirá uma visão mais refinada por parte do linguista com suas glosas epilinguísticas.

Reforça-se, assim, que nesta teoria, a linguagem é uma capacidade inata de construir representações, referenciá-las e regulá-las, e o acesso que temos a ela é somente através de textos (o que justifica o nosso trabalho com tal material). O texto é entendido como um arranjo de marcadores que são traços de operações subjacentes a sua produção ou reconhecimento.

Os arranjos variam por estarem sujeitos às especificidades das línguas (diversidade de categorias e de características de superfície). A partir disso constatamos a importância da metalinguagem com a finalidade de se chegar a uma representação de propriedades universais da linguagem.

Para isso, Culioli pretende reconstruir as noções primitivas, as operações elementares, regras e esquemas que geram as categorias gramaticais e arranjos específicos a cada língua.

É por esse motivo que, para ele, o linguista deve alcançar muito mais do que propriedades classificatórias, uma vez que, é necessário que se construa, também, um sistema de representação metalinguística e uma teoria dos observáveis, além da necessidade de se formular problemas.

Assim, em nossa pesquisa, tentaremos trabalhar com uma forma de sentido abstrata da marca “para”, que seria o resultado de operações que serão simuladas com a marca por meio de um sistema metalinguístico de representação.

O enunciado jamais está sozinho, segundo Culioli, ele é sempre construído por meio dessas operações citadas acima, e colocado em relação com todo o texto (contexto) e com a situação enunciativa.

Você pergunta a um informante que te disse alguma coisa: O que você compreende realmente por tal coisa, e se eu dissesse isso, isso seria equivalente? E é tudo isso que finalmente vai te fornecer seu enunciado. E o enunciado, é o construído teórico que me permite

estabelecer todas essas relações, de efetuar, sobretudo, todo esse colocar em relação. (CULIOLI, 2002, p.68)⁶⁷

De acordo com as palavras da citação, vemos que todo enunciado existe em relação a outros enunciados aparentados, o que o estudioso chama de “famílias parafrásticas”. Assim, temos uma espécie de gerador de enunciados e todo enunciado vai estar dentro de uma relação em relação aos outros enunciados; que podem ou não aparecer, mas que se glosarmos, eles vão aparecer a partir da léxis.

Esse trabalho com o enunciado tem que ser natural “[...] este é o primeiro ponto: é necessário que seja natural”⁶⁸ (CULIOLI, 2002, p.141).

Nosso trabalho é um trabalho empírico e de observação no qual a imaginação é muito importante e está em parte ligada à prática (devido à aplicação de testes clássicos: negação, interrogação, retomada, etc.). Tudo isso nos leva a dar conta da sutileza da nossa atividade mental quando falamos e/ou escutamos.

Percebemos que as marcas (os termos, as palavras) são totalmente variadas. Assim, haveria algo comum em tudo isso que nos permitiria dar conta de todos os empregos nesta diversidade? A TOPE mostra que é possível. “O esforço vai consistir em trabalhar no interior de uma língua dada, fazer multiplicar rapidamente, replicar em uma outra língua, voltar à sua língua. E em seguida você poderá continuar.”⁶⁹ (CULIOLI, 2002, p.146).

É importante que o trabalho de pesquisa seja feito sobre uma língua que é nossa primeira língua, ou uma língua que nos seja muito próxima, ou ainda aquelas línguas às quais temos acesso por intermédio de outros. Depois, devemos trabalhar no sentido de perceber uma “organização”, fazê-la emergir de um nível de abstração muito grande. Veremos que essa organização não é universal, mas uma invariância, dentro da qual trabalhamos a variação.

Nesse sentido, fica difícil falar em gramática universal, sendo mais plausível, portanto, que se mencione um estoque de operações, de categorias e de conceitos

⁶⁷ “*Vous demandez à un informateur qui vous a dit quelque chose: Qu’est-ce que vous entendez réellement par là, et si je disais ça, est-ce que ce serait équivalent? Et c’est tout ça qui finalement va vous fournir votre énoncé. Et l’énoncé, c’est ce construit théorique qui me permet d’établir toutes ces relations, d’effectuer, plutôt, toute cette mise en relation.*” (CULIOLI, 2002, p.68)

⁶⁸ “[...] *ça c’était le premier point: il faut que ce soit naturel*” (CULIOLI, 2002, p.141).

⁶⁹ “*Le travail va bien consister à travailler à l’intérieur d’une langue donnée, faire foisonner, repartir dans une autre langue, revenir à sa langue. Et puis vous pouvez continuer*”. (CULIOLI, 2002, p.146).

primitivos, segundo Culioli (2002, p. 148)⁷⁰. Nosso trabalho é propriamente o de colocar em relação o conceitual e o empírico, o que sempre revela uma questão /descoberta, levando-nos à apropriação das operações da linguagem à medida que fazemos aparecer aquilo que não estava nítido (mas que, sem dúvida, existe). Para Culioli, a linguagem é sempre um “colocar em relação”:

Brevemente, eu diria, para a linguagem: você tem sempre um colocar em relação de tal maneira que você tem um termo marcador e um termo marcado. Uma vez que você constituiu isso, este objeto que você acabou de constituir entra em relação com outra coisa. De tal maneira que depois, e é bem isso que nos interessa, você chega em um momento dado a um enunciado⁷¹. (CULIOLI, 2002, p. 151).

Esse trabalho de “colocar em relação” não revela-se muito fácil, daí as pessoas preferirem trabalhar sobre etiquetas. No presente trabalho estamos à procura da atividade mental à qual não temos acesso direto, apenas por intermédio das marcas que são traços dessas operações, e, portanto, de seus representantes materiais para, assim, chegarmos ao “como” constroem-se as operações, as categorias gramaticais, o “colocar em relação”, de maneira que possamos referir, ajustar os sistemas de referência, etc.

Assim sendo, as marcas, enquanto traços de tais operações, não podem ser reduzidas a simples etiquetas, ou seja, a um único valor. Tudo depende da interação dos fatores locais (o contexto), os fatores globais, a situação, os fenômenos lexicais, entre outros, em torno de um núcleo invariante. Isso tudo permite-nos produzir um texto que é interpretado a partir das marcas, as quais produzem operações na mente de outrem. As relações vêm das representações que construímos a partir de nossa experiência de mundo, de nossas representações, de nossas regulações em relação à alteridade.

⁷⁰ « Mais je ne pense pas que l'on puisse ramener ça à une grammaire universelle. Ce à quoi on peut ramener une grammaire, ça pourrait être : un stock d'opérations, un stock de catégories, et un stock de concepts primitifs. »(CULIOLI, 2002, p. 148)

⁷¹ “En gros, moi je dirais, pour le langage: vous avez toujours une mise en relation de telle manière que vous avez un terme repère et en terme repéré. Une fois que vous avez constitué ça, cet objet que vous venez de constituer entre en relation avec autre chose. De telle manière qu'après, et c'est bien ce qui nous intéresse, vous aboutissez à un moment donné à un énoncé.”(CULIOLI, 2002, p. 151).

Assim, ao invés de dar uma gramática, a linha culioliana de pesquisa quer dar-nos as operações de colocar em relação (as invariantes). “E portanto, aí também, o conceito de marca é uma conceito importante, porque remete às operações, que estão em um nível de abstração superior, e que permite a comparabilidade entre as línguas”⁷². (CULIOLI, 2002, p.184).

A partir da relação entre as marcas avaliamos: “é bom, é indiferente...” e é aí que surge toda a complexidade de um termo pequenino como “para”, por exemplo.

Culioli (2002) ressalta que, nesta teoria, trabalha-se sobre as formas, mas não as formas isoladas, as formas construídas pelo sujeito e que estão sempre em relação, o que significa que nunca se pode dizer que em um dado momento: temos tal palavra, temos uma forma.

Desse modo, nossa metodologia de trabalho caminha no sentido de procurar as propriedades irreduzíveis da marca “para”, o que nos permitirá descrever seus diferentes usos e, principalmente, seus significados associados, incluindo em particular o “como” ela se relaciona com as chamadas “categorias gramaticais”.

3.1 Algumas palavras sobre a leitura dos enunciados

Com base na teoria das operações predicativas e enunciativas, adotamos uma concepção gramatical que, ao constituir a identidade semântica da unidade morfo-lexical em questão, revela e traduz a dinâmica da interação. Essa identidade da qual falamos só é apreendida pelas interações contextuais, o que vem a justificar nosso trabalho de análise, levando-nos aos princípios de seu funcionamento.

A identidade de uma unidade se define não por algum sentido de base, mas pelo papel específico que ela desempenha nas interações constitutivas do sentido dos enunciados nos quais ela é colocada em jogo. Esse papel é apreensível não como um sentido próprio da unidade, mas através da variação do resultado de suas interações. [...] O valor bruto de uma unidade é sempre um valor

⁷² “Et donc, là aussi, le concept de marqueur est un concept important, parce qu’il renvoie à des opérations, qui sont à un niveau d’abstraction supérieur, et qu’il permet la comparabilité entre des langues.” (CULIOLI, 2002, p.184).

abstrato, uma pureza, não uma designação, um potencial e não um conteúdo.⁷³ (FRANCKEL, 2002, p. 9-10 *apud* LOPES, 2007, p.5)

Dessa forma, pretendemos ir além da classificação de “para” como uma preposição ou um índice de função gramatical.

Para isso, precisamos de um trabalho que considere a articulação da invariância e variação de um elemento linguístico, e, a articulação do significado da invariante – como propriedade de “para” – e a diferença semântica que essa marca traz.

A nossa opção por um *corpus* escrito deve-se ao fato de já termos trabalhado com esse tipo de material em pesquisa durante a iniciação científica e durante o mestrado, e também por acreditarmos que, apesar de ser considerado como um texto pronto, sempre teremos um alguém “segurando” (por trás) o texto.

Trata-se de um *corpus* (o escrito) interessante para nosso trabalho, inclusive pelo fato de a TOPE consistir em uma teoria da produção de texto: sempre que, ao escrevermos, achamos que o texto não ficou bom, apagamos e ficamos com a versão final. O que pretendemos é recuperar e observar esses textos (processos) anteriores à produção, os quais são um trabalho, ou seja, são linguagem. E, em tratando-se de um *corpus* escrito, há um longo processo até se chegar à versão final, uma vez que sempre há uma busca de eliminar a ambiguidade que é inerente às línguas naturais, ou seja, veremos que ela sempre estará presente.

A nossa leitura dos enunciados terá como objetivo levar-nos a observar a organização enunciativa em questão, o que implica analisar o aspecto sintático-semântico-discursivo, para então, concluir sobre o verdadeiro “papel” da marca “para”.

Resta lembrar que a nossa abordagem será, predominantemente, ilustrada com o português brasileiro. A fim de identificar as formas válidas de raciocínio, devemos apelar à nossa intuição e à nossa compreensão dos significados.

⁷³ “L’identité d’une unité se définit non par quelque sens de base, mais par le rôle spécifique qu’elle joue dans les interactions constitutives du sens des énoncés dans lesquels elle est mise en jeu. Ce rôle est appréhendable non pas comme un sens propre de l’unité, mais à travers la variation du résultat de ses interactions. [...] La valeur brute d’une unité est toujours une valeur abstraite, une épure, pas une désignation, un pontentiel et non pas un contenu.” (FRANCKEL, 2002, p. 9-10 *apud* LOPES, 2007, p.5)

Precisaremos disso até conseguirmos chegar a uma lista finita, pequena e manipulável. Assim que esses esquemas forem identificados, passaremos, então, a construir raciocínios complexos em que os aplicaremos de maneira automatizada.

Vale lembrar, novamente, que trabalharemos com parafraseamento de enunciados, e que a família parafrástica a que chegaremos (a que se refere Culioli),

Não diz respeito à identidade semântica entre esses enunciados, mas quer dizer que esses enunciados remetem a uma invariante (esquema comum) a partir do qual ocorrem operações lingüísticas (predicativas e enunciativas) responsáveis pelas particularidades lingüísticas (variáveis) presentes em tais enunciados realizados. (ONOFRE, 1994, p. 119).

Para finalizar esta seção, lembraremos, novamente, que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas parte das particularidades (produto lingüístico) e procura chegar às generalidades (produção lingüística), ou seja, às operações generalizáveis que passam por operações lingüísticas/ extralingüísticas, responsáveis por gerar as particularidades no discurso. Será exatamente esse o nosso trabalho de pesquisa nas próximas páginas.

No trabalho prático com as marcas de operação, a partir de um enunciado que nomearemos E1 tiraremos um enunciado E2 (explícito ou não). Assim, teremos uma relação construída a partir de um termo E1 chamado de *preconstruído* ou *repère constitutif* em relação ao qual construiremos um enunciado E2 tirado de E1. O que nos interessa neste trabalho é a operação lingüística pela qual tiramos E2 de E1. Assim, o *repère constitutif* é visto como indiscutível.

Para obtermos uma classe de enunciados tais como E2 derivado de E1, podemos mudar da primeira pessoa para a terceira, por exemplo. Além disso, podemos mudar o tempo verbal. Depreende-se daí, que estamos construindo uma classe de formas equivalentes, a partir de um sistema gerador. Chamamos léxis o que induz o sistema gerador e família parafrástica a classe de enunciados, ou seja, uma classe de ocorrências moduladas.

Dessa forma, a partir de E1 o linguista é conduzido a reconstruir a léxis que lhe deu origem. A léxis fornece um pacote de relações, e para cada lugar, um domínio nocional.

Esquema de léxis:

A	R	B
<i>Eu</i>	<i>leio</i>	<i>livros</i>

Assim, admite-se a existência do domínio em que A é uma das ocorrências (ex: ele, ela, nós, etc...), o domínio em que B é uma das ocorrências (revistas, jornais, etc., o domínio em que R é uma ocorrência (ler, escrever, etc...)). Outros pontos que devem ser levados em conta são: o contexto de esquerda e de direita da marca, a situação enunciativa, os preconstituídos discursivos (aquilo que pode ser deduzido a partir do enunciado em questão), etc. Assim, não derivamos enunciados quaisquer a partir de um enunciado matriz, mas sim, enunciados que, de alguma maneira, reportam ao enunciado em questão.

3.2 Leitura de alguns enunciados

A TOPE é uma teoria que nos dá embasamento para discutir várias questões relacionadas à sintaxe, à semântica e à pragmática sem, no entanto, encará-las como independentes uma da outra.

Esse estudo visa essencialmente fazer aparecer os problemas ligados aos contextos situacionais necessários e indissociáveis à produção dos enunciados.

Neste momento de nosso trabalho, faz-se mister apresentar nosso *corpus* de trabalho que será constituído por enunciados retirados do jornal *Folha do estado de São Paulo* online, de blogs, entre outros sites da internet.

A escolha desse *corpus* para a realização de nosso trabalho se deve (entre outras questões já explicitadas) ao fato de termos optado por trabalhar com enunciados que reflitam o uso real da língua portuguesa, seja ele mais formal ou mais informal. Insistimos no fato de não privilegiarmos uma construção em particular (com verbo ou sem verbo, por exemplo), pois buscamos as operações da marca “para” que se fazem presentes em todas as suas realizações. Essa opção se justifica pelo fato de estarmos interessados no processo de construção referencial dos enunciados e não no resultado desse processo, sendo assim, até mesmo um enunciado criado oportunamente pelo linguista poderia ser analisado na busca das operações de linguagem.

Vale ressaltar que nossas manipulações não têm caráter documental, mas o importante para nós foi considerar o que tornava os enunciados mais e mais naturais, pois é assim que passamos do enunciável ao enunciado, por reajustamentos contextuais.

A avaliação da atestabilidade torna-se mais interessante quando trata da comparação entre vários enunciados.

A nossa concepção de linguagem enquanto trabalho de representação, referenciação e regulação permite-nos perceber que a marca “para” aciona operações no enunciado, o que nos leva a enxergá-la como um relator, como no esquema que se segue: <a r b> em que R é o relator dentro desse esquema de léxis e que se encontra dividido entre A e B.

3.2.1 Algumas reflexões sobre o processo de construção referencial de enunciados com a preposição “para”

Simplesmente para efeito de situar nosso trabalho em relação aos outros trabalhos sobre a preposição “para”, decidimos, nesta seção de nosso capítulo de análises, apresentar e analisar enunciados em que são apresentadas as funções sintáticas mais prototípicas desta preposição. Apesar disso, vale ressaltar que para nossas análises, essa classificação não tem nenhuma outra função a não ser de estabelecer um quadro de quais funções mais prototípicas desta preposição estamos tratando. Algumas das funções mais prototípicas que buscamos trabalhar em nossas análises dos enunciados 1 ao 7 foram: (?) predicativo do sujeito,

complemento nominal, adjunto adverbial, objeto indireto e adjunto adnominal, ilustradas abaixo:

(1) Os eletrodomésticos **para** cozinha estão muito caros. [adjunto adnominal]

(2) Isso não é motivo **para** tristeza. [complemento nominal]

(3) A água é essencial **para** todos nós. [complemento nominal de adjetivo]

(4) Li um livro **para** a garota. [objeto indireto]

(5) Fomos **para** São Paulo. [adjunto adverbial]

Vejamos como essas funções se configuram em termos operacionais quando usamos a marca “para” nas leituras dos enunciados que se seguem:

(1) **Kjaer: “O futebol alemão não é para mim”**⁷⁴

Zagueiro falou sobre a passagem frustrada pelo Wolfsburg

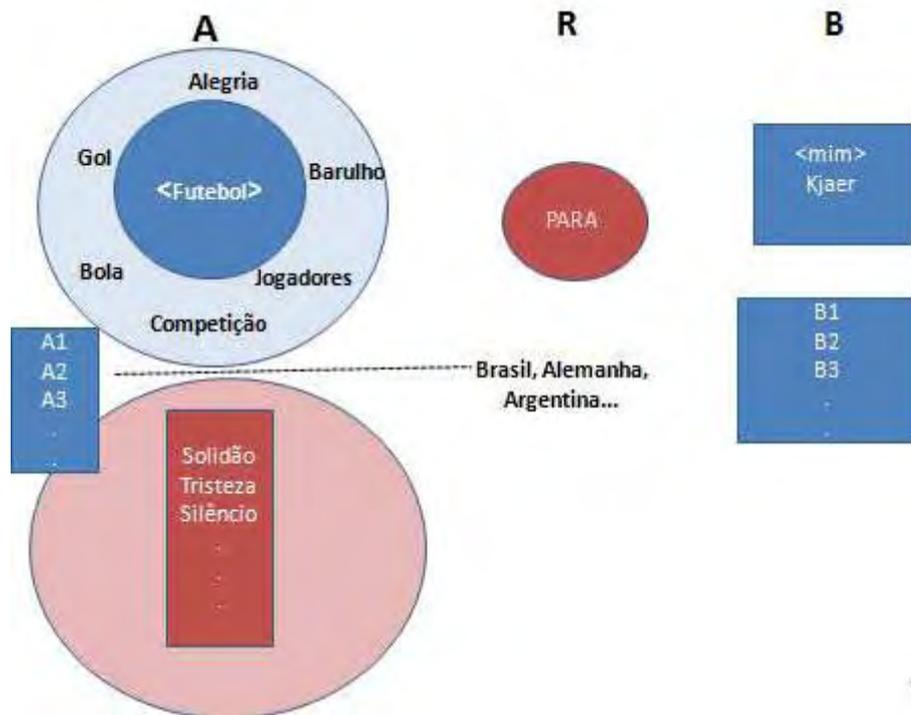
Simon Kjaer admitiu que não gostou do futebol da Bundesliga depois de uma campanha fracassada com o Wolfsburg na temporada passada. [...]

“O Wolfsburg foi uma grande experiência, mas não foi bom para mim ou para o resto da equipe”, disse Kjaer, de acordo com o jornal Il Corriere dello Sport.

“Na Alemanha tudo é sobre o individual, você tem que confiar em você, ao contrário da Itália onde você tem que confiar em seus companheiros. Não é o meu tipo de futebol (o alemão)”.

No enunciado 1: **Kjaer: “O futebol alemão não é para mim”**, podemos resgatar vários processos que antecedem a sua construção, como podemos ver na figura 2 abaixo:

⁷⁴ Retirado do site esportivo :<http://www.goal.com/br/news/3598/alemanha/2011/09/08/2656559/kjaer-o-futebol-alem%C3%A3o-n%C3%A3o-%C3%A9-para-mim>, acesso em 05/10/2011 às 16 :00 hrs.



Podemos perceber que o jogador Kjaer, por ter tido uma passagem frustrada pelo Wolfsburg, faz uma apreciação – QLT - (caracterizada como modalidade apreciativa na TOPE) sobre o futebol alemão, considerando-o incompatível com a sua maneira de jogar. Kjaer atribui ao futebol da Alemanha a característica de ser focado no individual, o que não lhe agrada. O jogador ainda diz que prefere o futebol italiano em que não há uma preocupação muito grande com o individual, mas com o coletivo.

Como podemos notar, no enunciado 1 “mim” (por ora, B), é colocado em relação com “o futebol alemão” (doravante, A) com a ajuda do relator “para”.

Podemos perceber que o /futebol/ enquanto “ser algo” pode ser tomado como um simples jogo esportivo disputado por dois times que representam, cada um, uma nação, num primeiro momento (T_0) do enunciado (esse momento, a que chamamos “preconstruído” do enunciado, é acessível por meio das marcas presentes no enunciado que indicam um ponto de partida da produção desse enunciado), mas, após o trabalho da preposição “para” que, em um sentido muito abstrato provoca uma operação de extração de uma característica da noção /futebol/, ele passa a ter

um outro estatuto, adquirido, ou seja, não é compatível com o futebol que “Kjaer” gosta de jogar, não se trata de uma “maneira de jogar” qualquer, mas um maneira individualista que não é compatível com Kjaer. Tudo isso ocorre num segundo momento do enunciado (T_1), em que a propriedade extraída da noção /futebol/ lhe é devolvida em caráter necessário para a atualização do enunciado.

De acordo com o enunciado em que está inserida, o trabalho de “para” consistirá em modulações, aproximações, enfim, alterações em relação ao valor do localizado. Em resumo, o trajeto de representação (e de validação) é: valor inicial da noção (Interior do domínio nocional /futebol/) → valores outros (Fronteira+ Exterior do domínio nocional “ser para alguém”) não validados (de onde: vazio) → retorno ao valor inicial distinguido (extração de uma propriedade), todo outro valor sendo descartado. Obtém-se, assim, uma especificação que induz a um valor estabilizado.

Percebemos que, por meio das operações dessa preposição em interação com o enunciado, o termo “mim” em 1 passa a atribuir a “futebol alemão” uma característica que até então não lhe pertencia, ou seja, a de ter uma “maneira de jogar” individualista que não é especificamente destinada para o jogador em questão, que prefere trabalhar em equipe. Considerando-se “O futebol” e todo arcabouço semântico que lhe cerca, acrescenta-se uma característica que não é, necessariamente, uma característica de “futebol”, ela passa a lhe pertencer no momento de interação no enunciado entre preposição e seus demais elementos.

Além disso, esta característica não é definitiva, não define o futebol alemão ou qualquer outro, mas lhe especifica. Esta maneira de jogar pode ser boa para qualquer outro jogador que goste da maneira individualista de jogar dos alemães.

Por outro lado, B (origem de determinação de A na atualização do enunciado) passa a ser considerado seu único localizador, dentro de uma classe de categorizações possíveis de A, em outras palavras, o futebol alemão pode *ser para Neymar*, um jogador do Brasil que gosta de jogadas individuais; *pode ser para os bons* que não dependem da equipe, etc... Apostamos que esse duplo movimento (de B atribuir propriedades não-definitivas a A e, ao mesmo tempo, passar a ter uma relação única com A porque, nesta situação enunciativa, se existe algo que não é para Kjaer, só pode ser o futebol alemão) que acontece no enunciado é resultado do trabalho da preposição “para” que coloca dois termos e suas respectivas

propriedades em relação (além, é claro, de todo o contexto de esquerda e de direita que os cercam). Dessa observação e de outras que se seguirão, perceberemos que “para” não contribui para fixar a referência da palavra, ou seja, ela não tem um valor determinativo e sim, um **valor referencial**.

Se extrairmos a marca “para” do enunciado e a parafrasearmos, chegaremos ao enunciado 1a, em que conseguimos recuperar de 1 que o jogador já teve outras experiências em futebol e, pelo contexto apresentado acima, podemos perceber que futebol alemão, com suas características, não é o seu preferido:

(1a) Kjaer teve outras experiências em futebol (como no futebol italiano, por exemplo) e pensa que a maneira individualista de jogar dos alemães não foi uma boa experiência para ele.

No enunciado 1a, recuperamos o preconstruído de 1 (de que Kjaer teve outras experiências) que acessamos a partir de um momento anterior ao da enunciação T_0 e trabalhamos as modalidades 1, da asserção, e 3 (modalidade apreciativa). Além disso, inserimos uma modulação temporal. Neste caso, A (“O futebol alemão”) é considerado inadequado a B (“mim/Kjaer”) que, segundo o contexto apresentado, não gosta de jogar individualmente, preferindo jogar confiando em seus companheiros. Ao mesmo tempo, percebemos que “mim” passa a ser o único localizador de A por manter com este uma relação virtual dentro do enunciado. Podemos dizer que sem a marca, não há estabilização da noção /futebol/, já com o uso da marca, apesar de haverem outras propriedades para instanciar /futebol/, esta noção é instanciada.

Para deixar mais clara a relação única e decisiva de B em relação a A, bastaria mudarmos um pouco o contexto de 1a e mudar também o B desta relação: O futebol alemão com sua característica individualista é bom para aqueles jogadores que confiam mais em seu trabalho do que no trabalho de seus colegas (1b).

(1b) O futebol alemão é para aqueles que preferem confiar em si a confiar em seus companheiros.

Dessa maneira, fica clara a necessidade que a marca “para” tem dos outros componentes do enunciado, revelando que o efeito causado no enunciado não se

trata apenas de algo inerente à preposição, mas de um jogo enunciativo que leva em conta os contextos de esquerda e de direita, isso para não falarmos dos conhecimentos extralinguísticos, pois sabemos que o futebol alemão ganhou três campeonatos mundiais, o que faz dele muito bom, mesmo optando por jogadas mais individualistas de seus jogadores.

(1c) Se Kjaer tivesse tido uma temporada boa (de jogos) na Alemanha, ele consideraria que o futebol alemão compatível sim com a sua forma de jogar!

Em 1c trabalhamos o apagamento da marca “para” e criamos uma situação hipotética com o intuito de entender o seu funcionamento no enunciado 1. Em 1c (em que trabalhamos a modalidade 1, da ênfase), recuperamos que Kjaer não se considera um jogador adequado ao futebol da Alemanha pelo fato de não ter conseguido lidar com o individualismo característico deste e ter fracassado em sua atuação. Podemos perceber, dessa maneira, que a propriedade do futebol alemão de “não ser compatível com a maneira de jogar de Kjaer” é uma propriedade que não lhe é intrínseca, uma vez que se o jogador tivesse ido bem em sua temporada na Alemanha, ele, certamente, diria que o futebol alemão era para ele. Dessa maneira, podemos perceber que o funcionamento da marca “para”, ao atribuir uma característica B a A é caracterizado como atribuindo uma característica momentânea e completamente dependente do contexto.

Como percebemos em 1d, quando fazemos uma alteração em A (aquilo que precede a preposição), B não se altera, uma vez que este é tomado como um localizador estável.

(1d) Kjaer considera que o futebol italiano é mais compatível com sua maneira mais coletiva de jogar, então, podemos dizer que o futebol italiano é para ele.

Em 1d, por meio do trabalho com a modalidade da asserção afirmativa e apreciativa do sujeito e da flechagem de “o futebol italiano”, comprovamos que a marca “para” não atribui propriedades definitivas ao termo que a antecede, pois, como podemos perceber, o “futebol italiano” só passa a ser compatível com Kjaer quando retomamos os pressupostos de “o futebol italiano” e percebemos que ele possui uma característica que agrada Kjaer.

Em outras palavras, é o jogo dos dados linguísticos e extralinguísticos em associação com o contexto e a situação enunciativa que vão permitir à preposição “para” atribuir uma característica ao futebol italiano, de ser compatível com o modo de trabalhar de Kjaer.

Por outro lado, se fazemos uma alteração em B, alteramos a noção de A:

(1e) Vários tipos de futebol (inclusive o alemão) podem ser bons para vários jogadores, menos para Kjaer, uma vez que ele prefere a maneira coletiva de jogar do futebol italiano.

No enunciado 1e, trabalhamos a noção do termo correspondente a A, podendo perceber que no momento anterior à enunciação percorremos todas as ocorrências de futebol que é tido em sua noção mesma de /um jogo esportivo disputado por dois times, com uma bola de couro, num campo com um gol em cada uma das extremidades, e cujo objetivo é fazer entrar a bola dentro do gol defendido pelo adversário/ (interior do domínio /futebol/ em oposição ao exterior do domínio /tudo aquilo que não é futebol/), o país em que o futebol é jogado, pouco importa para a noção de “futebol” no momento anterior à enunciação. Mas, no momento da enunciação, enxergamos esse futebol de um ponto de vista específico, o futebol que é jogado na Alemanha, que apesar de ser igual aos outros em termos gerais⁷⁵, tem a característica de não agradar a Kjaer por ser individualista (aquilo que não é exatamente /futebol/, mas um futebol em que o jogador – apesar de jogar em uma equipe – deve confiar mais em si do que em seus companheiros, o que não é compatível com a maneira de jogar de Kjaer). A cada atualização do enunciado com a preposição “para”, diferentes propriedades serão agregadas a “futebol”, especificando-o momentaneamente, ou seja, apenas no instante da enunciação, como podemos acompanhar pela figura 2 acima.

Vale ressaltar que todo esse raciocínio ocorre a partir da construção “A não ser PARA B”, pois somente o fato de o futebol ser jogado na Alemanha não faz dele diferente de outro futebol (em linhas gerais), mas, a partir do momento em que se coloca que ele não é para Kjaer, percebe-se que não se trata de um futebol

⁷⁵ Isso pode ser percebido pela operação de varredura « ser bom – no sentido de compatível - para vários jogadores » em que se percorre todos os valores possíveis da noção /futebol/.

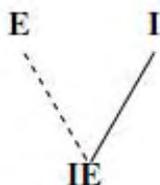
qualquer, o que aguça a curiosidade do leitor do jornal *Goal.com* que vai buscar entender em que o futebol alemão difere do futebol italiano, por exemplo.

Para finalizar nossas considerações a respeito da marca “para” no enunciado 1 e nos enunciados construídos a partir dele, podemos dizer que há um predomínio tanto de operações quantitativas quanto qualitativas, a depender da contextualização das análises, como em 1e, por exemplo, em que há um operação quantitativa, uma vez que fazemos uso da operação de “varredura”, mas há também a operação qualitativa, ao qualificarmos e especificarmos a noção /futebol/.

Neste enunciado, pode-se observar que a marca “para” realiza as seguintes operações:

- Tem-se a noção A considerada em um instante anterior ao da enunciação. No instante da enunciação há uma extração de uma propriedade dessa noção, sendo todos os outros valores considerados: qualquer outro futebol, com suas determinadas características, poderia acarretar a “antipatia” do jogador. No entanto, a ocorrência extraída no instante anterior ao da enunciação é escolhida, mas não instanciada de maneira definitiva, o que acarreta duas visões para a noção /futebol/: o futebol (futebol mesmo, a noção “pura” de futebol) e o futebol alemão, individualista e não condizente com a maneira de jogar de Kjaer. Essas duas “visões” da noção /futebol/ só se resolvem quando tomamos Kjaer como o único localizador do futebol alemão, o que acarreta uma relação necessária entre este jogador e este futebol para que tenhamos o futebol alemão com uma característica “negativa”, a de ser individualista.

Como podemos notar pela figura abaixo, B funciona como um atrator de A (com I e E representando zona exterior e zona interior do domínio nocional, respectivamente), em outras palavras, na construção da referência de A tem-se duas visões – a do interior e a do exterior de seu domínio nocional – ao atribuímos a propriedade B (exterior do domínio), criamos AB (IE: visão do interior e do exterior de A, ao mesmo tempo) – fronteira. Figura 3:



- Aciona o percurso da noção /futebol/, fazendo com que esta esteja ora na fronteira do domínio, ora no exterior.

(2) “Na infância, poucos pais se importam em ler a bíblia, orar ou falar de Jesus para os filhos. Consideram que eles são muito jovens para pensar em Deus”⁷⁶.

Neste enunciado, interessa-nos discutir, neste momento, a ocorrência de “para” em “Consideram que eles são muito jovens para pensar em Deus” da qual depreendemos o préconstruto de que os filhos (as crianças) são muito jovens e imaturos em relação a “pensar em Deus”. Os filhos, qualificados como “muito jovens, o que, a princípio seria uma característica positiva e trivial das crianças, passam a ser caracterizados como incapazes em relação a determinado fim. Em outras palavras, para pensar em Deus, as crianças não têm maturidade.

B (pensar em Deus) é a ação que não pode ser realizada por causa de A (Os filhos serem muito jovens).

Quando frisamos a relação de todos os elementos do enunciado para a construção de seu entendimento, queremos ressaltar o papel de cada elemento na composição deste enunciado, tal como podemos perceber na interpretação 2a:

⁷⁶ Retirado do Blog : <http://fjblogger.com/fjstacruzdosul/>, acesso em 05/10/2011, às 16 :00 hrs.

(2a) *Os pais consideram que suas crianças não são capazes de pensar em Deus, uma vez que são jovens*, e são mesmo, são imaturas! Crianças têm que brincar, só isso.

Nesta interpretação do enunciado 2, em que inserimos as modalidades 1 (da asserção e ênfase) e 3 (da apreciação) e fizemos o apagamento da marca “para” parafraseando-a, podemos perceber que, na paráfrase do funcionamento desta marca acontece a atribuição de uma característica a A (as crianças ou os filhos).

Não descartamos o fato de a partícula “muito” intensificar o adjetivo “jovens” e, ao mesmo tempo, dar a ideia de que algo é demasiado, ou seja, tudo o que é “muito” ultrapassa aquilo que é o ideal, sendo assim “muito jovem” intensifica a imaturidade da criança em relação a pensar em Deus neste contexto. Apesar disso, acreditamos que, mesmo se retirarmos a partícula “muito” deste enunciado, a ideia de imaturidade continua presente de alguma maneira. Pensamos que isso acontece porque, de alguma forma, a preposição “para” ao fazer interagir as noções de A e de B (o que a antecede e o que a sucede, respectivamente) e colaborar com sua identidade (ou forma esquemática, para utilizar a terminologia adotada nesta tese) acaba por trazer à tona esta interpretação da noção “ser jovem” como “ser imaturo, despreparado”, entre outras interpretações.

Constrói-se um domínio nocional para A /ser jovem/. Entre ser jovem (interior do domínio) e ser maduro (exterior do domínio) existe um gradiente, um estado intermediário. Esse trabalho sobre a noção A pode ser percebido quando mudamos aquilo que sucede a marca:

(2b) *Ele é jovem para a idade que tem, nem tem rugas!*

Neste caso, podemos perceber o trabalho que ocorre sobre a noção de A (o sujeito ser jovem) em que “jovem”, neste caso, não é sinônimo de imaturo.

A (ser jovem) Prep B (idade atual)

De acordo com as operações que apostamos serem constantes quando usamos a marca “para”:

B constitui uma maneira de apreensão de A, ele introduz propriedades não-definitivas de A, como podemos notar ao comparar os enunciados 2, 2a e 2b.

Trata-se de uma categorização que é externa ao que é intrinsecamente constitutivo de A. Chegamos à conclusão, em 2b, de que o sujeito é conservado porque nós comparamos sua idade (B) com as idades que ele não tem mais (B') e constatamos que ele é jovem em relação à idade avançada que tem hoje.

Em outras palavras, o sujeito é apreendido como conservado, num primeiro momento, na noção de “ser jovem” /relativo a moço, que está na idade juvenil, que se conserva, que resiste à idade, ao tempo/ (interior deste domínio), mas que nos leva a contrastá-la com aquilo que não é jovem (exterior do domínio) para que cheguemos ao “jovem em relação à quantidade de tempo que existe, mas ainda apresentando traços que não lhe permitem esconder a idade” (fronteira). Assim, podemos dizer que “ser jovem”, neste enunciado, não é a mesma coisa que “ser jovem” no enunciado 2, isso porque a característica que lhe é atribuída (B) por “para” não é a mesma nos dois enunciados, provando que “para” atribui propriedades não-definitivas ao que lhe precede.

Para pensarmos um pouco em uma função comumente atribuída à preposição “para”, a saber, **fim**, consideremos ainda o enunciado 2 e sua paráfrase 2a. Perceba que, quando dizemos que em um enunciado, em que consta a marca “para”, essa marca atribui uma característica B, não-definitiva, a A, entendemos seu funcionamento da seguinte maneira:

Ser Jovem PARA Pensar em Deus

Toma-se a noção “ser jovem” (interior do domínio) em um primeiro momento sem relacioná-la a “pensar em Deus”. Assim, se estabelece uma rede de possibilidades de associações a essa noção, por exemplo: “brincar”, “não ter responsabilidades”, “expressar todos os sentimentos”, “ter espinhas”, enfim, podemos associá-la a diversos contextos. Mas, quando esta noção é atualizada no enunciado com a ajuda da marca “para”, essa lhe atribui uma propriedade, ou seja, considera-a como a origem, a causa de algo. No caso deste enunciado atualiza-se a

noção “ser jovem” como sendo a causa de não se poder ou não estar preparado para “pensar em Deus”. A partir deste momento, “ser jovem” adquire a fronteira de seu domínio, o que distingue essa expressão do que é “ser jovem” e do que não é “ser jovem”. Estabelecida essa propriedade momentânea, “pensar em Deus” passa a ter uma relação única com “ser jovem”, uma vez que se eliminaram todas as outras possibilidades de associações com esta noção neste enunciado.

Dessa maneira, “ser jovem” neste contexto só pode ser entendido como “imaturo” se associado a “pensar em Deus”, do contrário, se associarmos a “para a idade que tem” passa a ser entendido como “bem conservado”. Essa necessidade de estabilização da noção “ser jovem” faz com que B passe a ter uma relação única com A, ou seja, A só é a causa se B for a consequência neste contexto. Como A se estabiliza com essa atribuição, passa a ser a causa ou a origem de algo, e, como a origem tem um fim, ou um objetivo, daí interpretamos “para” como fim.

É interessante observar que, mesmo em 2c em que fizemos uso das modalidades 1 (da negação e da ênfase) e 3 (da apreciação) podemos notar que a relação operada por “para” entre A e B é a mesma, mesmo em um enunciado que nega a noção A e a característica que lhe é atribuída por B.

(2c) Engraçadinho hein, é jovem para pensar em Deus, mas não é jovem para reclamar, né!

Como no início de nossa análise do enunciado 2, dissemos que um enunciado é o resultado da interação de cada elemento que o compõe, fizemos a glosa 2d, em que introduzimos um outro antecedente para a marca “para”, no lugar de “jovens” colocamos “puras” para avaliar o papel de A na interação com a marca e com os demais elementos do enunciado.

(2d) As crianças, por serem muito jovens, são puras para pensar em Deus.

Neste caso, deve-se dizer que, sem dúvida, o uso do advérbio “muito” em 2 contribui de maneira indiscutível para a interpretação que temos do enunciado, embora não seja imprescindível para tal interpretação.

A mudança de “jovens” para “puras” causa uma mudança na interpretação, e o que antes as crianças não podiam fazer pelo fato de serem muito jovens, neste enunciado é o que faz delas, seres honestos e cândidos para pensar em Deus, diferindo-as dos adultos exatamente pelo oposto do enunciado 2. Assim, o resultado da interação entre as noções A e B depende da marca que as coloca em relação e é o resultado da atualização do domínio nocional de A com a característica B.

Finalizamos nossos comentários sobre este enunciado tentando mostrar que o enunciado é sempre resultado das operações entre as marcas linguísticas que o compõem e também das marcas extralinguísticas. Trata-se de um jogo enunciativo que, no caso de nossos enunciados com “para”, põe duas noções em jogo - a de A e a de B - e o resultado ou significado do enunciado dependerá da interação entre essas duas noções e o contexto enunciativo em que estão inseridas.

Além disso, como Culioli, consideramos o papel do sujeito na interpretação dos enunciados, assim, o verdadeiro significado de um enunciado depende da situação enunciativa em que se encontra, do material linguístico que o compõe e do sujeito que o interpreta, o que, fatalmente, dependerá de suas experiências individuais e coletivas.

Segundo o conceito de **forma esquemática**, as unidades se inscrevem em um duplo processo interativo de esquematização do co-texto de um lado, da instanciação desse esquema pelos elementos desse co-texto de outro lado.

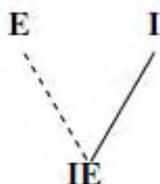
A preposição coloca em jogo uma relação de localização entre A e B. Essa representação significa que a preposição intervém sempre com a sua semântica própria (definida por sua forma esquemática) e como relator (predicado). Descrever uma preposição dentro de uma sequência dada implica identificar os elementos A e B.

Neste enunciado, pudemos notar as seguintes operações:

- Parte-se da noção /jovem/, dessa noção é extraída uma propriedade (uma noção /jovem/ qualquer do interior do domínio) e essa ocorrência é “vista” em paralelo com todas as outras ocorrências dessa noção.

Como podemos notar pela figura abaixo, B funciona como um atrator de A (com I e E representando zona exterior e zona interior do domínio nocional, respectivamente), em outras palavras, na construção da referência de A tem-se

duas visões – a do interior e a do exterior de seu domínio nocional – ao atribuirmos a propriedade B (exterior do domínio), criamos AB (IE: visão do interior e do exterior de A, ao mesmo tempo) – fronteira. Figura 3:



- A marca “para” permite a estabilização momentânea da noção /ser jovem/ no momento da enunciação, mas para que essa estabilização aconteça, o termo correspondente a B deve ter uma relação única e necessária com A, o que permitiria a devolução da propriedade extraída por “para” da noção /ser jovem/.

(3) “Quando se viaja sozinho e você vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável”.⁷⁷

No trabalho com este enunciado, tomaremos o esquema < A PARA B>, onde A é o termo *você* e B é o termo *quarto* e atribuiremos duas propriedades à noção de A: (“ir para” enquanto se fixar) e (“ir para” enquanto se movimentar, sem a ideia de permanência).

Como já dissemos nas outras análises, a noção de A não é tomada em seu sentido intrínseco, mas a partir de B, sendo assim, a ida será de permanência ou de um movimento apenas, a depender de B e da situação enunciativa. Tomemos dois contextos, um para cada propriedade:

⁷⁷ Retirado do site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u719941.shtml>, acesso em 12/09/2010, às 16:00 hrs.

(3a) Quando se viaja sozinho e você vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável. Essa sensação se torna muito pior quando desfazemos as malas e lembramos que temos que ficar por muito tempo ali.

(3b) Quando se viaja sozinho e você vai, cheio de malas, para um quarto no décimo sexto andar de um hotel e é avisado que aquele não é o seu quarto, fica bravo por ter carregado tanto peso à toa.

Nas duas situações 3a e 3b é a marca “para” que subsidia a ambiguidade na significação, pois tanto se vai a um lugar B para ficar por algum tempo, dormir, se hospedar, quanto se vai a um lugar B’ para conhecer, passar por, por enganar-se de lugar, etc. Em outras palavras, a marca “para” permitiria atribuir, momentaneamente, características à ida, mas, sendo esse processo momentâneo por conseguirmos num primeiro momento identificar essa ida sem a referência B para só depois entendermos que é uma ida para um quarto de hotel, podemos perceber o jogo enunciativo e a ambiguidade inevitáveis no processo de construção referencial do enunciado. Assim, só uma situação enunciativa nos daria indícios de qual é o ponto final desse movimento do verbo ir.

Dessa forma, a marca “para” pode indicar, no mínimo, dois movimentos: um enquanto direção/sentido sem foco na permanência no local e outro enquanto um fim (que pode ou não indicar um processo culminado). Vejamos como isso se configura nos enunciados 3c, 3d e 3e, respectivamente:

(3c) Ele já foi para a rodoviária, agora só nos resta aguardar seu telefonema avisando que chegou em casa.

(3d) Ele foi para Santa Catarina e nunca mais voltou para esses lados.

Valendo-nos de alguns conceitos da TOPE, sobretudo os referentes aos mecanismos de quantificação, faremos algumas glosas para melhor compreendermos o fenômeno que visamos registrar aqui. Trata-se dos recursos de extração e varredura:

(3e) Quando se viaja sozinho e essa viagem (essa ida a algum lugar) é muito longa, além de ter um destino distante de tudo, a sensação de isolamento é inevitável.

(3f) Quando se viaja sozinho e você vai para os hotéis, a sensação de isolamento é inevitável.

No enunciado 3e, fizemos uso do apagamento da marca “para” e com isso parafraseamos a mesma. Ao retiramos essa marca do enunciado, podemos perceber claramente a sua função dentro do enunciado, pois ocorre a atribuição à viagem ou ida de uma propriedade (ser longa, ser longe). Ao mesmo tempo, se trabalharmos com a operação de varredura a partir do mesmo enunciado 3, veremos que essa atribuição de propriedade é momentânea, uma vez que em 3f, a ida já tem outra propriedade atualizada no enunciado.

A varredura não fixa nenhum ponto, nem de direção nem de destino. Pode-se estar falando de qualquer hotel, o que remete a enunciação à alta noção do termo hotel. Achamos interessante trabalhar o termo “hotel” porque tentamos mostrar a importância de B para a atribuição de características não-definitivas a A (neste caso, a ida/viagem de alguém), ou seja, somente o co-texto com os seus elementos e a situação enunciativa é que vão permitir uma visão dessa ida que não é uma ida qualquer, mas uma ida enquanto meta, enquanto direção, enquanto fim, ou até mesmo uma ida sem uma atribuição que a especifique claramente.

Todo esse esforço operatório apresentado acima leva-nos a verificar que a linguagem é ambígua por natureza dado o fato dos seus elementos serem todos dotados de uma invariante de funcionamento que apesar de jamais a definirem, a estabilizam em cada enunciado que se realizam.

Notemos, ainda, que qualquer que seja a manipulação que fazemos do enunciado a marca preposicional “para” é determinante, constituinte e está no âmago de todo esse movimento, mesmo porque, a noção /ir/, na verdade, só será assertiva e tética (é visado um último ponto em potencial) se houver uma marca que indique a direção desse movimento que está no centro dessa noção: <ir (para)>, <ir (a)>, <ir (em)>:

O garoto foi para o carro do pai.

O garoto foi ao carro do pai.

O garoto foi no carro do pai. (?)

Essa questão pode ficar mais clara com o verbo “caminhar”, por exemplo, pois em:

O garoto caminhou para a praia.

**O garoto caminhou à praia.*

O garoto caminhou na praia.

Neste caso, em que se trata de um verbo que pode indicar um movimento, mas não direção – predicados do tipo processo – com a preposição “a” dá origem a sequências malformadas. Combinados com a preposição “para”, obteremos sequências ambíguas do ponto de vista aspectual, podendo ser interpretadas como eventualidades do tipo processo ou do tipo processo culminado, como as manipulações com adverbiais durativos e de realização podem comprovar.

O garoto caminhou para a praia, quando chegou lá, deu um grito.

O garoto caminhou para a praia em cinco minutos.

A interpretação télica de “caminhar” desaparece com o uso da preposição “em”:

O garoto caminhou na praia.

No caso dos verbos de direção, a interpretação télica é esperada, mas no caso de verbos que podem indicar movimento, o comportamento das sequências só pode explicar-se pela dependência estrita entre predicador verbal e a preposição.

Até aqui pudemos ter as seguintes observações:

- (a) as preposições têm impacto nas propriedades aspectuais associadas às relações predicativas.
- (b) A interpretação télica de alguns verbos se explica pela dependência entre predicador verbal e preposição.

3.2.2 Verbo *ir*: forma esquemática e estrutura argumental

O verbo *ir* possui uma estrutura argumental que pode ser definida de modo geral com cada elemento tendo um conteúdo semântico regular. Sobre sua forma mínima, ele se apresenta como um esquema de dois lugares, em que o primeiro lugar corresponde ao argumento **origem** e o segundo ao argumento **destino** da relação predicativa. Com o verbo *ir*, o nome que se encontra na posição de sujeito interpreta-se como o agente do processo (o desencadeador da variação). A preposição (e os termos A e B que ela coloca em relação) é exterior a esta representação do verbo. Ela é levada em conta dentro do quadro de uma combinatória que coloca em jogo de um lado o verbo (mais exatamente a sua representação complexa) e, de outro, o esquema preposicional em que R coloca em relação dois lugares correspondendo respectivamente a A e a B, em função da semântica da preposição.

Podemos perceber que, nos exemplos que colocamos acima, o termo que tem um estatuto como elemento da forma esquemática do verbo (em outras palavras, o agente) é também o A do esquema preposicional.

(3) [...] *você vai para um quarto* [...].

“Você” pode ser interpretado como fazendo parte da forma esquemática do verbo e também corresponde ao A de A para B.

“Você” é considerado como alguém que se dirige a algum lugar, enquanto relacionado com o verbo, mas é também o A colocado em relação com “quarto”, no esquema da preposição A para B.

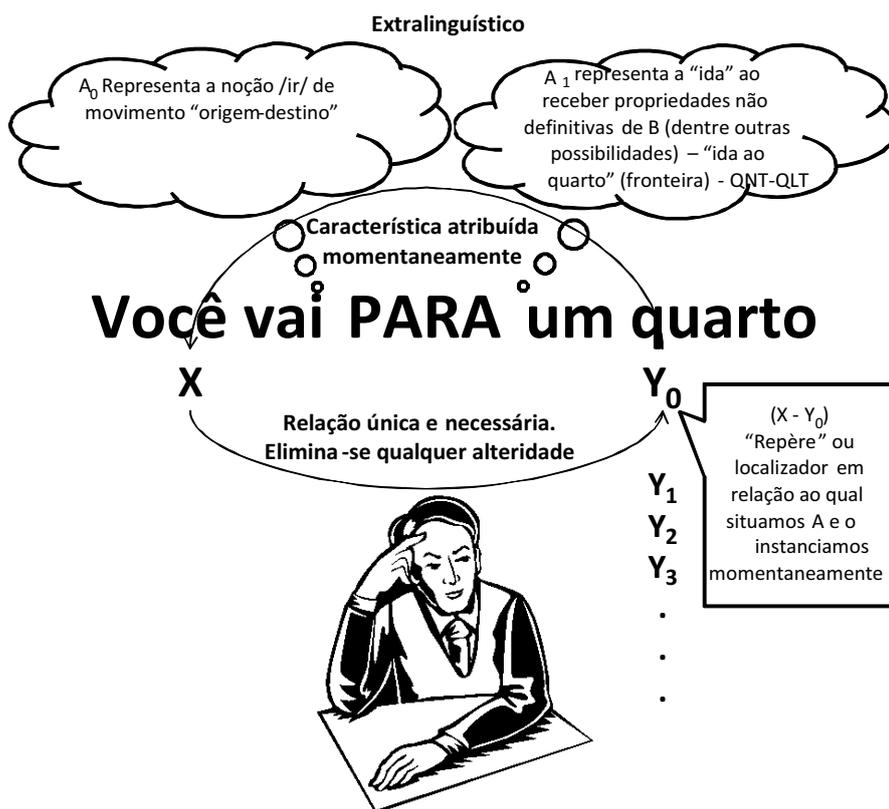
Neste caso, a preposição introduz um termo que tem o estatuto de argumento do verbo o que remete a uma afinidade semântica (difícil de explicar na maioria dos casos) entre a preposição e o verbo. Do nosso ponto de vista, a preposição reconstrói a relação entre dois elementos da forma esquemática, conduzindo a efeitos particulares.

Como já frisamos, as análises presentes neste trabalho sustentam a hipótese de que, na relação A para B, B funciona, dada a operação de localização, como

localizador de A, termo que adquire, portanto, o estatuto de localizado. Nesta relação, B por consistir no termo que segue a preposição, encontra-se necessariamente identificado, enquanto A, termo apreendido como antecedente, apresenta naturezas variadas.

No que se refere ao tipo de operação de localização observada, a hipótese aponta para uma localização de tipo especificação, pelo fato de o termo localizado ser apreendido por meio de uma categorização que lhe é “externa”, oriunda do termo B, localizador.

Na figura 4 abaixo, procuramos representar uma simulação a partir de uma reconstituição do que poderiam ser as operações mentais, subjacentes às marcas dos enunciados, que se desenvolvem no sujeito quando pensa em um enunciado em que consta a preposição “para”, como o enunciado 3:



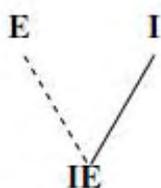
No enunciado 3, pudemos constatar as seguintes operações:

- A noção /ir/ é colocada em relação a /quarto de hotel/ pela marca “para”.

No momento anterior à enunciação, a noção /ir/ é tomada em seu interior, mas no momento da enunciação, uma característica lhe é extraída, sua propriedade de movimento em direção a um quarto de hotel. Essa característica é extraída e devolvida à noção /ir/, excluindo-se toda alteridade. Como “para um quarto de hotel” não é uma característica intrínseca para a compreensão da noção /ir/, dizemos que se trata de uma propriedade externa à noção /ir/. Para que se estabilize momentaneamente esta noção, é necessário que B tenha uma relação única com A.

- Há a possibilidade de enxergamos tanto a noção /ir/ como /ir para um quarto/, pois a marca “para” não atribui uma propriedade definitiva a A. Acreditamos que a marca “para” apresenta uma operação anafórica ao extrair uma propriedade de A. As duas situações A' e A” presentes ao mesmo tempo fazem com que esta marca produza efeitos como iminência, direção, entre outros.

Como podemos notar pela figura abaixo, B funciona como um atrator de A (com I e E representando zona exterior e zona interior do domínio nocional, respectivamente), em outras palavras, na construção da referência de A tem-se duas visões – a do interior e a do exterior de seu domínio nocional – ao atribuirmos a propriedade B (exterior do domínio), criamos AB (IE: visão do interior e do exterior de A, ao mesmo tempo) – fronteira. Figura 3:



- esta marca tem impacto nas propriedades aspectuais associadas às relações predicativas.

- A interpretação télica de alguns verbos se explica pela dependência entre predicador verbal e preposição.

(4) A fase #2 foi a primeira grande viagem deste Projeto. Saí de Berlim e fui para Amsterdam, depois para Bergen, Oslo e Kirkenes, na Noruega. De Kirkenes, pequena cidade localizada no extremo norte da Noruega, 400 km acima do Círculo polar Ártico, fui por terra até Murmansk, na Rússia. Essa fase apesar de intensa, foi relativamente curta, 14 dias.⁷⁸

Neste enunciado vemos, claramente, três pontos marcados pela preposição “para”: ponto X, portanto, de origem (Berlim); ponto Y, portanto destino provisório (Amsterdam) e ponto Z, destinos provisórios também (Bergen, Oslo e Kirkenes).

Essa presença da marca “para” molda a noção /ir/ indicando uma estadia sempre provisória.

É interessante notar que a transição até o ponto Z não fecha a possibilidade de uma migração para outro ponto. Seja um novo ponto (Murmansk), ou um retorno aos pontos Y e A. E é exatamente todo esse movimento suscitado que reafirma nossa hipótese de que “para” não fixa a referência daquilo que a antecede, neste caso, a noção /ir/. Ao mesmo tempo, se fizermos uma pequena mudança nos contextos de esquerda (no lugar de “primeira” colocamos “última” e de direita, poderemos perceber uma nova possibilidade de interpretação de /ir/:

(4a) A fase #2 foi a última grande viagem deste Projeto. Saí de Berlim e fui para casa descansar dessa jornada.

Neste enunciado, a marca “para” aponta para o movimento entre dois pontos: de um ponto estático (Berlim) a um ponto estático (Casa). Assim, esta preposição marca a transição bem definida entre dois lugares e não abre possibilidade para um novo movimento a um terceiro lugar. Isso acontece porque o termo “casa” em uma construção com o verbo “ir” acompanhado da preposição “para”, muitas vezes, pode ter a interpretação de “lar” e traz para o enunciado uma ideia de permanência, ao contrário do que entendemos no enunciado 4. A mudança do termo “primeira” para o termo “última” *grande viagem* também corrobora essa interpretação. Em outras

⁷⁸ Retirado do site: <http://colunas.canalbrasil.globo.com/platb/projetosumir/page/2/>, acesso em 11/10/2011, às 15 :00 hrs.

palavras, não acreditamos que a marca “para” aja sozinha no enunciado, uma vez que este é resultado da interação de todos os seus componentes.

Na próxima manipulação que faremos do enunciado 4, trabalharemos com o recurso da varredura referente ao mecanismo de quantificação.

(4b) A fase #2 foi a última grande viagem deste Projeto. Saí de Berlim e fui para outras cidades.

A varredura não fixa nenhum ponto, nem de passagem nem de destino. Pode-se estar falando de qualquer cidade. Além disso, neste caso, não há como dizer que há uma ideia de permanência, uma vez que “outras cidades” estando no plural mostra a presença de vários destinos não fixando nenhum ponto. Esse enunciado também corrobora o entendimento de que “para” permite-nos trabalhar a noção A de acordo com B, mas nunca fixando nenhuma propriedade para A.

Assim, podemos dizer que o esquema de funcionamento da preposição “para” corrobora profundamente o caráter ambíguo da linguagem.

(4c) A fase #2 foi a primeira grande viagem deste Projeto. Saí de Berlim e fui para Amsterdam e essa ida me fez lembrar os velhos tempos de mochilão nesta cidade.

Esse enunciado marca uma apreciação do sujeito enunciatário com relação à sua ida a Amsterdã. Para explicitar a operação da marca “para”, utilizamo-nos do recurso da flechagem (referente ao mecanismo de quantificação) da noção /ir/.

A apreciação do sujeito (caracterizada como modalidade 3 ou apreciativa na TOPE) se constrói pela lógica “Se a pessoa vai para Amsterdam, essa ida não é mais uma ida (viagem) qualquer, pois há uma especificação do lugar para onde se foi”.

Pode-se dizer que, em um momento inicial (T_0) do enunciado, a noção /ir/ é vista como um verbo que traz a ideia origem-destino, o que permite ao enunciatário preencher os argumentos desse verbo com quaisquer origens e quaisquer destinos.

Mas, em um segundo momento (T_1), o enunciatário já reconhece a existência de uma origem (que não vem ao caso no momento) e de um destino (este nos interessa um pouco mais neste momento). É a partir desse “destino” que se constrói o domínio nocional de /ir/ neste enunciado. No interior desse domínio estão as

propriedades que o caracterizam: *passar, mover-se ou deslocar-se de um lugar para outro, por movimento próprio, impulso imprimido, qualquer mecanismo, ou com o auxílio de transporte ou veículo.*

No exterior do domínio está aquilo que foge às propriedades de “ir”, ou seja, a ausência de propriedades compatíveis faz com que este deixe de existir.

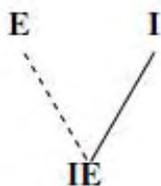
Na fronteira do domínio, temos “ir para Amsterdam” que guarda algumas propriedades primitivas da noção /ir/, ou seja, apresenta uma origem (Berlim) e um destino (Amsterdan) . Está-se, portanto, na fronteira do domínio: ainda é o verbo ir, porque guarda características do centro da noção /ir/, mas apresenta uma especificação/diferenciação que limita o destino (propriedade qualitativa), que orienta para o exterior do domínio.

Neste enunciado 4, podem ser destacadas as seguintes operações:

- A marca “para” abre um leque de valores para B que são imediatamente eliminados pela especificação de A por B, retornando ao valor inicial de A acrescido da propriedade B.

- Marca a oposição entre A' e A'' (A-B), sem descartar nenhuma delas.

Como podemos notar pela figura abaixo, B funciona como um atrator de A (com I e E representando zona exterior e zona interior do domínio nocional, respectivamente), em outras palavras, na construção da referência de A tem-se duas visões – a do interior e a do exterior de seu domínio nocional – ao atribuímos a propriedade B (exterior do domínio), criamos AB (IE: visão do interior e do exterior de A, ao mesmo tempo) – fronteira. Figura 3:



- Organiza o domínio nocional de /ir/ de acordo com aquilo que irá lhe especificar.

(5) Em novembro de 1864, Lewis Carroll escreveu a história para a amiga Alice Liddell, e deu o livro para a garota como presente de Natal.⁷⁹

Para a discussão dos enunciados, sempre partimos de uma assunção radical da abstração linguística no intuito de ilustrar a plasticidade de valores que são refletidos a partir da nossa experiência de mundo: o empírico que dá suporte ao formal, a subjetividade que ancora a objetividade e, talvez, o mais importante para nós linguistas: operações que movimentam categorizações.

Tomando o enunciado em questão, trabalharemos um pouco com a segunda ocorrência da marca “para” (...e deu o livro para a garota como presente de Natal), inferimos que:

Existe um indivíduo que é Lewis Carroll.

Existe um indivíduo que é Alice Liddel.

Existe um objeto que está em relação com Lewis Carroll e Alice Liddel

Existe uma data num passado que é “em novembro de 1894/Natal”

Posto isso, propomos algumas paráfrases de base que comprovam a já referida ambiguidade fundamental da linguagem e que alimentam todo o trabalho de parafraseamento que se segue:

(5a) Lewis Carroll escreveu, em novembro de 1894, um livro especialmente sobre a história de Alice Liddel, nada mais natural que ela possua um exemplar desta obra, não ?

Como podemos perceber nesta paráfrase do enunciado 5, considerando o contexto apresentado acima, percebemos que a presença da marca “para” corrobora

⁷⁹ Retirado do site: <http://kakaos.wordpress.com/tag/lewis-carroll/>, acesso em 13/10/2011, às 16 hrs.

o trabalho da noção de /dar/ enquanto “ceder, doar, presentear”, assim, a ação de dar recebe uma propriedade que faz dela uma ação de presentear alguém. Não há como negar que os contextos de esquerda e de direita, como data e especificação do evento “natal” ajudam a interpretar o enunciado dessa maneira. Além disso, o conhecimento da obra “Alice no país das maravilhas” e de seu autor Lewis Carrol corroboram esta interpretação.

Contudo, se considerarmos apenas esse trecho do enunciado sem contexto, perceberemos a impossibilidade de fazer uma análise linguística confiável. Vejamos o que acontece em 5b em que há um diálogo entre dois sujeitos:

(5b) S1 : *Lewis deu o livro para a garota ?*

S2 : *Sim, ele fez esse favor porque de onde ela estava, era impossível alcançar o livro.*

Neste caso, podemos inferir que retirar uma parte de um enunciado e analisá-la isoladamente é uma tarefa um pouco duvidosa, uma vez que, dada a plasticidade da linguagem, a cada contexto as palavras e os enunciados assumem novos sentidos. Podemos perceber, em 5b (em que a noção /dar>/ é um pouco diferente da noção que se apresenta em 5 e 5a porque quando se usa a preposição “para”, o contexto de direita é atribuído como uma propriedade àquilo que está à esquerda. Assim sendo, /dar/ passa a conter uma ideia de “entregar”.

A seguir faremos algumas interpretações - com o suporte da marca aspectual **somente** - que sustentam a relação estabelecida entre A e B e que sustentam os dois valores de “dar” aqui abordados. Começamos mantendo o valor de /dar/ que se aproxima do alto grau dessa noção (ceder, doar):

Lewis e somente Lewis deu o livro para Alice. (Alice não ganhou livro de mais ninguém).

Lewis deu somente o livro para Alice, nada mais. (O livro foi o único presente dado por Lewis para Alice).

Lewis deu o livro para Alice somente, para ninguém mais. (Alice e somente Alice ganhou o livro de Lewis).

Partindo para o segundo valor atribuído a este verbo, teríamos uma cadeia parafrástica do tipo:

Lewis e somente Lewis deu o livro para Alice. (Havia mais gente perto, mas só Lewis se manifestou em ajudar Alice.)

Lewis deu somente o livro para Alice, nada mais. (Havia outros materiais que talvez Alice necessitasse alcançar, mas Lewis só deu o livro.)

Lewis deu o livro para Alice somente, para ninguém mais. (Havia mais pessoas que queriam / necessitavam do livro.)

Notemos que qualquer que seja a relação que se estabelece entre A e B, a noção /dar/ só se estabilizará a partir de contextos de direita possíveis. Assim, a simples relação <A R B> não estabiliza o valor do verbo em questão e não garante que os fenômenos referenciais sejam mantenedores de um sentido ao enunciado, mesmo porque só o empírico (experiência cultural que a língua representa através das noções, do léxico e da gramática) é capaz de estabelecer, minimamente, uma relação entre valor e palavra, entre o objeto e a representação do objeto (a noção em si).

Por ora, o que fizemos até aqui nada mais foi que realizar uma atividade incessante que nos faz acessar a linguagem por meio das representações metalinguísticas. Em outras palavras, recorreremos às manipulações linguísticas para demonstrarmos que é, de fato, a linguagem (a invariância) que sustenta a língua (variação) nos intentos de materialização do pensamento humano.

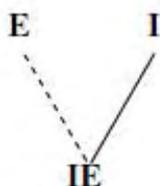
Em complemento, pudemos ter uma visão, mesmo que por vezes abstrata, de como a ambiguidade (e por consequência o processo de desambiguação, que é a própria atividade de que estamos falando) é uma condição da constituição da linguagem, pois, sem ela a linguagem não teria labilidade e estabilidade.

Em relação ao enunciado 5, pode-se dizer que :

- A marca “para” abre um leque de valores para B que são imediatamente eliminados pela especificação de A por B, retornando ao valor inicial de A acrescido da propriedade B.

- Marca a oposição entre A' e A'' (A-B), sem descartar nenhuma delas.

Como podemos notar pela figura abaixo, B funciona como um atrator de A (com I e E representando zona exterior e zona interior do domínio nocional, respectivamente), em outras palavras, na construção da referência de A tem-se duas visões – a do interior e a do exterior de seu domínio nocional – ao atribuirmos a propriedade B (exterior do domínio), criamos AB (IE: visão do interior e do exterior de A, ao mesmo tempo) – fronteira. Figura 3:



- Organiza o domínio nocional /dar/ de acordo com aquilo que irá lhe especificar.

(6) No filme de 2 min, que relembra o sucesso de 1986, o ator imita o personagem e finge que está doente para faltar no trabalho e curtir o dia no seu Honda CR-V. Durante o dia, ele passa por um parque de diversões, pela praia e até canta karaokê durante uma celebração de rua.⁸⁰

No enunciado “O ator imita o personagem e finge que está doente para faltar no trabalho e curtir o dia no seu Honda CR-V” depreendemos o préconstruído de que existe um sujeito que está em perfeita saúde, mas que se finge de doente. Esta ação

⁸⁰ Site:

http://not.economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201201301556_TRR_80789708, acesso em 15/02/2012, às 15 hrs.

do sujeito tem uma explicação, ou seja, se ele se finge de doente é com o intuito de não trabalhar, e sim curtir a vida. Desta maneira, se endereçado ao trabalho o sujeito se apresenta como doente.

B (faltar no trabalho e curtir o dia no seu Honda CR-V) é a razão de A (o sujeito fingir-se de doente).

Podemos perceber que a marca “para” traz, ao colocar em relação A “sujeito fingir que está doente” e B “faltar no trabalho e curtir o dia no seu Honda CR-V”, a seguinte reflexão: tentamos pensar sobre a noção /doente/ para, de alguma maneira, entender a relação que nos é colocada. Ao fazer este esforço, pensamos então, na sua substituição como podemos perceber na seguinte reformulação:

(6a) (?) *No filme de 2 min, que relembra o sucesso de 1986, o ator imita o personagem e finge que está bem para faltar no trabalho e curtir o dia no seu Honda CR-V.*

Podemos observar que o jogo estabelecido entre as marcas “bem” e “faltar no trabalho” causa um estranhamento no entendimento do enunciado 6a. Este estranhamento ocorre, dentre outras possibilidades, do fato de “estar bem” não ser um bom argumento para alguém que queira faltar no trabalho.

Além disso, “fingir estar bem” aumenta o estranhamento do enunciado, uma vez que ninguém fingiria estar bem para faltar no trabalho, pois essa tentativa seria um fracasso, partindo-se da ideia de que todo ser humano dotado de saúde é capaz de trabalhar, ao contrário de uma pessoa doente, incapacitada, portanto, de exercer suas funções. Pensamos que esse estranhamento ocorre também pelo fato de a marca “para” projetar em B as propriedades de A, é como se “para” anaforizasse alguma coisa, por exemplo e, assim, excluísse toda e qualquer alteridade além de B:

(6b) *“No filme de 2 min, que relembra o sucesso de 1986, O ator imita o personagem e finge que está bem para sair logo do hospital, pois odeia esse tipo de lugar”*

Sendo assim, podemos dizer que ao projetar as propriedades de A em B, “para” faz com que B especifique A, em outras palavras, a propriedade B é atribuída

a A (no instante da enunciação) se e somente se B for compatível (leia-se: fizer parte do domínio nocional de A) com A na relação estabelecida por “para” (em um instante anterior à enunciação). Ainda, ele só poderá faltar no trabalho se estiver doente no contexto de 6: B só vai acontecer neste contexto se A acontecer.

Como dissemos acima, a função anaforizante de “para” vem de sua relação com seu antecedente, ou seja, a noção de A (doravante, “sujeito fingir que está doente”) é de suma importância para a construção referencial do enunciado e para a sua estabilização.

A noção /estar doente/ remete a uma classe de possibilidades dentro do seu domínio nocional: um ser que está enfermo, fraco, sem ânimo para fazer algo, debilitado, impossibilitado de desenvolver certas funções, entre outras.

Todas essas ocorrências encontram-se no interior do domínio nocional da noção /estar doente/. Outras ocorrências, tais como: estar disposto, saudável, bem, animado, trabalhar, entre outras possibilidades, estão no exterior do domínio, pois não têm propriedades necessárias para a noção /estar doente/.

Esta noção, ao ser colocada em relação com “faltar no trabalho”, mostra-nos o papel de “para” nesta relação, ao trabalhar a noção /estar doente/ especificamente em relação a “faltar no trabalho”, ou seja, um fingimento visando a um fim específico (o que não tem relação com o interior do domínio nocional /estar doente/, uma vez que se continuarmos lendo o enunciado dado, perceberemos que o sujeito irá “curtir o dia no seu Honda CR-V” (daí a necessidade da marca “fingir” antes da noção “doente”, indicando sua plena saúde para outra coisa que não trabalhar). O uso da marca “fingir” permite a continuação do enunciado (“e curtir o dia no seu Honda CR-V) sem causar estranhamento. Cremos que as marcas “fingir” e “para” contribuem para que as noções /estar doente/ e /curtir/ compartilhem de uma mesma situação enunciativa em harmonia de sentido.

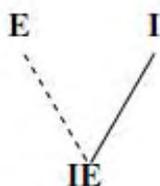
Outro fato citado acima e que deve ser realçado é quando a marca “para”, ao colocar os termos A e B em relação, elimina toda alteridade em B, fazendo com que este tenha uma relação única e necessária para que A seja visto em sua relação com B, ou seja, com a propriedade B atribuída a si momentaneamente, ou seja “fingir-se de doente” (dentro do domínio nocional /estar doente/ somente para “faltar no trabalho”, assim, esse “fingir-se de doente” não é qualquer e nem está no interior do domínio /estar doente/, mas é uma fronteira “passar-se por doente em função de um ponto de interesse”. Somente nesta leitura estabilizamos A “O sujeito fingir-se de

doente” que não pertence ao interior do domínio nocional de A, mas a uma fronteira deste domínio “aquilo que está entre o que é verdadeiramente /estar doente/ e aquilo que não o é”. Sempre realçamos esta característica de “para” de nos fazer sempre olhar a noção A por ela mesma e, ao mesmo tempo, a noção A pelo modo como ela é apreendida por B, ou seja, B é a referência externa por meio da qual A é apreendido. A não é considerado em seu valor próprio, mas em referência à alguma coisa. Vale ressaltar que esta referência é momentânea e só se materializa na situação enunciativa em que está inserida. A marca “para” não contribui para fixar um significado a um termo, mas sim para estabelecer uma referência a ele.

Em suma, podemos dizer que “para” caracteriza (nesse enunciado) as seguintes operações:

- Constrói uma projeção de A em relação a B, abrindo este “lugar” para outras ocorrências, mas imeditamente excluindo toda e qualquer alteridade, fazendo de B o único localizador de A;
- Marca a oposição em A' e A'', ou seja, A por ele mesmo e A em referência a B, gerando um valor distinguido;

Como podemos notar pela figura abaixo, B funciona como um atrator de A (com I e E representando zona exterior e zona interior do domínio nocional, respectivamente), em outras palavras, na construção da referência de A tem-se duas visões – a do interior e a do exterior de seu domínio nocional – ao atribuímos a propriedade B (exterior do domínio), criamos AB (IE: visão do interior e do exterior de A, ao mesmo tempo) – fronteira. Figura 3:



- organiza a noção de A e seu percurso no domínio nocional, estabilizando-a momentaneamente.

Chamamos esse raciocínio de **forma esquemática** em que as unidades se inscrevem em um duplo processo interativo de esquematização do co-texto de um lado, da instanciação deste esquema pelos elementos deste co-texto de outro lado.

A preposição coloca em jogo uma relação de marcação entre A e B. Essa representação significa que a preposição intervém sempre com a sua semântica própria (definida por sua forma esquemática) e como relator (predicado). Descrever uma preposição dentro de uma sequência dada implica identificar os elementos A e B.

(7) As taças para os vinhos tintos com pouco tanino são mais arredondadas e têm uma abertura relativamente grande. Isso faz com que se estimule todo o céu da boca, pois o vinho é bebido através de uma superfície maior. Essa taça é indicada para Burgunder, Beaujolais, Barbera e Pinotage.⁸¹

Como podemos ver, no enunciado em questão, tem-se a explicação de como são as taças para os vinhos tintos com pouco tanino e por que elas são como são.

O indivíduo que lê esta matéria sabe que há uma enorme quantidade de taças no mercado, ou seja, há infinitas ocorrências da noção /taça/ que poderiam ser escolhidas pela pessoa que toma uma determinada bebida, como taças de champagne, de água, coquetel, etc.

Podemos recuperar o preconstruído de que em momento anterior à enunciação, uma característica é extraída de taça, “uma taça para vinhos tintos com pouco tanino” para depois, no momento da enunciação ser-lhe devolvida, ou seja, há uma operação de flechagem. Em poucas palavras, existe uma variedade de taças, mas a escolhida para ser descrita nesta matéria foi a taça para vinho tinto com pouco tanino.

Vejamos como ficaria o enunciado sem a marca “para” e a característica introduzida por ela:

(7a) As taças são mais arredondadas e têm uma abertura relativamente grande.

⁸¹ <http://www.adega24.com/Interessante/Qualta%C3%A7aparaquevinho/tabid/794/Default.aspx>, acesso em 15/02/2012, às 15 hrs.

Neste enunciado, não sabemos exatamente de qual taça se está falando, temos apenas uma pequena descrição, mas não sabemos a que tipo de taça esta descrição se refere. Isso significa que essa taça pode ser de qualquer tipo, sendo para vinho tinto de pouco tanino ou não.

Em 7, opõe-se a noção /taça/ a outros tipos de taças que poderiam ser descritos.

É como se o enunciador dissesse : estou falando sobre taças para vinho tinto com pouco tanino (e não outras taças possíveis) que têm determinadas características. Como em 7a não há a marca “para”, não há a oposição entre taça₁ e taça_n que acontece em 7 excluindo-se toda alteridade e fixando a noção /taça/ por meio do seu localizador (vinhos tintos com pouco tanino).

No enunciado 7, podemos perceber que é criado um domínio nocional para a noção /taça/. O centro do domínio nocional remete a um exemplar da noção: uma taça com todas as propriedades que lhe caracterizam.

No exterior estariam elementos que não apresentam nenhuma propriedade em comum com o centro da noção (já não é taça). Na fronteira estariam as taças que apresentam características que se aproximam do exemplar (da fronteira em direção ao interior) ou se afasta (da fronteira em direção ao exterior).

Em relação ao enunciado analisado, percebemos que a noção /taça/ precisa se considerada, percebe-se uma operação de varredura, ou seja, percorre-se todas as ocorrências de /taça/ (taças para todos os tipos de conteúdo: água, vinho, champagne, entre outras) sem, no entanto frisarmos em uma ocorrência específica (pensamos em taças de forma generalizada). Em um segundo momento da enunciação as marcas “as”, “para”, “os vinhos tintos com pouco tanino” (localizadoras da noção /taça/ predicam a existência de um tipo de taça que serve para um determinado fim (diferente de outras possibilidades): ocorre uma operação de quantificação, ou seja, captamos várias ocorrências de /taça/, que podem estar no interior ou na fronteira do domínio. Assim, essas taças podem se aproximar (em direção ao interior) ou se afastar (em direção ao exterior) do centro da noção. Nesta segunda etapa do processo de construção do enunciado, chegamos então, a uma segunda referência à noção /taça/ que passa a ser localizada por meio das marcas acima citadas, distanciando-se do CO, no sentido do exterior do domínio. No entanto, permanece na fronteira, pois ainda guarda propriedades da noção “taça” /objeto com pouca profundidade, provido de pé, para beber/, apesar de ser uma

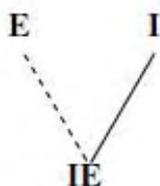
“taça específica para vinhos tintos com pouco tanino, mais arredondada e com abertura relativamente grande”.

O reconhecimento da noção começa no interior, mas aponta para o exterior, a noção /taça/ fica em suspenso, entre o interior e o exterior do domínio, na zona fronteira.

Neste fato estaria a importância de “para”, servindo como um desencadeador de um processo de construção referencial. Dessas observações, podemos perceber que a marca “para” realiza as seguintes operações:

- Parte-se de uma ocorrência inicial de /taça/ e constrói-se uma projeção de A em relação a B, abrindo este “lugar” para outras ocorrências, mas imediatamente excluindo toda e qualquer alteridade, fazendo de B o único localizador de A.
- Marca a oposição em A’ e A”, ou seja, A por ele mesmo e A em referência a B, gerando um valor distinguido. Acreditamos que seja esse duplo ponto de vista em relação a A que diferencia a marca “para” da marca “de”, por exemplo. Taça de vinho/taça para vinho.

Como podemos notar pela figura abaixo, B funciona como um atrator de A (com I e E representando zona exterior e zona interior do domínio nocional, respectivamente), em outras palavras, na construção da referência de A tem-se duas visões – a do interior e a do exterior de seu domínio nocional – ao atribuímos a propriedade B (exterior do domínio), criamos AB (IE: visão do interior e do exterior de A, ao mesmo tempo) – fronteira. Figura 3:



- organiza a noção de A e seu percurso no domínio nocional, estabilizando-a momentaneamente.

- Aciona o percurso da noção /taça/, que juntamente com outras operações, fará com que ela esteja sempre na oposição interior x exterior da noção, com a fronteira se sobressaindo.

3.3 Algumas operações constantes

Podemos citar algumas operações (mecanismos enunciativos) que se repetem com o uso da marca “para”:

- A marca “para” abre um leque de valores para B que é imediatamente eliminado pela especificação de A por B (extração de uma propriedade de A), retornando ao valor inicial de A acrescido da propriedade B (flechagem).
- Marca a oposição entre A' e A'' (A-B), sem descartar nenhuma delas.

Assim, podemos dizer que a marca “para” ajuda na definição de A, jamais fixando-lhe uma característica. Essa marca ajuda no processo de construção referencial de A e do enunciado, ao permitir a instanciação (momentânea) da noção A por meio de sua localização por B;

- Em consequência do fato de B tornar-se o único localizador de A, elimina-se, também, toda alteridade em A, construindo-se e estabilizando-se momentaneamente a referência deste por meio de B;
- Ao término deste processo, a marca “para” organiza o domínio nocional da noção A (trazendo uma ocorrência que se encontra no exterior ou fronteira para o interior) e podemos ter duas visões de A, digamos: A' e A'', uma vez que “para” não contribui para fixar a referência de seu antecedente, mas para estabilizá-la no momento da enunciação do enunciado em questão e de seu contexto. Ao não fixar essa referência, a marca “para” se confunde com conceitos como “meta”, “objetivo”, “fim”,

entre outros pelo fato de manter essa visão dupla de A, ou seja, A enquanto localizado por B e A enquanto A somente.

- esta marca tem impacto nas propriedades aspectuais associadas às relações predicativas.
- A interpretação télica de alguns verbos se explica pela dependência entre predicador verbal e preposição.

Concluindo, o funcionamento de uma preposição só pode ser apreendido por meio dos seus empregos, que resultam, sempre, de uma interação dos termos que coloca em relação (relação cíclica entre o todo e a parte, ao mesmo tempo em que a marca possui uma identidade, ela só a adquire por meio da interação com os demais elementos do enunciado, que, juntos, compõem a significação do mesmo). Trata-se de uma marca ambígua por natureza, pois, quase sempre necessita uma marca aspectual, modal, temporal, entre outras, para que se desambiguize seu uso.

Para a afirmação de Franckel e Paillard de que a preposição não pode ser caracterizada como um sema, pelo fato de as operações atribuídas a tal preposição serem o produto de diversas interações suscetíveis de estabelecer entre a preposição e os termos que ela coloca em relação, respondemos que ela possui e não possui, ao mesmo tempo, essa identidade. Ela garante seu valor intrínseco, mas, esse valor constrói-se por meio de seu processo de construção referencial dentro do enunciado do qual faz parte.

Ao mesmo tempo, o processo de construção referencial do enunciado acontece também graças aos seus valores intrínsecos que não seriam os mesmos na troca de uma preposição pela outra, o que assegura-lhe certo semantismo. Trata-se de uma relação de interdependência enunciativa mútua que parece um pouco ambígua, porque a linguagem é ambígua (tese da indeterminação da linguagem), ela é a invariância que sustenta toda essa variação.

Nesse sentido, finalizamos essa discussão afirmando que, ser linguista é estudar o fluxo de linguagem, mas, dentro de um contexto; é esse trabalho que nos levará sempre à centralização/descentralização. Assim, não devemos nos centrar nem

somente no todo e nem somente nas partes, mas exatamente na transição (movimento) de um para o outro.

No próximo capítulo encerraremos nosso trabalho, expondo algumas conclusões às quais chegamos a partir de nossas leituras teóricas e análises dos enunciados, esperando trazer alguma contribuição para estudos dedicados ao mesmo tema e também para outros estudos que vierem a se interessar pelo nosso trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bem divulgada a ideia de que a preposição é um item relacional, não dotado de valor lexical e que só recebe um sentido no contexto em que é empregada. Como pudemos perceber ao longo de nosso trabalho, tal concepção a respeito das preposições (e aqui falamos da preposição “para”, em particular) é um pouco equivocada, pois não é qualquer preposição que pode combinar-se com qualquer verbo, adjetivo, entre outros, sempre haverá uma explicação e até uma motivação para seu uso. Acreditamos que, muitas vezes, não prestamos atenção às razões pelas quais escolhemos uma ou outra preposição.

Uma outra ideia bem divulgada é a de que a preposição seria apenas um elemento funcional, mas, como sabemos, existe diferença em casos como *Ele caminhou na praia/Ele caminhou para a praia*, neste caso, como contentarmo-nos com apenas uma preposição se os efeitos de sentido produzidos por cada uma são completamente diferentes?

Neste ponto já podemos dizer que é falsa a ideia de que a preposição seria um instrumento gramatical vazio de sentido, embora também não acreditemos que ela possua um sentido (dada nossa concepção de indeterminação da linguagem).

Acreditamos que a preposição possui uma essência, um esquema de funcionamento que agrega propriedades tanto lexicais quanto gramaticais na sua atualização no enunciado.

Uma outra questão que trabalhamos nesta tese foi a de contrariar a ideia de que as preposições estabelecem relações apenas com palavras. Apostamos que elas estabelecem também relações entre sentenças constituindo-se em um grande desafio para quem busca entendê-las, uma vez que, para isso, é necessário considerá-las em seu contexto e inserção enunciativa.

Por fim, para que todas essas questões acima citadas sejam sanadas, é necessário que a preposição seja estudada levando em consideração seus aspectos tanto lexicais quanto gramaticais articulados, o que é indissociável de uma concepção da linguagem como indeterminada.

A citação abaixo, de Benveniste (1976), resume um pouco o nosso intuito ao realizar este trabalho:

Cada preposição de um determinado idioma esboça, nos seus diversos empregos, uma certa figura na qual se coordenam o seu sentido e as suas funções e que precisamos reconstituir se queremos dar uma definição coerente do conjunto das suas particularidades semânticas e gramaticais (BENVENISTE, p.141)

Pudemos constatar que cada preposição tem operações que são características de seu funcionamento e que se manifestam em todos os seus empregos. Ela não é dessemantizada em suas atualizações no enunciado e só podemos ter acesso a essas operações através do estudo de seus valores em contexto. Dessa forma, podemos dizer que o valor espacial ou temporal de uma preposição dependem dos elementos que estão ao seu redor.

Ao nosso ver, a marca “para” ocupa um lugar paradoxal, pois, ela tem uma diversidade de usos e de sentidos que a fazem se equiparar (em determinados contextos) às preposições “a” e “em” no português brasileiro, mas, ao mesmo tempo, sua significação é bem complexa. Pode-se até admitir que sua significação resulte nas ideias de **destino**, **alvo**, **trajeto**, mas, por causa dos contextos e das operações por ela acionadas. Consideramos que o ato ilocutório resulta do efeito de certos dispositivos enunciativos e/ou agenciamentos.

Acreditamos que o compartilhamento de alguns contextos com “a”, “em” e também “por” deve-se ao fato de, em alguns momentos, os elementos do que chamamos seu esquema de funcionamento compartilharem algumas características do esquema de funcionamento dessas duas outras preposições, como uma espécie de intersecção de determinadas características. Assim, não acreditamos que “para”

substitua de maneira idêntica as outras preposições, o que significaria aceitarmos a ideia da generalização de seu sentido e de sua possível **gramaticalização**⁸².

Pensamos que a alternância entre essas preposições deva-se ao fato de ambas permitirem uma visão de A por meio de B, por processos diferentes, mas que levam, em alguns casos, a interpretações parecidas; poderíamos até pensar que o esquema de funcionamento de “para”, por ser mais complexo, englobaria algumas características do funcionamento dessas outras duas preposições. Mas, cada preposição possui um esquema de funcionamento que lhe é específico e a escolha por uma ou por outra advém do contexto em que é inserida, da intenção do enunciador (o sujeito falante) e também da situação enunciativa.

A língua não poderia produzir construções tão semelhantes se não houvesse entre elas uma semelhança profunda, devida a um mesmo esquema subjacente. Compete ao linguísta descobrir essas relações profundas sob a diversidade superficial dos empregos, se ele quiser compreender os efeitos de sentido daí resultantes. (BENVENISTE, 2006, p. 144)

Ao trabalharmos com uma metodologia sistemática de paráfrases e glosas, refletindo sobre os termos passíveis de substituir A e B colocados em relação pelas preposições e sobre as regularidades que eram determinantes em cada caso, dadas as propriedades que lhes eram associadas, pudemos, nesta tese, formalizar uma **dinâmica** invariante que seria constitutiva da função exercida pela preposição “para” no âmbito das construções por ela integradas. Essa invariante seria uma forma definidora da variação, o que se manteria no decorrer desta variação. Tal invariante, construída por meio de manipulações do material empírico nos quais a preposição se faz presente, mostra que a variação de “para” não é qualquer, mas é sustentada por um esquema constante no âmbito do enunciado.

Esse tipo de reflexão mostra que nosso posicionamento teórico distancia-se de abordagens em que as unidades linguísticas são concebidas como um material semântico pré-constituído, ou seja, como objetos dotados de conteúdos inerentes.

⁸² Os estudiosos que consideram este processo o fazem porque rotulam a preposição como “espacial”, por exemplo, e, portanto, constatam que qualquer uso que fuja a esta ideia seja um caso de dessemantização.

Nosso trabalho com a reformulação dos enunciados aponta para o fato de que as preposições consideradas como semanticamente próximas das construções evidenciadas com “para”, embora estejamos longe de esgotar as possibilidades de reformulação, atestam o fato de nenhuma delas ser, por si só, capaz de retratar a dinâmica ativada por “para”. Assim, a simples alternância entre as preposições não permite compreender o funcionamento de uma unidade, pois o confronto entre uma e outra ou a substituição de uma pela outra, leva ao surgimento de um novo material enunciativo, desencadeando obrigatoriamente outras representações e interações que são diferentes da significação construída pela forma da qual se partiu.

É interessante notar que podemos aflorar o sistemático por trás do que prolifera no uso da língua sem reduzir ou imobilizar essa variação, ou seja, ao invés de atribuir rótulos ao que, aparentemente está pronto, buscamos o próprio processo de significação e ocupamos nosso lugar, enquanto sujeitos enunciadore, na atividade de linguagem, por não aceitarmos uma língua dada, mas sim, uma língua constituída com a nossa participação.

Somente para retomar nossos trabalhos desenvolvidos durante a iniciação científica (citados na introdução de nosso trabalho), podemos dizer que conseguimos resolver algumas dúvidas que surgiram àquela época. A alternância das preposições “a”, “para” e “em” (com verbos de movimento e transferência) não acontece por acaso e além do fato de se tratar de língua falada ou não, há também o fator “afinidade semântica ou não do verbo com a respectiva preposição”. Apesar de termos discutido muito pouco sobre este assunto, acreditamos que este cruzamento entre a forma esquemática do verbo e a forma esquemática da preposição tem grande influência na escolha de uma ou de outra.

Ressaltamos que a preposição não pode ser apreendida por um sentido fixo, mas pela diversidade de valores que atualizam ou manifestam sua identidade. Por conta disso, não buscamos um mínimo denominador semântico comum a todos os seus empregos, mas constituir o princípio organizador de sua variação e a especificidade da atualização dos princípios gerais que sustentam a variação.

Podemos concluir que a **forma esquemática** (ou as operações invariantes) da preposição “para” é a seguinte:

No esquema A PARA B, B constitui um modo de apreensão de A. Considere-se A sob uma ótica, uma categorização que é externa ao que é intrinsecamente

constitutivo de A. A marca “para” abre um leque de valores para B que são imediatamente eliminados pela especificação de A por B (extração de uma propriedade de A), retornando ao valor inicial de A acrescido da propriedade B (flechagem).

B não trata A por ele próprio, mas sob uma perspectiva que permite apreendê-lo de uma determinada maneira.

Podemos dizer que essa relação não fixa a referência de A, uma vez que a cada atualização de A no esquema A PARA B, B será um localizador diferente, o que acarretará uma nova apreensão deste, mas, ao mesmo tempo é uma relação que faz de B o **único e necessário localizador** de A para que se tenha AB .

Marca a oposição entre A' e A" (A-B), sem descartar nenhuma delas. Assim, podemos dizer que a marca “para” ajuda na definição de A, jamais fixando-lhe uma característica. Essa marca ajuda no processo de construção referencial de A e do enunciado, ao permitir a instanciação (momentânea) da noção A por meio de sua localização por B.

Em consequência do fato de B tornar-se o único localizador de A, elimina-se, também, toda alteridade em A, construindo-se e estabilizando-se momentaneamente a referência deste por meio de B.

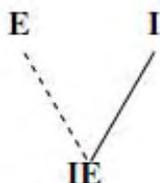
Ao término deste processo, a marca “para” organiza o domínio nocional da noção A (trazendo uma ocorrência que se encontra no exterior ou fronteira para o interior) e podemos ter duas visões de A, digamos: A' e A", uma vez que “para” contribui para a instanciação de sua referência no momento da enunciação do enunciado em questão e de seu contexto. Ao não fixar esta referência, a marca “para” se confunde com conceitos como “meta”, “objetivo”, “fim”, entre outros pelo fato de manter essa visão dupla de A, ou seja, A enquanto localizado por B e A enquanto A somente.

A preposição para representa a mira do I do domínio associado a B; B é representado como um objeto intencional, ou seja, como uma propriedade modal (teleonomia).

Como podemos notar pela figura abaixo, B funciona como um atrator de A (com I e E representando zona exterior e zona interior do domínio nocional, respectivamente), em outras palavras, na construção da referência de A tem-se

duas visões – a do interior e a do exterior de seu domínio nocional – ao atribuirmos a propriedade B (exterior do domínio), criamos AB (IE: visão do interior e do exterior de A, ao mesmo tempo) – fronteira.

Figura 3:



Podemos sintetizar 3 subgrupos para as operações de determinação a partir da forma esquemática da preposição “para”, como pudemos observar em nossas análises:

1. A determinação é da ordem quantitativa – A é localizado por B. Por exemplo:

(3) *“Quando se viaja sozinho e você vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável”.*

2. A determinação é da ordem qualitativa – A é especificado qualitativamente por B. Por exemplo:

(6) *No filme de 2 min, que relembra o sucesso de 1986, o ator imita o personagem e finge que está doente para faltar no trabalho e curtir o dia no seu Honda CR-V.*

3. A determinação é da seguinte ordem: a localização de A por B é indissociável de uma determinação qualitativa de A. Por exemplo:

(7) As taças para os vinhos tintos com pouco tanino são mais arredondadas e têm uma abertura relativamente grande.

Também pudemos constatar um plano correspondente ao modo de construção da relação entre A e B quando presentes em enunciados em que há verbo.

Configuração: Um dos elementos da forma esquemática do verbo corresponde a A. Este elemento tem então um duplo estatuto: no esquema predicativo do verbo e no esquema de localização da preposição. Assim, o mesmo termo tem um estatuto como elemento da forma esquemática do verbo e um estatuto no esquema preposicional. É o que pudemos perceber no enunciado 3:

(3) Quando se viaja sozinho e você vai para um quarto no décimo sexto andar de um hotel, a sensação de isolamento é inevitável.

Na análise deste enunciado acima citado, pudemos perceber ainda que a marca preposicional “para” é determinante, constituinte e está no âmago de todo movimento, como pudemos perceber no estudo com o verbo “caminhar” (verbo que pode indicar um movimento, mas não direção). Também vimos que predicados do tipo processo com a preposição “a” dão origem a sequências malformadas.

Combinados com a preposição “para”, obtemos sequências ambíguas do ponto de vista aspectual, podendo ser interpretadas como eventualidades do tipo processo ou do tipo processo culminado, como as manipulações com adverbiais durativos e de realização puderam comprovar.

Ainda pudemos perceber que interpretação télica de alguns verbos se explica pela dependência entre predicador verbal e preposição.

Trata-se de uma marca ambígua por natureza, pois, quase sempre necessita uma marca aspectual, modal, temporal, entre outras, para que se desambiguize seu uso.

Em conclusão, podemos afirmar que a busca das características intrínsecas das preposições não deve ser ignorada, pois, percebemos ao longo desse trabalho, o papel específico que a preposição “para” desempenha dentro do enunciado,

contribuindo para o entendimento das operações de linguagem que, em funcionamento, não diferem sintaxe, semântica e pragmática.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. B.H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**, 4 ed., Editora Positivo, Curitiba, PR, 2009.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral II**. 2 ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. **Problemas de lingüística geral I**. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BERLINCK, R. de A. Relatório Final do Projeto de Pesquisa "Complementos preposicionados no português paulista do século XIX". Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, 2004.

_____. Concreto – Abstrato: um parâmetro para a implementação da mudança lingüística? Comunicação apresentada no XIX ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA. Universidade de Lisboa, Portugal. 2003.

_____. O objeto indireto no português brasileiro do século XIX. In: Anais do II CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN e XIV Instituto Lingüístico. Florianópolis. 2000a.

_____. Complementos preposicionados: variação e mudança no português brasileiro. Conferência proferida no Congresso Internacional "500 anos da Língua Portuguesa no Brasil". Universidade de Évora. Évora, Portugal. 2000b.

BERNARD, G. Modéliser la transitivité verbale. In: BOUSCAREN, J., FRANCKEL, J.J., ROBERT, S. (orgs). *Langues et langage. Problèmes et raisonnement en linguistique*. Mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995. p.5-16.

BORBA, F. da S. **Sistema de preposições em português**. 1971. 230 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo, 1971.

CADIOT, P. **Les Prépositions abstraites en français**. Paris : Armand Colin. 1997.

_____. **De la grammaire à la cognition: la préposition pour**. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1991.

CAMARA JR, J. M. História e estrutura da língua portuguesa. RJ: Padrão, 1985.

CHAMBERS, J.K. **Sociolinguistic theory**. linguistic variation and its social significance. Oxford: Blackwell, 1995.

COSTA, M.L. A preposição enquanto termo de relação. **Cadernos WGT**. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa (CLUNL) - Grupo Gramática & Texto, 2010. p. 16-26.

CUNHA, C; CINTRA, L. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S.A., 1970. p.377-390.

CULIOLI, A. **Variations sur la linguistique**. Entretiens avec Frédéric Fau. Klincksieck, 2002a.

_____. À propos de Même. **Langue Française**. Vol.133 n. 1. Le lexique entre identité et variation, 2002b. p. 16-27.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations**. 2 ed. rev. Paris: Ophrys, 2000, t.1.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a, t.2.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: Domaine Notionnel. Paris: Ophrys, 1999b, t.3.

_____. **Rubriques linguistiques de l'Encyclopédie Alpha**. Paris: Grange Batelière, 1971.

_____. La communication verbale. In: **L'homme et les autres**, n. 4, *Encyclopédie des sciences de l'homme*: l'aventure humaine. Paris: Grange Batelière, 1967. p.65-73.

DIAS, N. B. As cláusulas de finalidade. **Sínteses**, Campinas, v.7, 2002. p. 107-119.

FRANCHI, C. Mas o que é mesmo gramática? In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Língua Portuguesa**: o currículo e a compreensão da realidade. São Paulo: SE/CENP, 1991.

FRANCKEL, J.-J. (org.) Le lexique, entre identité et variation. **Langue Française**. Paris: Larousse, n.133, 2002.

FRANCKEL, J.-J. ; PAILLARD, D. **Grammaire des prépositions**. Tome 1. Paris: Éditions Ophrys, 2007.

_____. De la couleur des prépositions dans leurs emplois fonctionnels. In: La préposition en français II, **Modèles linguistiques**, tome XXVII-2, vol. 54, Editions des dauphins, 2006. p.51-66.

_____. Aspects de la théorie d'Antoine Culioli. **Langages**. V. 32 n.129. Diversité de la (des) science(s) du langage aujourd'hui, 1998. p. 52-63.

_____. Considérations sur l'antéposition des syntagmes prépositionnels. In : GUIMIER, C. (Dir.). **La thématization dans les langues**. Actes du Colloque de Caen. Paris: Peter Lang, 1997. p.277-295.

FUCHS, C. **La paraphrase**. Paris: PUF, 1982.

GONÇALVES, P. de S. O papel das preposições e da metalinguagem na constituição do sujeito enunciador. **Revelli**. Inhumas: Universidade Estadual de Goiás, v. 3, 2011a. p. 63-80.

_____. Por uma gramática operatória: estudo semântico da preposição para no português brasileiro. Inventário. Bahia: Universidade Federal da Bahia, v.8, 2011b. pp. 1-15.

_____; LOPES, M.C.R.L. **Por uma gramática operatória: sistematicidade e funcionalidade da preposição "para"**. In: Anais do Congresso Internacional da ABRALIN. João Pessoa. 2009a.

_____; CUMPRI, M.L. A questão da ambigüidade no ensino de línguas. In. Marília Blundi Onofre & Letícia Marcondes Rezende (orgs.). **Linguagem e línguas naturais: clivagem entre o enunciado e a enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009b. p.195-210.

_____. **A preposição "para" e o processo de construção referencial**. Araraquara. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008a.

_____. A preposição "para" e o processo de construção referencial. **Revista do Gel**. São Paulo: Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, v. 5, n.2, 2008b. p. 69-88.

_____. Um estudo da preposição "para" sob a perspectiva da TOPE de Antoine Culioli com o respaldo da lingüística histórica. **Entretextos**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v.8, 2008c. p.38-52.

_____. Variação em complementos de verbos de transferência no português paulista do século XX. In: RELATÓRIO final apresentado à FAPESP. Araraquara, 2005.

_____. Variação em complementos de verbos de movimento no português paulista do século XX. RELATÓRIO final apresentado ao PIBIC –UNESP/CNPq. Araraquara, 2004.

ILARI, R.; CASTILHO, A. T.de; ALMEIDA, M. L. L. de; KLEPPA, L. & BASSO, R. A Preposição. In: CASTILHO, A.T. de (coord. Geral). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp. 2008. p. 623-804.

INVARIANTS LANGAGIERS (Org). **La théorie d’Antoine Culioli: ouvertures et incidences**. Actes de la table ronde “Opérations de repérage et domaines notionnels”. Paris: Ophrys, 1992.

KEWITZ, V. **A gramaticalização e semanticização das preposições A e PARA no Português Brasileiro** (séculos XIX e XX). São Paulo. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIDDLE, M. **Cognition and Representation in linguistic theory** (textos selecionados, editados e traduzidos de Antoine Culioli). Amsterdam: John Benjamins, 1984.

LOPES, M.C.R. Gramática operatória e ensino de línguas. **Trilhas Lingüísticas**. 113 Araraquara: UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, n.13, 2007, p. 85-99.

_____. **Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical: a polissemia redimensionada**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

MALVAR, E. **Preposition usage with two verbs of motion in Brazilian Portuguese**. Ms. 1996.

MATHEUS, M. H. M. **Gramática da língua portuguesa**. 4 ed. Lisboa: Caminho S.A. Série: Lingüística, 1989.

MÉLIS, G. **Pour une identité trans-catégorielle en syntaxe - l'exemple de FOR en anglais contemporain**. Cours (agrégation linguistique) pour le CNED. 2008 (não publicado).

MOLLICA, M.C. A regência variável do verbo IR de movimento. In Oliveira e Silva, G.M. de & Scherre, M.M.P. **Padrões Sociolingüísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.147-168.

NEVES, M.H.M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. SP: Vozes, 2002.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. p. 691-701.

ONOFRE, M. B. **A indeterminação da linguagem: inconsciência e manipulação**. 1994. 173 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1994.

OSU, S. N. Semantic Invariance, Locating Process and Alterity: a TOPE-based Analysis of the Verbal Prefix z- in Ikwere. **J. Linguistics**, Paris, v.39, p. 521-574, 2003.

PAILLARD, D. Prépositions et rection verbale. **Travaux de linguistique**, Paris, v. 1, n. 44, 2002, p.51-67.

PEZATTI, E. G. ; HIRATA-VALE, Flávia B. M. ; CAMACHO, R. G. ; BECHARA, E. N. . O estatuto lexical/gramatical das preposições no português. **Lusorama**, v. 81-82, 2010, p. 102-134.

PONTES, E. **Espaço e Tempo na Língua Portuguesa**. Campinas,SP: Pontes. 1992.

REZENDE, L. M. **Léxico e gramática**: aproximação de problemas lingüísticos com educacionais. Araraquara. 2000. 330f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

_____. Indeterminação da linguagem: léxico e gramática. **Alfa** (São Paulo), v.44, p.349-362, 2000a.

_____. Gramática e ensino de língua. **Estudos gramaticais**, Araraquara, n.1, ano III, Série Encontros, UNESP. 1989, p. 132-154.

VANDELOISE, C. et all. La couleur des prépositions. **Langages**, Paris, n.110, 1993.

VILELA, M. **Gramática de Valências**: teoria e aplicação. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.

VIGNAUX, G. Entre Linguistique et cognition: des problematiques de l'énonciation a certain développements tirés de l'oeuvre d'Antoine Culioli. In: BRUSCAREN, J.; FRANCKEL, J.J. **Langues et language**: Problèmes et raisonnement en linsguistique. Paris: PUF, 1995. p. 565-582 (Mélanges offertes à Antoine Culioli)

WIEDEMER, M. L. **A regência variável do verbo ir de movimento na fala de Santa Catarina**. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, 2008.

ZAVAGLIA, A. Da **invariância da linguagem à variância das línguas**: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase. 2002. 331 f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista , Araraquara, 2002.